

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BRUNO RIBEIRO DA SILVA

UM INTELLECTUAL INSURGENTE: RUY MAURO MARINI, O EXÍLIO E A
REVOLUÇÃO SOCIALISTA NA AMÉRICA LATINA

CURITIBA
2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BRUNO RIBEIRO DA SILVA

UM INTELLECTUAL INSURGENTE: RUY MAURO MARINI, O EXÍLIO E A
REVOLUÇÃO SOCIALISTA NA AMÉRICA LATINA

Dissertação de Mestrado apresentada junto à
Universidade Federal do Paraná, Programa de
Pós-graduação em Sociologia, Setor de Ciências
Humanas,, como requisito parcial à obtenção do
título de mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Czajka

CURITIBA
2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE
BIBLIOTECAS/UFPR – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS
DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Silva, Bruno Ribeiro da

Um intelectual insurgente: Ruy Mauro Marini, o exílio e a Revolução Socialista na América Latina. / Bruno Ribeiro da Silva. – Curitiba, 2021.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Czajka

1. Marini, Ruy Mauro. 2. Nova Esquerda (Ciência Política) – América Latina.
3. Brasil – História – 1964-1985. 4. Partido Comunista Brasileiro. 5. Organização
Revolucionária Marxista Política Operária. I. Czajka, Rodrigo. II. Título.

CDD – 320.981



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -
40001016032P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **BRUNO RIBEIRO DA SILVA** intitulada: **Um intelectual insurgente: Ruy Mauro Marini, o exílio e a revolução socialista na América Latina**, sob orientação do Prof. Dr. RODRIGO CZAJKA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 26 de Novembro de 2021.

Assinatura Eletrônica

26/11/2021 16:37:46.0

RODRIGO CZAJKA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

26/11/2021 17:02:43.0

MARCELO AUGUSTO TOTTI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE EST. PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO)

Assinatura Eletrônica

28/11/2021 10:32:56.0

ANDERSON DEO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE EST. PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/MARILIA)

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, ao seu corpo docente e ao Katiano por terem contribuído com minha formação.

Um agradecimento muito especial ao meu orientador Prof. Dr. Rodrigo Czajka, pelos vários anos de trocas e contribuições.

Meu agradecimento também aos professores Dr. Anderson Deo e Dr. Marcelo Augusto Totti pela leitura cuidadosa e valiosas contribuições no exame de qualificação.

Agradeço aos colegas e amigos do curso de Ciências Sociais, especialmente ao Caetano Pires, Gian Carlo, Pedro, Alves, Marcos Paulo, Mateus Kich, Adriano, Camilo, Tiago e Fernando, Luana e Aline.

Agradeço ao grupo de pesquisa pelos diálogos e estudos conjuntos.

Meu agradecimento também à CAPES por ter permitido minha dedicação integral à pesquisa.

Por último, agradeço à minha família, minha mãe Monica, meus irmãos Gabriel e Alexandre, e ao meu pai José Luiz (*in memoriam*).

RESUMO

O objeto de estudo a que se dedica esse texto é a trajetória e a obra de Ruy Mauro Marini antes e depois do exílio, mais precisamente com relação às suas reflexões em torno do desenvolvimento capitalista no Brasil e na América Latina e a respeito da estratégia revolucionária a ser adotada pelas vanguardas políticas da região. A problemática que orientou esta pesquisa se dedicou a encontrar, no pensamento do autor, os elementos que, ao analisarmos sua obra em dois períodos históricos distintos, poderiam ser entendidos como uma incorporação das experiências históricas da América Latina com relação ao papel dos movimentos populares e das vanguardas políticas do subcontinente e de que forma a experiência de exílio contribuiu e forneceu as condições sociais, políticas e institucionais para o seu amadurecimento intelectual, político e profissional, bem como para a consolidação de uma agenda de pesquisa voltada ao subcontinente da América Latina. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica acerca das diversas organizações e movimentos sociais que constituíam o campo político da esquerda revolucionária no período anterior ao golpe militar de 1964, a análise da obra *Subdesenvolvimento e Revolução* e os textos da última fase de exílio de Marini, mais precisamente aqueles escritos entre 1976-1985, incluindo seu Memorial quando do regresso e incorporação na UnB. O percurso da pesquisa resultou em três capítulos nos quais se desenvolveu a análise do PCB e da Nova Esquerda, passando à trajetória de Marini no exílio marcada pelo contato com experiências autoritárias, por um lado, e com movimentos revolucionários, por outro, aliado à permanência em instituições universitárias e de pesquisa e o intercâmbio com outros intelectuais e movimentos. A experiência do exílio, analisada com base em Rollemberg (1999), permitiu identificar nas obras do segundo período uma expansão dos horizontes teóricos e o amadurecimento político do autor, o que culminou em alterações nas suas concepções acerca do papel das esquerdas revolucionárias no subcontinente.

PALAVRAS-CHAVE: Esquerda Brasileira; Ditadura Militar; PCB; POLOP; Teoria Marxista da Dependência; Ruy Mauro Marini.

ABSTRACT

The object of study to which this text is dedicated is the trajectory and work of Ruy Mauro Marini before and after exile, more precisely in relation to his reflections on capitalist development in Brazil and Latin America and about the revolutionary strategy to be adopted by the political vanguards of the region. The issue that guided this research was dedicated to finding, in the author's thought, the elements that, when analyzing his work in two distinct historical periods, could be understood as an incorporation of the historical experiences of Latin America regarding the role of popular the subcontinent and how the exile experience contributed and provided the social, political and institutional conditions for its intellectual, political and professional maturity, as well as for the consolidation of a research agenda focused on the Latin American subcontinent. To this end, a bibliographical review was carried out on the various organizations and social movements that constituted the political field of the revolutionary left in the period prior to the 1964 military coup, the analysis of the work *Underdevelopment and Revolution* and the texts from the last phase of Marini's exile, more precisely those written between 1976-1985, including his Memorial on his return and incorporation at UnB. The research path resulted in three chapters in which the analysis of the PCB and the New Left was developed, passing to Marini's trajectory in exile marked by contact with authoritarian experiences, on the one hand, and with revolutionary movements, on the other, allied to permanence in university and research institutions and exchanges with other intellectuals and movements. The exile experience, analyzed based on Rollemberg (1999), allowed the identification of an expansion of theoretical horizons and the author's political maturity in the works of the second period, which culminated in changes in his conceptions about the role of the revolutionary left in the subcontinent.

Keywords: Brazilian Left; PCB; Marxist Theory of Dependence (TMD); Ruy Mauro Marini.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AP – Ação Popular

CC – Comitê Central

CELA – Centro de Estudos Latinos Americanos

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina

CESO – Centro de Estudos Socioeconômicos

CGT - Comando Geral dos Trabalhadores

COLINA – Comandos de Libertação Nacional

CR – Comitê Regional

DL – Dissidência Leninista

DR – Diretório Nacional

ED – Esquerda Democrática

FMP – Frente de Mobilização Popular

GRAP – Grupo Radical de Ação Popular

IC – Internacional Comunista

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

JS – Juventude Socialista

LSI – Liga Socialista Independente

MIR – Movimento de Esquerda Revolucionário

MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário

MSR – Movimento Socialista Renovador

ORM-POLOP – Organização Revolucionária Marxista – Política Operária

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

POC – Partido Operário Comunista

POL – Partido Operário Leninista

POR – Partido Operário Revolucionário

PSBP – Programa Socialista Para o Brasil

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PUA – Pacto de Unidade e Ação

SR – Secretariado Regional

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UDN – União Democrática Nacional

UDS – União Democrática Socialista

UNAM – Universidade Nacional Autônoma do México

UnB – Universidade de Brasília

VAR-PALMARES – Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

Sumário

Introdução	11
1. O PCB, a Revolução Nacional-Democrática e a interpretação de Ruy Mauro Marini acerca do desenvolvimento capitalista no Brasil	21
1.1. Do Manifesto de agosto ao suicídio de Getúlio Vargas	22
1.2. Do Relatório Khrushchov à formulação da Declaração de Março de 1958	29
1.3. Ruy Mauro Marini e o desenvolvimento capitalista brasileiro: entre os compromissos das classes dominantes e a política bonapartista	40
2. Da crítica ao PCB nasce a Nova Esquerda	56
2.1. Da corrente oposicionista ao nascimento do PC do B.....	57
2.2. O movimento estudantil e a fundação da Ação Popular (AP).....	61
2.3. O movimento camponês e as Ligas Camponesas	64
2.4. Leonel Brizola e a Frente de Mobilização Popular (FMP).....	70
2.5. A Organização Revolucionária Marxista Política Operária – POLOP e a militância de Ruy Mauro Marini	73
2.6. A linha de continuidade entre a Nova Esquerda e o PCB	89
3. Ruy Mauro Marini, o exílio e as novas condições da luta de classes na América Latina.....	93
3.1. O Longo Exílio	94
3.2. O Estado de contrainsurgência, o Estado de Quarto Poder e uma nova estratégia para a esquerda revolucionária latino-americana	111
Considerações Finais	130
Referências Bibliográficas.....	138
Documentos Analisados	143

Introdução

As discussões realizadas em torno do desenvolvimento capitalista no Brasil nos anos 50 e 60 permearam as obras dos intelectuais e instituições que viveram esse período de efervescência política e de transformação da sociedade brasileira com o avanço da industrialização, da urbanização e do êxodo rural. A questão era saber se, de fato, com o país se industrializando, o Brasil superaria as causas estruturais de seu “subdesenvolvimento” e a dependência externa em relação aos centros capitalistas, se conseguiria desenvolver um capitalismo nacional autônomo, liquidar com os resquícios do “atraso” herdados dos tempos coloniais e com os limites impostos pelas economias centrais.

Participaram desse debate a CEPAL¹ (Comissão Econômica para América Latina), o centro de estudos de ciências sociais e ligado à presidência da República ISEB² (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), todos defendendo em comum, nos seus termos e de acordo com seus propósitos políticos, a segmentação da sociedade brasileira entre os agrupamentos sociais que seriam favoráveis a industrialização (portanto, favoráveis à superação do subdesenvolvimento e da dependência externa) – identificados na burguesia industrial, nas classes médias de matiz nacionalista e no proletariado urbano e rural - contra aqueles que ganhavam com o modelo de economia primário-exportadora e interessados na subordinação do país às potências capitalistas – as oligarquias latifundiárias, a burguesia comercial e o imperialismo – , com base na noção de “dualismo estrutural”, em que se opõe o “moderno” contra o “arcaico”, a *nação* contra a *antinação*, e atribui à

¹ A Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) foi fundada em 1949, como órgão vinculado à ONU, com o objetivo de analisar, explicar e sistematizar dados referentes aos processos de industrialização da região, apontar seus problemas e limites, bem como com o propósito de formular e propor diretrizes para a superação dos “atrasos” do seu subdesenvolvimento, pobreza e miséria. Entre seus intelectuais mais conhecidos, se destacam o argentino Raúl Prebisch e o brasileiro Celso Furtado.

² O ISEB foi fruto de uma iniciativa do Governo Vargas, criado a partir do decreto nº 37.608, em 14 de julho de 1955, como órgão ligado ao Ministério da Educação e Cultura. Gozando de autonomia administrativa e de plena liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra, destinava-se ao estudo, ao ensino e à divulgação das ciências sociais, cujos dados e categorias seriam aplicados à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira e à elaboração de instrumentos teóricos que permitissem o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. Fizeram parte do instituto, intelectuais como Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes, Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodr e e  lvaro Vieira Pinto.

burguesia industrial, enquanto classe, o papel de dirigente desse processo de superação das condições “semi-coloniais” e dependentes.

Na prática e no campo da esquerda, essa visão da sociedade brasileira em seu processo de industrialização e transformação do tecido social, politicamente se converteu na tática de aliança de classes entre a burguesia e o proletariado, uma vez que a contradição *principal* era da nação que estava em vias de se formar com relação aos “resquícios” dos agrupamentos sociais ligados à estrutura colonial, entendendo, assim, como secundário o conflito entre capital e trabalho, o que levou o PCB em particular a defender a necessidade, primeiro, de uma revolução “democrática-burguesa”, de acordo com o “etapismo” da Internacional Comunista e com suas resoluções políticas internas, levando-o a entender o processo de transição ao socialismo pela via pacífica e por meio de “reformas” estruturais realizadas pelo parlamento.

Nesse contexto, em decorrência da insatisfação política e crítica às teses do PCB vigentes, ancoradas nos trabalhos da Cepal e, nos seus termos, ecoados pelo ISEB, surgiu a *Nova Esquerda*, composta pela Ação Popular que agrupava católicos progressistas; pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), fruto de uma cisão do PCB, de inspiração maoísta e pró-China; pelo movimento nacionalista dos subalternos das Forças Armadas, representado principalmente por Leonel Brizola e pela Frente de Mobilização Popular (FMP).

Além delas, as Ligas Camponesas de Francisco Julião também se juntaram ao espectro revolucionário quando se organizaram no Movimento Radical Tiradentes e, como fruto da insatisfação política e crítica às teses do PCB, a fundação da Organização Política Marxista – Política Operária (POLOP), sendo as características principais desses movimentos sociais e grupos políticos, a de abrir vias orgânicas para uma posição revolucionária no movimento de massas, com base na convicção, que se inicia nas fileiras marxistas e em seguida nos grupos católicos e nacionalistas, na negação da vocação revolucionária da burguesia industrial brasileira, ao levantarem a tese de que o “caráter” da revolução brasileira não poderia ser “democrático-burguesa”, mas diretamente socialista, além de negarem a possibilidade do socialismo pela via pacífica e através de “reformas” estruturais realizadas pelo parlamento. Por outro lado, nas avaliações feitas pelas esquerdas revolucionárias (a Nova Esquerda, os grupos pró-chineses e pró-cubanos), embora tendo o marxismo como referencial de análise em comum, havia “diferenças substanciais em relação à natureza da revolução, o modo de

conceber as formas de insurreição, como também o sujeito da revolução”. (DAL ROSSO; SEABRA, 2016, p.4).

A POLOP em particular se destacou pelo número de intelectuais que dela fizeram parte, originados da chamada “pequena-burguesia” e oriundos de distintos grupos políticos, tais como Moniz Bandeira e Erich Sachs da Juventude Socialista do PSB, Michel Lowy e Gabriel Cohn da Liga Socialista Independente (LSI), ou ainda, da Mocidade Trabalhista do PTB, como Theotônio Dos Santos, Vania Bambirra e Ruy Mauro Marini. Sob influências diversas (como Bukharin, Luxemburgo, Lênin, Trotsky e August Thalheimer), a POLOP elaborou um aporte teórico original e uma nova interpretação do processo social brasileiro, numa perspectiva revolucionária, socialista e anti-imperialista, sendo sua militância composta por estudantes, operários, militares de baixa patentes e intelectuais.

Dentre os intelectuais que fizeram parte da POLOP, Ruy Mauro Marini, Theotônio Dos Santos e Vania Bambirra, paralelamente às suas atividades na organização, em 1962-63 os três se integram aos quadros docentes da Universidade de Brasília (UnB) a convite de Darcy Ribeiro enquanto “instrutores”, professores iniciantes de carreira, recém contratados pela universidade para ensinar, pesquisar e realizar extensão de conhecimentos, tendo por volta de 20 a 30 anos, elaborando ou preparando a dissertação de mestrado ou a tese de doutoramento (DEL ROSSO; SEABRA, 2016, p.6). Em 1963, o alemão André Gunder Frank, que teve sua formação em economia nos EUA e doutoramento na Universidade de Chicago, em decorrência de discordâncias com o pensamento hegemônico liberal e da forte influência que sofreu pela conjuntura latino-americana, se integra também ao Instituto de Ciências Sociais convidado igualmente por Darcy Ribeiro. Com o golpe militar de 1964, os quatro intelectuais se viram forçados ao exílio, se reencontrando e compartilhando experiências em países estrangeiros, principalmente no Chile e no México, países onde encontraram ingresso nas instituições universitárias e de pesquisa, graças aos contatos estabelecidos anteriormente no Brasil.

No exílio, durante os decênios de 60 e 70, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio Dos Santos e André Gunder Frank foram professores, pesquisadores e militantes, com seus percursos recheados de tensões, embates teóricos e perseguição política em decorrência do período conturbado que atravessava o subcontinente latino-americano, sendo obrigados em suas jornadas a exilarem-se mais de uma vez. Nesse trajeto, o grupo fez parte, embora nem sempre juntos, do corpo docente e de pesquisa de

instituições como o Centro de Estudos Internacionais (CEI) do Colégio do México, do Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO) da Faculdade de Economia da Universidade do Chile, do Instituto de Investigações Econômicas e Sociais da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) e do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA) da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Unam, entre outras num curto período. Ao lado das atividades de docência e pesquisa, se envolveram com o processo político chileno durante os anos do governo de Salvador Allende e da Unidade Popular (UP), em particular Ruy Mauro Marini, através de sua militância no MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionaria), de cuja direção fez parte. Em fins dos anos 70 e início dos 80 os três brasileiros retornaram ao seu país de origem e se reintegraram ao corpo docente da UnB, ao passo que Gunder Frank deixou a América-Latina definitivamente logo após o golpe de 1973 no Chile, indo primeiro para Alemanha, depois Inglaterra, se fixando no fim da vida na Holanda.

Como os quatro intelectuais tiveram suas trajetórias e obras entrelaçadas, em consequência, no campo intelectual e político, os quatro foram identificados como pertencentes a um mesmo grupo, ganhando denominações como “os teóricos da teoria marxista da dependência”, ou como “corrente radical da teoria da dependência”, ou ainda, como “vertente de esquerda da teoria da dependência”. (WASSERMAN, 2017, p. 112). Nesse sentido, alguns elementos em comum do grupo podem ser elencados, tais como: a crítica empreendida pelos autores ao estruturalismo cepalino e às estratégias dos partidos comunistas (sobretudo com relação à tática de “aliança de classes” com uma suposta “burguesia nacional”), a influência da Revolução Cubana, a participação na POLOP e na UnB, a compreensão da “dependência” enquanto conceito e fenômeno empírico estruturante das análises e como elemento constitutivo do capitalismo na América Latina, a dimensão “latino-americanista” das suas obras, o marxismo como referencial teórico-metodológico, a negação da vocação revolucionária das burguesias nacionais da região e a opção política pela revolução socialista como solução aos problemas da dependência e do subdesenvolvimento. (WASSERMAN, 2017, p.101-118; BICHIR, 2012, p. 57-71).

Dentre esses intelectuais, selecionamos Ruy Mauro Marini e sua produção antes e depois do exílio como objeto de inflexão, mais precisamente com relação às suas reflexões em torno do desenvolvimento capitalista no Brasil e na América Latina e a respeito da estratégia revolucionária a ser adotada pelas vanguardas políticas da região. Esse objeto foi analisado, na obra do autor, a partir da sua produção intelectual

localizada em dois períodos históricos distintos, sendo o primeiro de 1961 a 1967, por meio dos textos que compõe a obra *Subdesenvolvimento e Revolução*, escritos após o golpe militar de 1964. Como veremos com mais detalhes nos capítulos 1 e 3, essa obra reflete o “essencial” das reflexões de Ruy Mauro Marini sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil, o desenrolar da luta de classes no país e a posição assumida pelo caráter socialista da revolução brasileira. Quanto ao segundo período, este foi analisado a partir da produção intelectual realizada nos anos de 1976-1985, correspondente aos últimos anos do exílio de Marini e aos processos de transição democrática na América Latina. Como buscaremos demonstrar, embora sem a intenção de esgotar o assunto, haveria em seu pensamento, no segundo período, a defesa de uma necessidade de reorientação das estratégias das esquerdas socialistas e revolucionárias latino-americanas, a partir do recorte temporal estabelecido.

Considerando esse objeto, tivemos por objetivo geral analisar, na obra do autor, em que medida a experiência de exílio e o contato com os países da América Latina contribuiu para o conteúdo da sua produção intelectual e para as suas concepções acerca das estratégias das esquerdas revolucionárias do subcontinente. Com base nesse objetivo geral, se desdobram três objetivos específicos: a) identificar, na conjuntura brasileira anterior ao golpe militar de 1964, os principais elementos que constituíam a visão da sociedade e as estratégias políticas das organizações que, apesar dos aspectos particulares, compartilhavam em comum a defesa do caráter socialista da revolução no Brasil, conformando o campo político da *Nova Esquerda* e do qual Marini fazia parte como um dos dirigentes da POLOP; b) encontrar as razões – históricas, políticas, econômicas e sociais – para uma mudança na estratégia revolucionária das esquerdas latino-americanas na obra de Ruy Mauro Marini; c) compreender em que medida a passagem pelos países da América Latina e a observação de suas experiências históricas, o intercâmbio cultural e intelectual nas instituições de pesquisa e ensino, o envolvimento com o MIR e o processo político chileno, na experiência de exílio vivenciada por Marini, possibilitaram a constituição de uma agenda de pesquisa “supranacional”, centrada na América Latina e forneceram as bases – teóricas e políticas – para as reflexões do autor acerca do papel das esquerdas revolucionárias na região.

Assim, expostos os objetivos, esta pesquisa se orientou de acordo com as seguintes problemáticas: Quais elementos, no pensamento de Ruy Mauro Marini, ao analisarmos a sua obra em dois períodos históricos distintos, podemos atribuir como

uma incorporação das experiências históricas da América Latina, sobretudo com relação ao papel dos movimentos populares e das vanguardas políticas do subcontinente? De que modo e a partir de que fatores a experiência de exílio, ao invés de ter se configurado enquanto uma experiência absolutamente “negativa”, de perda subjetiva do universo de referências, de “desenraizamento”, ou simplesmente de privação de liberdades, no caso de Ruy Mauro Marini contribuiu e forneceu as condições sociais, políticas e institucionais para seu amadurecimento intelectual, político e para a consolidação de uma agenda de pesquisa voltada ao subcontinente da América Latina?

Para responder a essas problemáticas e alcançar, na medida do possível, os objetivos propostos, realizamos uma revisão bibliográfica acerca das diversas organizações, frentes ou movimentos estudados, a partir de trabalhos acadêmicos, jornais e revistas, bem como de depoimentos e memoriais. Desse material consultado, destacamos, para o conjunto das organizações estudadas, as obras de Marco Aurélio García, Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Jacob Gorender (GÁRCIA, 2019; REIS, 1985; RIDENTI, 2010; GORENDER, 1987). Destacamos esses quatro autores, pois, em virtude de seus trabalhos se debruçarem sobre cada uma das organizações mencionadas no presente texto, bem como, por tentarem entendê-las tanto no que tinham de comum quanto no que divergiam, nos ofereceram uma visão totalizante e complexa do conjunto das organizações que se colocaram como uma alternativa “revolucionária” e “socialista” no campo das esquerdas.

A análise de Ridenti e García com base em três “coordenadas” para diferenciar os grupos no interior das esquerdas – o caráter da revolução brasileira, as formas de organização e os métodos de luta aceitos –, nos forneceu uma visão sistemática e global acerca dos fundamentos teóricos que conformavam a prática dessas organizações, sua visão acerca das classes sociais na sociedade brasileira e do conflito político, assim como sobre sua relação de continuidade ou ruptura com outras organizações pertencentes ao mesmo campo político. No que se refere à obra de Gorender, por sua vez, por ser um texto escrito por um autor diretamente envolvido nos acontecimentos, como intelectual e dirigente do PCB, sua análise contribuiu tanto por seus comentários de memória e de alguém que assumiu os pontos de vistas do partido – principalmente no que se refere à análise das outras organizações marxistas e da conjuntura nacional –, quanto pela descrição da formação dos agrupamentos que constituiriam a *Nova Esquerda*, suas dissidências posteriores e diferenças fundamentais. Já em relação ao trabalho de Reis, este contribuiu com a antologia dos principais documentos políticos e

programas das diversas organizações citadas, assim como pelas breves análises em que o autor expôs os mais importantes acontecimentos que impactaram a sua trajetória, os congressos ou reuniões mais relevantes, as publicações na forma de jornais e revistas, a implantação geográfica e social no país, as dissidências e as cisões ocorridas, os golpes de repressão que sofreram na ditadura e os momentos em que desapareceram.

Com relação ao PCB e à POLOP em particular, além dos documentos oficiais e do material de imprensa, trabalhamos com obras e textos acadêmicos (teses e dissertações) que se dedicavam exclusivamente a analisar umas dessas duas organizações. No caso do PCB, consultamos as obras de Leandro Konder e de José Antônio Segatto, e os textos presentes na coleção *História do Marxismo no Brasil* que tinham por objeto o partido, como o de João Quartim de Moraes, Daniel Aarão Reis e Raimundo Santos. Para o caso da análise da formação e trajetória da POLOP, os trabalhos de Joelma Alvez de Oliveira, de Lineker Roberto, de Rodrigo dos Santos e de Sérgio Luiz Santos de Oliveira, contribuíram para a escrita do nosso texto e análise, tanto por terem acesso a materiais e documentos os quais nós não tivemos, quanto por terem já analisado certos aspectos fundamentais de maneira mais detalhada acerca da formação, da trajetória, do programa e da prática da POLOP, entre outros aspectos. Quanto ao termo “esquerda” empregado por nós, este foi entendido de acordo com a concepção de Gárcia, que o compreende enquanto uma “expressão” referente a um campo de forças sociais e políticas e a correntes ideológicas heterogêneas que agrupa socialistas, comunistas (e suas dissidências) e libertários, ao se inscreverem numa perspectiva crítica ao capitalismo, ainda que a natureza, os pressupostos e, sobretudo, as consequências práticas dessa crítica, difiram em cada caso, oscilando entre a “reforma” e a “revolução”. (GÁRCIA, 2019, p.527).

Por fim, com relação à obra e à trajetória de Ruy Mauro Marini, a pesquisa trabalhou com três tipos de fontes: a) com o *memorial* do autor, escrito no início dos anos 1990, no contexto da sua reincorporação à Universidade de Brasília (UnB), apresentado como requisito acadêmico; b) com os textos que compõe a obra *Subdesenvolvimento e Revolução*, particularmente para o período de 1961-1967, e com os textos *La cuestion del fascismo en América Latina*, *La cuestion del Estado en las luchas de clases en América Latina*, *La lucha por la democracia en América Latina*, *La revolución latinoamericana y el socialismo como proceso histórico*, *En el Caribe y CentroAmerica: los pueblos defienden su revolución de la amenaza yanqui* e *The Nicaraguan Revolution and the Central America Revolutionary Process*, além dos

periódicos *El Sol de México* e *El Universal*, para o período de 1976-1985, todos disponíveis no site <http://www.marini-escritos.unam.mx/>, da UNAM; c) com a bibliografia especializada nas obras e nas trajetórias dos autores que fundaram a Teoria Marxista da Dependência.

Quanto ao período de exílio vivenciado por Marini, este foi analisado de acordo com os critérios elencados por Denise Rollemberg (Rollemberg, 1999) em seus trabalhos sobre a experiência de exílio, entre os quais se encontram: traços de caráter e personalidade; status social; recursos pessoais; idade; conhecimento da língua estrangeira; ter companhia familiar; as fases do exílio; os países de exílio; o pertencimento a um partido ou organização; ter uma militância mais definida ou redirecioná-la para um projeto profissional. (ROLLEMBERG, 1999, p. 40). Com base em tais critérios, buscamos compreender em que medida estiveram presentes e condicionaram os rumos da experiência de exílio vivenciada por Marini, bem como em que medida forneceram as condições sociais, políticas e institucionais para o amadurecimento intelectual, político e profissional do autor, ao contribuírem para a consolidação de uma agenda de pesquisa voltada a América Latina e para as suas concepções políticas referentes ao papel das esquerdas revolucionária da região.

Assim, exposto o quadro geral e as fontes com as quais trabalhamos, de modo a enfrentar as problemáticas anunciadas e os objetivos estabelecidos, no primeiro capítulo buscamos analisar e detalhar o processo por meio do qual passou o PCB para compreender suas motivações internas e circunstâncias externas que o levaram a reformular suas concepções acerca das contradições da sociedade brasileira, das classes em disputa, das alianças a serem feitas, do caráter da revolução brasileira e das estratégias-táticas a serem adotadas durante o período histórico de 1948-1960. Dessa forma, a partir do recorte temporal estabelecido, ficou evidenciado como, através dos impactos dos eventos da conjuntura nacional e do movimento comunista internacional no interior do PCB, tais eventos forçaram o partido a uma reorientação de sua estratégia política, culminando numa intensa disputa interna entre tendências distintas e na reformulação do seu programa. Essa primeira parte do capítulo 1 foi feita em razão das organizações políticas e dos movimentos sociais da *Nova Esquerda*, sobretudo a POLOP, se colocarem em antagonismo ao PCB e de divergirem dele quanto à estratégia revolucionária a ser adotada para se alcançar o socialismo na conjuntura anterior ao golpe militar de 1964, portanto, foi feita com o objetivo de esclarecer e contribuir para a compreensão a respeito do debate no interior das esquerdas revolucionárias ou

reformistas sobre o desenvolvimento capitalista do Brasil e do caráter da revolução brasileira. Por fim, na última seção desse capítulo, buscaremos analisar, através dos textos que compõe a obra *Subdesenvolvimento e Revolução*, as concepções políticas e teóricas de Ruy Mauro Marini a acerca do desenvolvimento capitalista do Brasil, da luta de classes no país e do caráter da revolução brasileira na conjuntura histórica dos anos de 1960. Com isso, poderemos ver como Marini se situava no campo político da *Nova Esquerda*, do conjunto das organizações políticas e movimentos sociais que optaram pela ruptura violenta e revolucionária para se alcançar o socialismo no período anterior ao golpe militar de 1964.

Já no segundo capítulo, considerando o novo programa e a importância política que o PCB tinha naquela conjuntura histórica, bem como o agravamento da crise econômica e o aguçamento das lutas sociais no período, analisamos o conjunto das organizações políticas e movimentos sociais que compunham a *Nova Esquerda*. Isso foi feito por meio do exame de sua trajetória e formação, dos elementos que conformavam sua estratégia revolucionária, de sua visão da sociedade brasileira e da conjuntura política, bem como de seu posicionamento frente às reformas de base – defendidas pelo PCB e consideradas necessárias para a “etapa” socialista da revolução brasileira. Desse modo, procuramos evidenciar, a partir dos critérios mencionados, tanto os elementos em comuns que compartilhavam os agrupamentos sociais e políticos que constituíam a *Nova Esquerda*, quanto os elementos particulares que singularizavam cada uma dessas organizações ou movimentos sociais. Nesse sentido, foram analisadas as seguintes organizações: as Ligas Camponesas, sob a direção de Francisco Julião; a Ação Popular, no movimento estudantil; o movimento nacionalista das Forças Armadas, principalmente em torno da figura de Leonel Brizola e da Frente de Mobilização Popular (FMP); e as organizações políticas marxistas como a POLOP e o PC do B. Além disso, na medida do possível, buscamos inserir a passagem de Ruy Mauro Marini pela POLOP, uma vez que foi um dos dirigentes de uma das organizações que fazia parte da *Nova Esquerda* e que optava pelo caráter socialista da revolução brasileira.

No terceiro capítulo, por fim, na primeira seção, dedicamos ao percurso realizado por Marini nos anos em que esteve exilado do Brasil (1965-1984), com o objetivo de mostrar como, através do contato com o subcontinente da América Latina e da observação de suas experiências revolucionárias, da participação em instituições universitárias e de pesquisa, da incorporação ao MIR e ao processo político chileno, bem como pelo intercâmbio cultural e intelectual proporcionado pelo exílio e pela

situação política em que viviam os países latino-americanos, tal experiência contribuiu e forneceu tanto as condições sociais, políticas e institucionais para seu amadurecimento intelectual, político e para consolidação de uma agenda de pesquisa centrada na América Latina, quanto para o conteúdo das reflexões do autor e acerca do papel das esquerdas revolucionárias na região. Tal trajetória, considerando o exílio, e como dissemos anteriormente, foi realizada de acordo com os critérios de análise elencados Rollemberg, buscando identificar em que medida estiveram presentes e condicionaram a experiência de exílio de Ruy Mauro Marini. Na segunda seção, por sua vez, a partir do recorte temporal entre os anos de 1976-1985 da sua obra, buscamos sistematizar as reflexões de Marini acerca dos conceitos de Estado de contrainsurgência e de Estado de Quarto Poder, conceitos esses que se referem aos períodos históricos das ditaduras militares e aos processos de transição democrática na América Latina e a uma necessidade, no modo de ver do autor, de uma reorientação das estratégias das esquerdas revolucionárias latino-americanas.

1. O PCB, a Revolução Nacional-Democrática e a interpretação de Ruy Mauro Marini acerca do desenvolvimento capitalista no Brasil

Nesse capítulo, nas primeiras duas seções, buscaremos analisar e detalhar o processo por meio do qual passou o PCB para compreender suas motivações internas e circunstâncias externas que o levaram a reformular suas concepções acerca das contradições da sociedade brasileira, das classes em disputa, das alianças a serem feitas, do caráter da revolução brasileira e das estratégias-táticas a serem adotadas durante o período histórico de 1948-1960. Como veremos, foram a morte de Getúlio Vargas e as denúncias do crime de Stálin no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) que abalaram as orientações políticas e estratégicas do PCB, firmadas desde o *Manifesto de agosto de 1950*, de modo que ocorre um questionamento do seu programa partidário e inicia-se um processo interno de disputas entre correntes distintas para a sua reformulação. Após muita discussão e troca de argumentos, de dissidências e cooptação, se consolida uma tendência política que se forma ao longo do debate e que consegue aglutinar em torno de si os elementos divergentes, culminando num novo programa político para o partido, consolidado a partir da *Declaração de Março de 1958*.

É com base nesse programa político que o PCB irá defender, na conjuntura histórica anterior ao golpe militar de 1964, a revolução brasileira como uma revolução dividida em duas etapas, sendo a primeira de caráter “nacional-democrática” (ou “democrático-burguesa”), anti-feudal e anti-imperialista, cujo propósito seria criar as condições necessárias à transição ao socialismo, a etapa seguinte do processo revolucionário. Tal visão da revolução brasileira estaria calcada, como veremos, no entendimento de um suposto antagonismo entre a classe burguesa industrial e as velhas classes dominantes agrárias e o imperialismo, em que a burguesia brasileira estaria lutando por um desenvolvimento capitalista nacional e independente contra os “entraves” da estrutura agrária do campo e contra a dependência do setor externo ao mercado internacional. Acompanhada dessa visão relativa à luta de classes no interior das classes dominantes – que justificaria a necessidade de aliança tática com a burguesia –, estaria a concepção de revolução/transição pacífica ao socialismo por meio de reformas “estruturais” realizadas pelo parlamento.

Essa visão consolidada do PCB em fins dos anos 50 e reiterada no V Congresso do partido, em 1960, a respeito dos conflitos no interior das classes dominantes, bem como a estratégia política que nasceu desse entendimento e os meios de realiza-la, seria alvo da crítica dos setores organizados na *Nova Esquerda*, sendo Ruy Mauro Marini um dos intelectuais e dirigentes de uma das organizações que compunham esse conjunto de força sociais e políticas. É na terceira seção do presente capítulo que iremos, através dos textos que compõe a obra *Subdesenvolvimento e Revolução*, analisar a visão crítica que Marini tinha das contradições e conflitos no interior das classes dominantes no processo de desenvolvimento capitalista do Brasil, bem como extrair de sua análise as conclusões que chegou a respeito do caráter da revolução brasileira naquela conjuntura histórica.

1. 1. Do Manifesto de agosto ao suicídio de Getúlio Vargas

Para se compreender a trajetória do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no que se refere ao contexto mais amplo em que se desenrola sua mutação interna, os anos das décadas de 1950 e 1960 se constituem em um ponto de virada, em decorrência de dois acontecimentos que o atingiram de tal modo que mudanças significativas ocorreram em suas concepções e práticas: o suicídio de Getúlio Vargas e o XX Congresso do PCUS. Na visão de Leandro Konder, com relação ao primeiro momento, o PCB, em razão de acontecimentos anteriores e como consequência dos “influxos” ligados ao contexto mais amplo de início da “Guerra Fria” – como a cassação do registro legal do partido pelo Tribunal Superior Eleitoral em 1947, o rompimento das relações diplomáticas com a URSS pelo governo de E.G. Dutra, a cassação dos mandatos dos deputados eleitos em 1948, bem como o afastamento de suas lideranças sindicais e a perseguição aos seus militantes -, a linha política adotada a partir de 1948 acabaria se voltando “para um acentuado ‘esquerdismo’”, tendo o “trabalho de massa se enrijecido na camisa de força de palavras de ordem cada vez mais voluntaristas e dogmáticas” (KONDER, 1980, p.73).

Na opinião de João Quartim de Moraes, por sua vez, tal guinada obedeceria “mais à amargura de se ver frustrada uma exaltante esperança do que a uma lúcida análise da situação adversa que se instaurou a partir de 1947” (MORAES, 1998, p.179). A amargura a que se refere Moraes diz respeito ao PCB dos anos da ditadura do Estado Novo, quando o partido apostava na “União Nacional” de todas as forças antifascistas contra o eixo nazifascista na II Guerra Mundial, o que na prática e na conjuntura política

da época se convertia na aliança com o governo de Vargas. Deve se ressaltar que tal aliança, contudo, não era com o “Getúlio do Estado Novo e sim [com] o da virada antifascista de 1943 e o da abertura liberalizante de 1945” (MORAES, 1998, p.163), que o PCB e Prestes estavam tratando como aliado. Com o partido posto na ilegalidade, e após a abertura democrática e a cassação dos mandatos dos membros do partido, Moraes chega à conclusão de que a “inflexão à esquerda vinha imposta pelas circunstâncias[externas]: privados de cidadania política e empurrados para a clandestinidade, os comunistas tinham de mudar de métodos e de análise” (MORAES, 1998, p. 180).

Com a exclusão do partido da legalidade burguesa, o PCB teve que reconsiderar o significado do conceito de “democracia”, buscando obter uma visão mais crítica e histórico-concreta como forma de regime do Brasil da época, e procurou apontar os limites intransponíveis do caráter de “classe” das instituições políticas, a precariedade das “conquistas parciais” parlamentares e a estreiteza da democracia burguesa “em país atrasado, semifeudal e semicolonial” (MORAES, 1998, p.182).

Essa visão mais crítica dos limites da disputa política no âmbito das instituições “burguesas-liberais” e fundamentada numa visão “semifeudal e semicolonial” do Brasil, seria consagrada no partido, nos anos seguintes, através do *Manifesto de Agosto* de 1950, publicado no periódico *Voz Operária*, um dos principais órgãos de imprensa do partido. Nele, a imagem do Brasil é de uma “nação sob risco iminente de ser colonizada, numa relação completa de dependência com o imperialismo norte-americano”, a qual engendraria “um processo de militarização acelerada, arrastando o país à nova onda guerreira incentivada pelos EUA” (SANTOS, 2003, p.227). Tal visão de uma guerra iminente, em que os EUA arrastariam o Brasil à guerra imperialista, deve ser entendida considerando o cenário mais amplo da “Guerra Fria”, dado ao confronto entre o mundo socialista e dos povos coloniais contra o jugo do sistema capitalista-imperialista sob hegemonia dos EUA. Como se encontra no Manifesto de Agosto:

É a preparação para a guerra que se intensifica no país. A medida que crescem no mundo inteiro as forças da democracia e do socialismo, que a União Soviética, cada vez mais poderosa, amplia seu prestígio mundial, que os povos da Ásia com o grande povo chinês à frente libertam-se do jugo imperialista, que os partidários da paz organizam-se em todo o mundo e unem suas forças, que cresce o movimento operário e a influência do Partido Comunista, as forças do imperialismo, do mundo capitalista minado por contradições cada vez maiores, desesperam-se, tornam-se mais agressivas, preparam-se abertamente para a guerra, cujo desfecho querem precipitar e exercem pressão, cada dia maior, sobre os governos dos países

dominados, dos quais exigem submissão e obediência crescentes. O atual ataque norte-americano à Coréia é a comprovação prática mais recente e brutal dessa política de agressão aberta de aventura e desespero, por meio da qual pretendemos trustes e monopólios anglo-americanos arrastar os povos a mais uma carnificina guerreira de proporções jamais vistas. (Disponível em: <https://www.novacultura.info/post/2020/08/24/pcb-manifesto-de-agosto-de-1950>, p.3).

Com relação à conjuntura nacional em particular, para o PCB naquele momento as classes dominantes locais estariam se preparando para acabar com a liberdade política no país, instaurar uma ditadura fascista e entregar as riquezas nacionais aos monopólios anglo-americanos, o que agravaria a situação de miséria e pobreza do povo brasileiro, situação essa causada, em parte, pela estrutura arcaica da economia, caracterizada pelos “restos feudais” e pelo monopólio da terra, elementos apontados como sendo impeditivos ao desenvolvimento industrial e ao alargamento do mercado interno. Conforme consta no Manifesto de Agosto:

É evidente, pois, que qualquer que seja a saída que possam tentar neste momento, as classes dominantes se encaminham para a liquidação dos últimos vestígios de liberdade, para a mais sangrenta repressão contra o povo para a ditadura fascista. É o caminho da entrega completa do país aos monopólios anglo-americanos e da preparação acelerada para a guerra imperialista. E desta forma agravam-se todas as causas da miséria e do atraso em que se debate o nosso povo e que estão fundamentalmente na estrutura arcaica de nossa economia, na miséria da renda nacional, nos restos feudais e no monopólio da terra que impedem a ampliação no mercado interno e o desenvolvimento da indústria nacional. (Disponível em: <https://www.novacultura.info/post/2020/08/24/pcb-manifesto-de-agosto-de-1950>, p.6)

De acordo com essa perspectiva, com relação ao regime político do país, tanto o governo de Dutra, como de Vargas e Café Filho, seriam governos de “traição nacional, governos de ‘latifundiários e grandes capitalistas” (SANTOS, 2003, p.227). O objetivo do regime político, representados pelos governos citados, seriam o de “arrastar o Brasil à guerra, vendê-lo aos imperialistas norte-americanos, a fim de conservar o latifúndio e as sobrevivências feudais e escravistas na agricultura” (SANTOS, 2003, p.227). Com essa visão da sociedade brasileira e da conjuntura política, restaria ao povo brasileiro se decidir entre um antagonismo entre duas forças políticas opostas, não havendo uma terceira posição possível, e que obrigaria a todos a se decidir por um lado ou por outro:

São duas políticas que se defrontam, num antagonismo que se torna dia a dia mais claro para todos, que não admite uma terceira posição e que obriga a todos, seja qual for sua posição social, sua crença religiosa ou opinião política, a se definir num ou noutro sentido. De um lado, o sr. Dutra, com a sua maioria parlamentar, com os latifundiários e grandes capitalistas que o

apoiam, com os dirigentes de todos os partidos políticos das classes dominantes, que quer a guerra, a colonização, o terror e a fome para a povo. De outro, as grandes massas trabalhadoras, operários e camponeses, os intelectuais honestos que não se prostituem aos opressores estrangeiros ou a seus agentes no país, o funcionalismo pobre civil e militar, os estudantes, os pequenos comerciantes e industriais, a maioria esmagadora de nosso povo enfim, que luta contra a miséria, que quer paz e liberdade, que luta pela independência da pátria do jugo imperialista. (Disponível em: <https://www.novacultura.info/post/2020/08/24/pcb-manifesto-de-agosto-de-1950>, p.7).

Para se fazer frente ao confronto com as classes dominantes e ao imperialismo, o PCB propôs uma união de todas as forças democráticas e patrióticas, reunidas e organizadas numa *Frente Democrática de Libertação Nacional* (FDLN), composta pelo bloco operário-camponês, em aliança com setores da pequena burguesia e aberta a frações da burguesia com “consciência nacional”, porém sob a condição *prévia* de ser hegemônica e dirigida pelos trabalhadores. Tal frente deveria ser construída de maneira urgente e imediata, a partir das fábricas e das fazendas, nas escolas e nas repartições públicas, nos quartéis e nos navios, enfim, em todos os locais de trabalho e nos bairros das grandes cidades, bem como nas aldeias e povoados, cabendo ao proletariado industrial o papel dirigente e fundamental nesse esforço de organização:

É indispensável e urgente unir e organizar as forças do povo em amplos comitês da FRENTE DEMOCRÁTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL nos locais de trabalho e de resistência. Nesse grande esforço de organização e unificação popular cabe ao proletariado um papel dirigente e fundamental. Mas a classe operária precisa simultaneamente, organizar-se e unificar suas próprias forças para que possa constituir a grande força motriz capaz de mobilizar e dirigir as demais camadas populares na grande luta pela libertação nacional do jugo imperialista e pela conquista da democracia popular. (Disponível em: <https://www.novacultura.info/post/2020/08/24/pcb-manifesto-de-agosto-de-1950>, p.9).

Com essa tática de frente ampla, democrática e de libertação nacional, o PCB esboçaria o seguinte programa para ser adotado por ela:

Por um governo democrático e popular – substituição da atual ditadura feudal-burguesa servil do imperialismo por um governo revolucionário, emanado direta do povo e legítimo representante do bloco de todas as classes e camadas sociais, de todos os setores da população do país que participam efetivamente da luta revolucionária pela libertação nacional do jugo imperialista, sob direção do proletariado (...); Pela paz e contra a guerra imperialista (...); Pela imediata libertação do Brasil do jugo imperialista (...); Pela entrega da terra a quem trabalha (...); Pelo desenvolvimento independente da economia nacional (...); Pelas liberdades democráticas para o povo (...); Pelo imediato melhoramento das condições de vida das massas trabalhadoras (...); Instrução e cultura para o povo (...); Por um exército popular de libertação nacional (...) (SEGATTO, 1981, p. 65).

No âmbito da política-prática, no entanto, tal análise da sociedade brasileira e da conjuntura nacional conduziu o partido ao isolamento político, em virtude do “sectarismo” e do “voluntarismo” contido em suas concepções, o que o impediu de realizar uma análise mais realista da situação concreta. De um lado, na atividade sindical, os comunistas “voltam-se para o combate aos sindicatos existentes, subordinados ao Estado, ao mesmo tempo em que se dedicam à criação de sindicatos paralelos e independentes” (SEGATTO, 1981, p.65). Com o abandono dos sindicatos oficiais, na tentativa de se criar uma estrutura sindical autônoma, abre-se, por parte dos comunistas, “um espaço no interior das organizações dos trabalhadores que será ocupado pelos trabalhistas e outras forças políticas” (SEGATTO, 1981, p.65). De outro lado, em se tratando da política institucional, o PCB encarava todos os partidos - do trabalhismo do PTB ao reacionarismo e “entreguismo” liberal da UDN, passando pela conciliação do PSD -, como representantes dos “latifundiários e grandes capitalistas”, a serviço da entrega do país aos monopólios estadunidenses e da sobrevivência dos “restos feudais”.

Em geral, nesses anos iniciais da década de 1950, como resultado desse conjunto de fatores subjetivos e objetivos - a política sectária e voluntarista então predominante, o afastamento dos sindicatos oficiais e da política institucional, a permanência na ilegalidade e a perseguição aos militantes -, o número de membros do partido é reduzido significativamente. De cerca de “200.000 em 1946, o PCB ficou limitado a menos de 20.000 (isto é, perdeu noventa por cento dos seus adeptos)” (KONDER, 1980, p.93). No entanto, a partir dos anos 1952-53 e paralelamente a política oficial adotada, ou apesar dela, os pecebistas desempenharam papel importante nas campanhas de massa daqueles anos, participando ativamente da luta pelo monopólio nacional do petróleo, contra o envio de soldados brasileiros à Guerra da Coreia patrocinada pelos EUA, pela paz mundial, contra a carestia, etc. Igualmente, da mesma forma prosseguiu o trabalho político dos militantes do PCB com relação aos trabalhadores rurais, ao organizá-los em sindicatos e ligas, mobilizando-os por pautas concretas e imediatas, asseguradas pela CLT - tais como a exigência de pagamento de salário mínimo, o direito à organização sindical e o direito as férias (SEGATTO, 1981, p.67). Essa experiência com os trabalhadores rurais contribuiu para o rompimento do bloqueio imposto pela linha adotada ou, ao menos, para que a dissociação entre ela e a prática efetiva se acentuassem.

Isso pode ser visto, de maneira mais clara, com a *Resolução Sindical de 1952*,

em que os comunistas são chamados, formalmente, a atuarem novamente nos sindicatos oficiais das cidades, o que era, concretamente, apenas a oficialização do que estava acontecendo na prática. De toda forma, “a nova orientação potencializou a participação dos comunistas nos renascentes movimentos sindicais e nacionalistas de então, particularmente na greve dos 300 mil em São Paulo, em 1953” (REIS, 2002, p.80). Com uma maior participação nos sindicatos, assumindo suas direções e penetrando nas massas, em aliança com o trabalhismo de Vargas ou exclusivamente, os comunistas conseguiram exercer uma maior influência sobre o movimento operário, lançando as bases para a formação do PUI – Pacto de Unidade Intersindical, a qual chegou a “contar com 100 entidades sindicais e que, em 1954, dirigiu uma greve geral contra a carestia, na qual se envolveram cerca de 1 milhão de trabalhadores” (SEGATTO, 1981, p.68-69). Esses exemplos históricos citados, contudo, não representam a totalidade da atuação da militância do PCB no movimento operário na época, nem exprimem absolutamente sua relação com os trabalhistas, uma vez que a linha política geral consagrada no *Manifesto de Agosto* de 1950 ainda seguia vigente, conduzindo parte da militância a um distanciamento com relação aos sindicatos, federações, etc., e certa resistência quanto à unidade sindical com outras forças políticas.

É somente com a morte de Vargas e com a reação popular desencadeada por ela, no dia 24 de agosto de 1954, que o PCB começa a sentir o “peso” da conjuntura nacional, levando-o a reconsiderar certos elementos de sua análise e proposta de frente ampla, embora a estrutura de pensamento anterior permanecesse a mesma:

a) pressionados pelos acontecimentos, os comunistas são forçados a reconhecerem diferenciações nas forças políticas presentes na conjuntura; b) começaram a ver à sua frente a possibilidade de participarem da formação de uma Coalizão Democrática, bem diversa da FDLN; c) passaram a valorizar as liberdades democráticas cada vez mais como via privilegiada para obter conquistas às reivindicações populares. (SANTOS, 2003, p.229).

Quatro meses do depois do ocorrido, no entanto, é realizado o IV Congresso do PCB, de 7 a 11 de novembro de 1954, em que seriam efetivadas algumas tímidas mudanças na linha política assumida, mas reafirmando, no essencial, a política formulada no *Manifesto de Agosto*, de tal modo que “em lugar de tirar conclusões mais consistentes do novo quadro político”, o PCB, reunido no IV Congresso, acabava por aprovar uma “política alheia ao país”, ao passo que a “inserção na conjuntura continuará cada vez mais sendo o *locus* onde se irão acumular pressões para forçar uma orientação realista” (SANTOS, 2003, p. 230). Tal reafirmação do posicionamento anterior, apesar

dos acontecimentos na vida política nacional, se deveu ao próprio processo através do qual se organizou a preparação do IV Congresso do PCB, permeado por práticas antidemocráticas, como a escolha pela direção do partido dos delegados que iriam participar do congresso à revelia das bases, a ausência dos delegados e secretários estaduais opositoristas a linha política seguida, e ao instruir os delegados presentes a não causarem embaraços ao Comitê Central do Partido, conseguindo a aprovação do programa proposto sem que houvesse atritos significativos. Como resultado de uma decisão de cúpula garantido por meio do emprego de mecanismos burocráticos, “o programa de 1954 já se tornara obsoleto no momento mesmo de sua edição, que só pode ser atribuída ao processo controlado e ultracentralizado que regeu e filtrou os delegados do Congresso que o aprovaram”. Na prática, o programa “não correspondia mais ao que os comunistas vinham fazendo e dizendo em público” (REIS, 2002, p. 83).

Somente em agosto de 1955, depois de uma tentativa falha de formar uma aliança com o PTB por um candidato “popular” e “independente” em março para as eleições daquele ano, em virtude do PTB optar por apoiar Juscelino Kubitschek, do PSD, o Comitê Central retoma a atenção concedida aos problemas da realidade imediata. Nesse sentido, apesar de em março de 1955 os pecebistas concordarem em participar das eleições, algo diverso do abstencionismo praticado pelo partido quando das eleições que deram a vitória à Vargas cinco anos antes, é a partir de agosto que a direção decide entrar plenamente na disputa eleitoral, convocando a população e a militância para derrotar as forças reacionárias da UDN, representadas pela chapa de Juarez Távora e Milton Campos.

Com o agravamento da conjuntura, em decorrência dos eventos que se seguiram – a vitória da chapa PTB-PSD e eleição de JK, a tentativa de golpe fracassada da UDN e afins e o contragolpe “preventivo” do General H. Lott para assegurar a decisão das urnas de novembro de 1955 -, o PCB “reafirma a necessidade de mobilização em torno da defesa da legalidade e das liberdades democráticas” (SEGATTO, 1995, p. 41). Tal compreensão das eleições e da legalidade democrática liberal abriu caminho para que a luta pela democracia política não só adquirisse caráter amplo, como converteu, ela própria, numa forma de conceber a luta pela democracia como luta pela participação das massas na vida política nacional. As eleições presidenciais seriam consideradas, a partir daí, como outra modalidade de ação política, capaz de viabilizar, em meio ao processo de campanha eleitoral, “uma propaganda em maior escala, repondo as manifestações antigolpistas do passado como uma mobilização a nível nacional pela vigência das

liberdades democráticas” (SANTOS, 2003, p. 231). Nesse sentido, a própria relação com os trabalhistas do PTB, sem que houvesse uma autocrítica explícita, havia mudado completamente, de início em razão do suicídio de Vargas e da fúria popular desencadeada por ela, depois pela eleição de JK e o contragolpe de Lott, deslocando os trabalhistas da concepção de “traidores da classe operária” para algo como “irmãos e companheiros de luta” (REIS, 2002, p.82).

De maneira geral, no entanto, embora as análises de conjuntura do PCB estivessem mais abertas e valorizassem a legalidade constitucional e a democracia liberal, e no plano da prática aceitassem realizar acordos com outras forças políticas, o programa do IV Congresso do PCB continuava vigente, o que explica suas posições oscilantes, ambíguas ou contraditórias, numa tentativa de compatibilizar, ou subordinar, as ações na conjuntura imediata com o programa consolidado em 1954. Nesse sentido, como exemplifica Segatto, o PCB:

Premiado pela realidade e pelos acontecimentos, ora o PCB assume a defesa da Constituição (mesmo com reservas), a importância das liberdades, da unidade ampla das forças democráticas e progressistas, a possibilidade de transformações nos quadros do regime vigente. Ora volta aos postulados anteriores, definidos no Programa do IV Congresso, minimizando a política democrática, as alianças, desferindo e concentrando ataques ao “nacional-reformismo” ou alegando a impossibilidade de mudanças dentro da ordem vigente e propondo sua derrubada e substituição pelo “governo democrático de libertação nacional”. (SEGGATO, 1995, p. 42).

Assim, apesar das transformações nas concepções políticas do partido, e de seus ecos na prática, em virtude dos acontecimentos na vida política nacional, a revisão da análise da sociedade brasileira, do momento político presente, do conjunto de forças em disputa, da tática e da estratégia a serem adotadas, dos potenciais aliados e adversários, etc., tudo isso só seria revisto quando do impacto do XX Congresso do PCUS, em fevereiro de 1956.

1.2. Do Relatório Khrushchov à formulação da Declaração de Março de 1958

Com a morte de Joseph Stálin, em abril de 1953, inicia-se uma nova fase na URSS e nos rumos do movimento comunista internacional, ao lado das mudanças no quadro mais amplo da “Guerra Fria”. Tal quadro, num curto período, é marcado por uma série de importantes acontecimentos, tanto no plano dos conflitos internacionais como para criar as condições necessárias à exposição do Relatório Khrushchov:

Em julho de 1953, foi assinado um armistício na Coreia. Em agosto, a URSS anunciou que também possuía a bomba de hidrogênio, pondo fim ao monopólio estadunidense nessa área da tecnologia bélica nuclear. Em dezembro foi executado Lavrenti Béria, poderoso chefe da polícia secreta nos últimos anos de Stálin. Em julho de 1954, a França, derrotada, saiu do Vietnã. Em abril de 1955, realizou-se a Conferência de Bandung, mostrando que os países do chamado “Terceiro Mundo” podiam exercer maior influência na evolução da situação internacional. Em junho Khrushchov – fortalecido com o afastamento de Malenkov, que se dera em fevereiro – foi à Iugoslávia e promoveu a reaproximação com Tito. Ainda em 1955, Khrushchov deu entrevistas cordiais a jornalistas ocidentais, cumprimentou estadistas burgueses em Genebra, visitou a Índia e prestou homenagem ao falecido Mahatma Gandhi. (KONDER, 1980, p. 97-98).

Em fevereiro de 1956, sob os influxos dos acontecimentos, se realiza o XX Congresso do PCUS, em que Nikita Khrushchov, ao denunciar os crimes cometidos por Stálin e o “culto” a sua figura - como o uso da tortura e processos-farsa, deportações em massa, exílios forçados, perseguição política, etc. -, lança uma “bomba” no movimento comunista internacional, constringendo e desmoralizando os partidos comunistas de todo o mundo, particularmente os europeus, gerando as mais diversas reações. No Partido Comunista Francês (PCF), por exemplo, Maurice Thorez, ex-secretário geral do partido, procurou minimizar as repercussões negativas do acontecimento, enfatizando unilateralmente os seus aspectos positivos: “Diante dessa autocrítica, reforçou-se a confiança dos operários na URSS” (KONDER, 1980, p. 98). Divergindo dessa posição, Palmiro Togliatti, secretário geral do Partido Comunista Italiano (PCI) na época, reagiu aos crimes de Stálin advogando uma “degenerescência do socialismo na União Soviética e alvitando a possibilidade de a revolução mundial ter entrado em nova fase, na fase do *policentrismo*” (KONDER, 1980, p. 98). Defendeu um rumo ao socialismo não mais centrado em Moscou e na política externa soviética, num caminho que colocava a democracia como condição do socialismo, que não mais acreditava em revolução social e na ditadura do proletariado, mas satisfeito com uma dinâmica evolutiva de ampliação da democracia, de maneira gradual e pacífica. Nesse sentido, na opinião do historiador Vijay Prashad, “os partidos comunistas europeus, corretos em seu desejo por desenvolver suas próprias estratégias e táticas, no entanto, lançaram-se em um caminho autodestrutivo” (PRASHAD, 2019, p.134). Posteriormente, a maioria deles, depois da queda da URSS, não restaria em pé.

A reação do PCB em particular, apesar do Brasil poder ser situado entre os países da “periferia” do sistema capitalista global, esteve mais próximo dos partidos comunistas dos países centrais, uma vez que o impacto do XX Congresso do PCUS o

marcou profundamente, reinando o silêncio absoluto na diretoria do partido nos sete meses seguintes, bem como foi um dos acontecimentos principais para a mudança na linha política assumida com o *Manifesto de Agosto* e reiterada no IV Congresso. Quanto à militância de base, como veremos, ela pressionaria, através dos órgãos de imprensa do partido e da atuação em suas instâncias intermediárias, pela abertura do debate e por uma autocrítica interna.

Quando a direção do PCB tomou conhecimento do Relatório Khrushov, num primeiro momento os dirigentes comunistas brasileiros negaram a veracidade dos fatos, desacreditando-os como intriga das “potências imperialistas” ou acreditando que o relatório era forjado, haja vista que muitos militantes do partido souberam do relatório através da “imprensa burguesa” (como do *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, e do *O Estado de São Paulo*). Somente quando da volta de Diógenes de Arruda, chefe da delegação brasileira ao XX Congresso do PCUS, que durou alguns meses - pois o mesmo seguiu à China e ficou um tempo na Europa, retornando somente em julho -, confirmou a veracidade do relatório é que os pecebistas aceitaram a realidade dos fatos. Segundo Konder, a reação ao relatório “deixou os comunistas numa perplexidade ainda maior que a generalidade dos comunistas de outros países: durante sete meses, o PCB se manteve num aturdido e obstinado silêncio” (KONDER, 1980, p.98). Tal reação paralisante imobilizava o partido, ao menos na cúpula dirigente, uma vez que as bases, à medida que as revelações se confirmavam e outros partidos comunistas começavam tanto uma autocrítica interna quanto a debater sobre os rumos do movimento comunista internacional, a se desfazer das certezas que haviam informado sua vida e ações militantes, forjadas no “dogmatismo” abstrato e na prática “voluntarista”. Sua reação logo se manifestou nos veículos da imprensa partidária, como no *Voz Operária* e na *Imprensa Popular*, publicando artigos, entrevistas e documentos de partidos e dirigentes comunistas, além de noticiar os ocorridos contemporâneos nos países do Leste Europeu – como a intervenção da URSS sob Khrushov na Hungria e a subida ao poder de Wladyslaw Gomulka, representante da facção oposicionista ao stalinismo na Polônia, em outubro-novembro de 1956.

Confirmada a veracidade do relatório, em fins de agosto, o Comitê Central do PCB realiza sua primeira reunião para discutir o XX Congresso do PCUS. Nela, “foram desferidas cerradas críticas a vários dirigentes, mas os alvos centrais seriam Arruda Câmara e Prestes” (SEGATTO, 1995, p.48). A reunião foi tensa e a crítica mais aberta e livre do que usualmente praticada pelo partido, levando mesmo à suspensão da reunião,

sem conseguir chegar a nenhuma conclusão oficial, tendo somente marcado para outubro uma próxima. Nesse ínterim, no entanto, a imprensa partidária continuaria com suas publicações no sentido de pressionar para a abertura dos debates, fornecendo “material” para a reflexão dos militantes e dirigentes comunistas, constituindo-se mesmo em um elemento importante para o desencadeamento das discussões que atravessariam a vida do partido nos meses seguintes e que contribuiriam para as mudanças em suas concepções e práticas.

A abertura do debate se deu quando da publicação do artigo de João Batista Lima e Silva, intitulado “Não se poderia adiar uma discussão que já está em todas as cabeças”, no qual responde às indagações de uma carta de Maurício Pinto Ferreira, reclamando da demora da discussão sobre as questões colocadas pelo XX Congresso do PCUS, assim como sublinha a necessidade de se vincular o congresso com os erros da atuação do partido, sendo ambos os textos publicados no jornal *Voz Operária* de 06 de outubro de 1956. Esta abertura do debate, à revelia do Comitê Central, teve respaldo em outros órgãos de imprensa do PCB, como o *Imprensa Popular*, do Rio de Janeiro, e no *Notícias de Hoje*, editado em São Paulo, os dois exigindo a discussão do XX Congresso. Além desses veículos de imprensa do partido, a abertura da discussão foi apoiada também pelos Comitês Regionais de São Paulo, Ceará e Rio Grande do Sul e por organizações auxiliares ao Comitê Central, como as seções de agitação e propaganda, sindical e de massas, a comissão de finanças e pela juventude comunista (SEGATTO, 1995, p.52).

Frente às repercussões e ao rápido crescimento das críticas, a direção do PCB, no entanto, imporá restrições ao debate e procurará mesmo dirigi-lo, ao passo que se reúne e aprova um documento em que reconhece a demora das discussões do XX Congresso, lamenta a tomada do conhecimento dele pela “imprensa burguesa”, critica o “dogmatismo” entranhado nas concepções do partido, o “mandonismo” praticado por suas lideranças, a disciplina algo “militar” e não disciplina voluntária e consciente, a falta de democracia interna e de livre debate, tudo o que contribuía no âmbito prático ao “sectarismo”, ao “centralismo” de cúpula e tolhia a liberdade de crítica (SEGATTO, 1995, p.53)³. Por outro lado, incorporava certas teses do XX Congresso, como a política de coexistência pacífica e repetia a análise da situação internacional feita pelos

³ O nome do documento chama-se “O Projeto de resolução do Comitê Central sobre os ensinamentos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o culto à personalidade e suas consequências, a atividade e as tarefas do Partido Comunista do Brasil”

documentos soviéticos, bem como apresentava uma visão cautelosa sobre as modificações ocorridas no Brasil. Nesse sentido, “voltava-se às apreciações sobre a conjuntura feitas a partir de agosto de 1954, à ideia de frente única, à caracterização do governo Juscelino feito em pleno de janeiro de 1956 e à sua postura crítica positiva” (SANTOS, 2003, p.236). Em suma, o Comitê Central do PCB, apesar de reconhecer melhores condições para o avanço da democracia e uma modificação da correlação de forças, entre elementos progressistas e reacionários, representados no governo de JK e no parlamento, ainda se manteve fiel ao programa de 1954 e concentrou a autocrítica nos aspectos essencialmente organizativos, deixando intactas as bases do seu pensamento político.

A imprensa, a militância e certos dirigentes do PCB, porém, e mesmo após a formulação da autocrítica do Comitê Central, continuariam suas críticas, formando ao longo das discussões três grupos distintos em disputa pelos rumos do partido, até fins de abril de 1957:

Alguns militantes do PCB, amargurados com a constatação das profundas deformações dos ideais do socialismo e das concepções de Marx no período de Stálin – e particularmente revoltados com o fato de terem sido cúmplices de tais deformações – insurgiram-se contra o partido em que tinham militado, criticaram-no em termos que os colocavam praticamente fora dele, preconizando, na prática, sua dissolução (Agildo Barata, Osvaldo Peralva e muitos outros.) A radicalização dessa revolta negativista foi invocada por determinados dirigentes muito comprometidos com o passado que se pretendia negar como uma evidência dos riscos da mudança e uma razão para que o PCB se recusasse fazer qualquer autocrítica substancial (Diógenes Arruda, João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e outros). Entre os dois extremos, acabou por prevalecer no interior do PCB uma corrente de pensamento disposta a promover uma autocrítica profunda (e ao mesmo tempo atenta à preservação do partido), uma tendência que reconhecia a necessidade de uma reflexão nova em torno da “questão democrática” – tanto ao nível da atividade político-partidária como ao nível da sociedade em geral – para evitar que tornassem a ocorrer fenômenos como aqueles cuja trágica extensão Khrushov tinha reconhecido. (KONDER, 1980, p. 104).

No que se refere à corrente mais crítica do programa de 1954 e das revelações do XX Congresso do PCUS, a autodenominada “renovadora” e liderada por Agildo Barata, tal corrente advogava, em relação ao partido, duas propostas: a) uma nova compreensão do “internacionalismo proletário”, pela independência e autonomia interna em relação a outros PCs, e o estabelecimento de relações mútuas e diretas, com o objetivo de facilitar a troca de críticas e experiências; e b) a democratização do partido e o esforço para a correção de práticas “mandonistas”, as quais prejudicavam as relações entre democracia interna e centralismo. Propunha, nesse sentido, medidas imediatas: a adoção do método

de direção coletiva e o afastamento dos dirigentes mais comprometidos com o mandonismo. Advogava também, com relação ao programa e à linha política assumida, três mudanças fundamentais: a) que embora o caráter da revolução brasileira fosse “antiimperialista” e “antifeudal”, a luta antiimperialista se desenvolveria mais rapidamente em comparação ao “atraso” da luta camponesa, haja vista o crescimento progressivo do proletariado, tornando as tarefas dessa luta mais urgentes no processo revolucionário. Isso implicava no reconhecimento de certo desenvolvimento capitalista no país e a possibilidade de “independência” da economia nacional frente ao imperialismo. Conseqüentemente, em relação à frente única democrática e nacional, implicava que, ao invés da luta pela hegemonia do proletariado como condição para sua participação, era necessária uma fase inicial de “acumulação de forças” e ampla aliança contra o “imperialismo” e seus “agentes internos” (burgueses e latifundiários associados), participando de tal frente o bloco operário-camponês, mas igualmente elementos das camadas médias, da grande burguesia e mesmo latifundiários, desde que houvesse contradições entre eles e o imperialismo. Com essa política frentista, as forças democráticas e patrióticas conseguiriam um governo “diverso do atual” e lutariam por conquistar - ainda nos quadros do atual regime -, um “governo nacionalista e democrático”, com o objetivo de introduzir na vida política do país um democratismo que elevaria a consciência das massas e possibilitaria as transformações que abririam caminho ao socialismo, culminando numa concepção de revolução de duas etapas; b) que a nova realidade do país e do mundo viabilizaria o caminho pacífico para a revolução brasileira, embora tal caminho dependesse da força, da organização e da consciência da classe operária e seus aliados, cabendo aos comunistas e ao conjunto de forças que compõe a frente única a defesa da legalidade constitucional e democrática; e c) a defesa do regime pluripartidário, tanto na fase da frente única como na fase posterior de construção do socialismo, convivendo pacificamente com outras forças políticas na construção da nova sociedade. (SEGATTO, 1995, p. 58-60).

A partir de maio, no entanto, tal corrente é excluída do debate, em virtude da corrente “conservadora”, de início acuada frente às críticas que recebia, reagir e sair em defesa dos “princípios” (marxista-leninista) que conformavam o partido e se posicionar contrariamente ao que se entendia como atitudes “liquidacionistas”, “revisionistas”, “divisionistas”, “anti-soviéticas”, contrárias ao internacionalismo proletário e que tão somente visavam à “desmoralização” do partido e do Comitê Central. A reação conservadora também se expressará através de medidas tomadas pela direção, como o

fato de obrigar o Comitê Regional do Ceará a se retratar publicamente devido à acusação de que o IV Congresso não teria sido organizado de maneira democrática, mas por indicação da “cúpula dirigente” ou por meio de intervenções nos órgãos de imprensa do partido, como o *Voz Operária* em que sua redação e direção sofreram alterações. Assim, pois, se no início os renovadores apareciam como maioria no debate interno do PCB, aos poucos vão se convertendo em minoria, tendendo cada vez mais ao isolamento, o que, somado ao uso da “máquina partidária” pelo Comitê Central, colocou os críticos e divergentes da linha política oficial em choque com as regras e legalidade do partido, culminando em sua exclusão.

O debate, daí em diante, seguiria entre a corrente conservadora e outra que se formaria ao longo do seu desdobramento, mais aberta à autocrítica, tanto em relação à experiência soviética quanto à “questão democrática” no partido e na sociedade, mas distinta da corrente renovadora, pois atenta à preservação do partido e seus princípios, sendo seus membros mais destacados Mario Alvez, Giocondo Dias e Jacob Gorender, entre outros. Essa corrente, num primeiro momento, apoiaria os “conservadores” na luta contra os “renovadores”, compartilhando da sua crítica de que estes tenderiam ao revisionismo e à dissolução do partido nos moldes do “marxismo-leninismo”, afastando-se deles em seguida e procurando isolá-los posteriormente, em razão de acharem necessário se livrar igualmente do “dogmatismo” e “voluntarismo” contidos em suas concepções e da prática “mandonista”.

Nesse sentido, com o decorrer do debate, essa corrente conseguiria, de um lado, livrar-se dos “revisionistas de direita”, e de outro, expulsar “os sectários de esquerda, os dogmáticos”, limpando o terreno para uma nova redefinição do programa e da prática política do PCB (REIS, 2002, p.84-85). Com uma política conciliatória, ganharia a adesão de Prestes, anteriormente alinhado aos conservadores, e com seu prestígio, atrairia parte da corrente renovadora (Roberto Morena, Francisco Gomes, Zuleika Alambert, Armênio Guedes, Horácio Macedo, entre outros) e parte da corrente conservadora (Carlos Marighella, Luis Telles, Orlando Bonfim Jr, Apolônio de Carvalho, entre outros), além de lideranças regionais e de base, tornando-se majoritária (SEGATTO, 1995, p. 65). Com sua vitória, vemos formar-se um grupo dirigente que, através de cooptações e marginalizações, consegue converter-se numa nova maioria, empalmando o partido e delimitando os limites das renovações no programa e na prática do PCB.

Tal “renovação conservadora” se consolidaria com a *Declaração de Março de 1958* em que se fundem elementos de ambas as correntes derrotadas no processo de autocrítica do PCB, fruto dos acontecimentos históricos ao nível nacional e internacional e conseqüência dos seus impactos. Os responsáveis por sua redação foram Mario Alvez, Giocondo Dias, Alberto Passos Guimarães, Jacob Gorender, Armênio Guedes, Dinarco Reis e Orestes Timbaúba (PANDOLFI, 1995, p.183). Nela, o novo grupo dirigente do PCB reconhecia que, apesar da estrutura econômica atrasada e arcaica, dominada pelos monopólios imperialistas e pelo latifúndio feudal, haveria um desenvolvimento capitalista nacional, autônomo e progressista, interessado na independência econômica do país:

Modificações importantes têm ocorrido, durante as últimas décadas, na estrutura econômica que o Brasil herdou do passado, definido pelas seguintes características: agricultura baseada no latifúndio e nas relações pré-capitalistas de trabalho, predomínio maciço da produção agropecuária no conjunto da produção, exportação de produtos agrícolas como eixo de toda a vida econômica, dependência da economia nacional em relação ao estrangeiro, através do comércio exterior e da penetração do capital monopolista nos postos-chave da produção e circulação (...). Nos quadros dessa estrutura atrasada, foi-se processando um desenvolvimento capitalista nacional, que constitui o elemento progressista por excelência da economia brasileira. Esse desenvolvimento inelutável do capitalismo consiste no incremento das forças produtivas e na expansão, na base material da sociedade, de novas relações de produção, mais avançadas. (PCB, *Declaração de Março de 1958*, 1980, p.4).

Em razão desse desenvolvimento capitalista, nacional e progressista, as novas modificações na estrutura social brasileira, introduzidas por ele, já estariam se fazendo presentes no caráter de classe do Estado, no regime político e nos elementos sociais que constituiriam os governos, no sentido da democratização da vida política do país. O Estado brasileiro, assim, representaria tanto os interesses dos setores latifundiários e dos setores capitalistas ligados ao imperialismo, quanto os da burguesia interessada no desenvolvimento independente da economia nacional, o que engendraria contradições e compromissos de classe no seio do próprio Estado, tornado objeto de disputa política para determinar os rumos da política estatal. Dessa forma, considerando a luta de classes e a disputa política em torno do Estado, bem como as mudanças recentes ocorridas na situação econômica e social do país, caberia aos comunistas e às forças nacionalistas e democráticas encaminhar a luta política no sentido da solução das contradições da sociedade brasileira, que seriam, para o PCB naquele momento, duas fundamentais e uma secundária:

Como decorrência da exploração imperialista norte-americana e da permanência do monopólio da terra, a sociedade brasileira está submetida, na atual etapa de sua história, a duas contradições fundamentais. A primeira é a contradição entre a nação e imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura. O desenvolvimento econômico e social do Brasil torna necessária a solução dessas duas contradições fundamentais (...). A sociedade brasileira encerra também a contradição entre o proletariado e a burguesia, que se expressa nas várias formas de luta de classe entre operários e capitalistas. Mas esta contradição não exige uma solução radical na etapa atual. Nas condições presentes em nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo. (PCB, Declaração de Março de 1958, 1980, p.13).

Em função de tal diagnóstico das contradições da sociedade brasileira, a revolução no país seria dividida em duas etapas, sendo a primeira e imediata de caráter antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática, tendo por objetivos: a) a inteira libertação econômica e política da dependência para com o imperialismo norte-americano; b) a transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho; e, c) o desenvolvimento independente e progressista da economia nacional e a democratização radical da vida política (PCB, Declaração de Março de 1958, 1980, p.13). Dessa forma, resolvidas as contradições principais da primeira etapa, estariam removidas as causas do “atraso” do povo brasileiro e criadas as condições para a transição ao socialismo, alcançado numa frente ampla com as forças antimperialistas e antifeudais sob a direção do proletariado. Tais forças seriam compostas, de acordo com a *Declaração de Março de 1958*, por um conjunto amplo e heterogêneo de forças sociais, envolvendo desde o proletariado e o campesinato, a pequena burguesia urbana, até a burguesia nacional interessada no desenvolvimento independente, os latifundiários que possuísem contradições com o imperialismo no mercado internacional e mesmo grupos burgueses ligados a outros monopólios imperialistas rivais ao imperialismo estadunidense e prejudicados por este. (PCB, Declaração de Março de 1958, 1980, p.14). A hegemonia de tal frente ampla, diferente do *Manifesto de Agosto* de 1950, não estaria mais condicionada pela direção *prévia* do proletariado, mas seria resultado de um processo de luta árduo e paulatino.

Aliada a esta concepção de revolução em duas etapas encabeçada por uma frente ampla nacionalista e democrática, estaria também a concepção de revolução pacífica ao socialismo, alcançado por meio da disputa parlamentar e de reformas “estruturais”, tornadas possíveis graças às mudanças no cenário internacional:

Em consequência do impetuoso ascenso do socialismo e das vitórias de libertação nacional, acelerou-se o processo de debilitamento e decomposição do imperialismo. Não só se reduziu drasticamente a área de seu domínio, como se agravaram as contradições entre os países imperialistas e dentro de cada um deles. Aumentam as dificuldades econômicas dos EUA, onde a produção vem caindo, enquanto cresce o número de desempregados, o que delineia uma perspectiva de crise econômica (...). As modificações na arena internacional criam as condições mais favoráveis para a luta pelo socialismo, tornam mais variados os caminhos da conquista do poder pela classe operária e as formas de construção da nova sociedade. A possibilidade de uma transição pacífica ao socialismo se tornou real em uma série de países. (PCB, Declaração de Março de 1958, 1980, p.11).

Com essa concepção de transição ao socialismo, o PCB se alinhava à política de “coexistência pacífica” da URSS, apostava na via pacífica para a revolução brasileira e condicionaria sua ação política dentro dos limites da legalidade constitucional e democrática.

Introduzidas essas modificações no programa político do PCB, a *Declaração de Março 1958* buscava “reeducar” os militantes e dirigentes do partido no espírito de uma *nova política*, sem dogmatismo e voluntarismo, principais desvios de uma “linha justa”, mas também sem abandonar e sem se descuidar da correta aplicação dos princípios do “marxismo-leninismo” às originais particularidades concretas do desenvolvimento histórico nacional. Em agosto/setembro de 1960, dois anos após a aprovação da declaração, é realizado o V Congresso do PCB onde são reiteradas as teses da declaração de 1958, com pequenas alterações, mas que mantém o núcleo essencial de suas concepções. Com base na declaração de 1958, o PCB apoiaria o programa das reformas de base do governo de João Goulart, identificadas pelo partido como as reformas necessárias para a “etapa” nacional-democrática da revolução socialista, no período anterior ao golpe militar de 1964.

Por outro lado, é forçoso reconhecer, como afirma Pandolfi, que a *Declaração de Março de 1958* “tornou-se um divisor de águas na história e na memória dos comunistas brasileiros” (PANDOLFI, 1995, p.186). De fato, as avaliações acerca do documento se dividem, de maneira geral, em torno de duas posições mais ou menos definidas: de um lado, há aqueles que consideram a *Declaração de Março de 1958* como o encontro do PCB com a “questão democrática”, ao valorizar a luta pela democracia e os mecanismos institucionais do regime (como as eleições, o parlamento, etc.), e, por outro lado, há os que consideram o documento como a capitulação do partido perante a revolução socialista e a adoção definitiva de uma posição “reformista”

e “conciliadora”. (PANDOLFI, 1995, p.186-187). Há, também, posições intermediárias e críticas, como a de Mazzeo, que, apesar de reconhecer que a estratégia “nacional-democrática”, ao seguir uma linha política “moderada” e “institucionalista”, contribuiu para obstaculizar a criação de espaços políticos populares que desarticulassem o bloco “burguês-autocrático”, na medida em que os comunistas atribuíam as tarefas “democráticas” não ao proletariado, mas à “burguesia progressista”, defende que, se não havia condições para uma “situação revolucionária”, as contradições da sociedade brasileira poderiam desaguar numa situação de “radicalização da democracia”, o que possibilitaria o desencadear de uma situação “pré-revolucionária”, algo que o programa e a ação do PCB estariam contribuindo. (MAZZEO, 1999, p.140).

Ao nosso modo de ver, apesar das diferenças fundamentais presentes entre os dois documentos analisados – o *Manifesto de Agosto de 1950* e a *Declaração de Março de 1958* -, como as distintas posições acerca do caminho a ser adotado para se alcançar o socialismo (pela via pacífica ou pela ruptura violenta), ou como a aceitação ou negação em participar da democracia liberal e seus mecanismos institucionais, em ambos os documentos, no entanto, o caráter da revolução brasileira é definido como “nacional-democrática” e aceita-se, em alguma medida, estabelecer uma aliança com a chamada “burguesia nacional”, entendida enquanto agente “progressista” e “modernizador” da sociedade brasileira contra os “entraves” ao seu desenvolvimento capitalista industrial nacional, representados pelo latifúndio e pelo imperialismo. Desse modo, em decorrência do caráter “nacional-democrático” da revolução, é preconizada uma aliança tática com a burguesia numa frente ampla, seja esta entendida enquanto uma “frente democrática de libertação nacional”, seja entendida enquanto uma “frente nacionalista e democrática”. A diferença entre ambas, apesar da tática de aliança com a burguesia presente nos dois documentos, se explica mais por fatores relativos à conjuntura política nacional (como o suicídio de Vargas) e ao movimento comunista internacional (como o impacto do Relatório Khrushchov) e suas consequências na luta interna do PCB, do que a uma mudança de concepção estratégica e da realidade brasileira, sobretudo, no que diz respeito à estrutura de classes e à luta de classes. Portanto, para nós, apesar das importantes diferenças entre os dois documentos analisados, prevaleceu os elementos de *continuidade* entre eles, levando o PCB, no âmbito prático a, no máximo, oscilar entre uma tática que negava os espaços democráticos da luta institucional e a atuar no movimento sindical oficial, e uma tática

que valorizava a participação em tais espaços e aceitava se incorporar ao movimento dos trabalhadores organizados.

Por fim, de toda forma e como mostramos acima, o novo documento que orientaria a prática do partido nos anos seguintes, durante o período anterior ao golpe militar, partia do entendimento de que o desenvolvimento capitalista promovido pela “burguesia nacional” possuía um caráter “progressista”, “democratizante” e que removeria os entraves ao desenvolvimento nacional, identificados com a oligarquia latifundiária e o imperialismo. Como veremos na última seção do presente capítulo, seria justamente contra esse entendimento do desenvolvimento capitalista nacional e acerca dos conflitos das classes que compõem o bloco dominante, que a reflexão de Ruy Mauro Marini a respeito do desenvolvimento capitalista no Brasil, presente na obra *Subdesenvolvimento e Revolução*, mostraria os equívocos de tal entendimento, bem como as razões que o levou a definir o caráter da revolução brasileira como socialista, ant imperialista e anticapitalista.

1.3. Ruy Mauro Marini e o desenvolvimento capitalista brasileiro: entre os compromissos das classes dominantes e a política bonapartista

Como afirmamos na Introdução do presente trabalho, esta seção será dedicada à análise dos textos de Ruy Mauro Marini em que o autor se debruçou sobre a “problemática brasileira” reunidos na obra *Subdesenvolvimento e Revolução*, obra essa que é um compilado de materiais escritos por Marini durante os anos de 1965 a 1971. Ou seja, os textos que compõem a edição do livro a qual nos utilizamos, publicado pela editora Insular no ano de 2017, como parte da *Coleção Pátria Grande. Biblioteca do Pensamento Crítico Latino-Americano*, uma iniciativa do Instituto de Estudos Latino Americanos (IELA) da Universidade Federal de Santa Catarina, não são os escritos por Marini em sua versão original. De toda forma, é de nosso interesse situar os textos que escreveu durante os anos 60 que analisam o desenvolvimento capitalista do Brasil e de sua integração ao imperialismo, uma vez que estes se localizam no interior das ideias e teses que conformariam a distinção e a identidade dos grupos políticos e movimentos sociais que constituiriam a *Nova Esquerda*. O próprio Ruy Mauro Marini escreve, em seu memorial, que o texto “Contradicciones y conflictos en el Brasil contemporáneo”, publicado pela primeira vez na revista *Foro Internacional*, entre abril-junho de 1965, e que, a partir da quinta edição do livro, é o primeiro texto do capítulo 2, “A dialética do

desenvolvimento capitalista no Brasil” (“Política e Luta de Classe”), “se baseava, numa ampla medida, no relatório sobre a situação política brasileira, que eu apresentara na última reunião do Comitê Central da POLOP de que eu participara, realizado em março de 1965”. (MARINI, memorial, p. 6).

Tal texto, portanto, fora escrito um pouco depois do golpe militar, quando já era realidade o fracasso da estratégia “reformista” nacional-democrática e quando Marini já havia deixado o Brasil em direção ao México, onde conseguiria um lugar no Centro de Estudos Internacionais (CEI) do Colégio do México e onde se estabeleceria durante os anos de 1965-1969. Seria também nesses anos que Marini publicaria os textos “El carácter de la revolucion brasileña”, em 1966, e “Subdesarrollo y revolucion”, em 1967, correspondendo o primeiro título ao terceiro texto do capítulo 2 da edição utilizada por nós (“O caráter da revolução brasileira”), enquanto o segundo título é o primeiro texto da nossa edição (“Subdesenvolvimento e Revolução”). No geral, os três textos mencionados por nós conformam a visão de Marini sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o embate entre as classes sociais e os conflitos políticos daí decorrentes, bem como a sua crítica à estratégia “nacional-democrática” e ao seu corolário tático de aliança com a burguesia nacional.

Portanto, dando prosseguimento à análise, no texto “Política e Luta de Classes”, Marini afirma que a história política brasileira apresenta, no século XX, duas fases bem caracterizadas e distintas. A primeira, que vai de 1922 a 1937, é marcada por grandes agitações sociais, rebeliões populares e pela Revolução de 1930, cujas causas se localizariam na industrialização verificada no país durante a década de 1910, sobretudo após 1914 com a guerra na Europa, quando a economia brasileira se veria forçada a realizar um processo de substituição de importações (MARINI, 2017, p.74). A crise mundial de 1929 e suas repercussões sobre o mercado internacional manteriam a capacidade de importação do país a níveis baixos, acelerando o processo de industrialização (MARINI, 2017, p.74). No plano das classes sociais, tais mudanças operadas na estrutura econômica da sociedade brasileira se expressariam no surgimento de uma nova classe média, identificada com uma burguesia industrial vinculada ao mercado interno, e no nascimento de um novo proletariado urbano, o que no âmbito político desencadearia um período de conflitos que seriam resolvidos por intermédio da Revolução de 1930 e do Estado Novo de Vargas, forma política de um compromisso entre as classes dominantes:

O resultado das lutas desencadeadas por esse conflito é, por intermédio da Revolução de 1930, um compromisso – o Estado Novo de 1937, sob a ditadura de Getúlio Vargas – através do qual a burguesia se estabiliza no poder, em associação aos latifundiários e aos velhos grupos comerciantes, ao mesmo tempo em que estabelece um esquema particular de relações com o proletariado. Nesse esquema, o proletariado será beneficiado por toda uma série de concessões sociais (concretizadas sobretudo na legislação trabalhista do Estado Novo) e, por outro lado, será enquadrado em uma organização sindical rígida, que o subordina ao Governo, dentro de um modelo de tipo corporativista. (MARINI, 2017, p.75).

Essa configuração das relações entre as classes sociais, definidas por um compromisso político entre a burguesia industrial e a antiga oligarquia latifundiária mercantil, por um lado, acompanhado da legislação trabalhista e do enquadramento da organização sindical num modelo corporativo para as classes operárias urbanas, por outro, fariam da ditadura varguista sob o Estado Novo um regime de tipo “bonapartista”, longe de representar um regime de opressão de classe aberta. (MARINI, 2017, p.136). Na concepção de Marini, os regimes de tipo bonapartista seriam um “recurso político” da burguesia para impor sua política de classe no interior da coalizão dominante sem, contudo, rompe-la:

O bonapartismo se apresenta, nesta perspectiva, como o recurso político utilizado pela burguesia para enfrentar seus adversários. Fincando-se nas massas populares urbanas – seduzidas pela fraseologia populista e nacionalista e, mais concretamente, pelas tentativas de redistribuição de renda -, a burguesia procura erigir um novo esquema de poder, no qual, mediante o apoio das classes médias e do proletariado, e sem romper o esquema de colaboração vigente, seja capaz de se sobrepor às antigas classes latifundiária e mercantil. (MARINI, 2017, p.58)

Com relação a instauração do Estado Novo de Vargas, a questão fundamental para Marini residiria em compreender por que o compromisso firmado em 1937, fruto da Revolução de 1930, conduziu a esse equilíbrio político entre a burguesia industrial e as velhas classes dominantes agrárias e mercantis. Para ele, as razões do pacto entre as classes dominantes deveriam ser buscadas nos elementos que sustentam as relações de complementariedade entre elas, uma vez que ambas possuíam interesses econômicos em comum:

Um dos elementos significativos dessa complementariedade é, efetivamente, a drenagem dos capitais para a indústria, através da qual a burguesia teve acesso a um excedente econômico que não precisava expropriar, posto que era colocado espontaneamente a sua disposição. Não é, entretanto, o único: manter o preço externo do café, enquanto a moeda se desvalorizava internamente, interessava aos dois setores – à oligarquia, porque preservava o

nível de suas receitas, e à burguesia, porque funcionava como uma tarifa protecionista. A demanda industrial interna era, por outro lado, sustentada exatamente pela oligarquia, necessitada dos bens de consumo que já não podia importar e em condições de adquiri-los apenas na medida em que seu nível de renda fosse garantido. (MARINI, 2017, p.138).

Desse modo, tratava-se de entender que, como o Estado sustentava a capacidade produtiva do sistema agrário, através da compra dos excedentes da produção do café ou de sua queima, objetivando manter o preço elevado no mercado internacional, o Estado garantia também um mercado para a burguesia industrial, o único de que poderia dispor realmente durante a crise mundial. Ao lado da oferta da burguesia industrial suprimida pela oligarquia latifundiária-mercantil, outro elemento de complementaridade entre as classes dominantes seria dado pelas próprias características da estrutura agrária do campo brasileiro, isto é, pela elevada concentração da propriedade da terra e pela capacidade produtiva abaixo das necessidades de emprego das massas rurais. Tais características da estrutura agrária forçariam um deslocamento constante de mão de obra do campo para a cidade, o que forneceria novos elementos sociais às fileiras da classe operária urbana ao mesmo tempo em que contribuiria para uma oferta excedente permanente de força de trabalho, isto é, para “um exército industrial de reserva que permitia à burguesia rebaixar os salários e impulsionar a acumulação de capital exigida pela industrialização” (MARINI, 2017, p.138).

Tal esquema de poder entre as classes sociais, apesar da destituição da ditadura de Vargas em 1945, se manteria estável até 1950, sob o governo forte de marechal Dutra (1945-1950). Se inicia então o segundo período da história política brasileira, marcado por acirradas lutas que conduzirão o país, ao longo de quinze anos, ao golpe militar de 1964. É a partir do segundo governo Vargas, quando retorna ao poder pela via eleitoral, que a burguesia industrial se esforçaria por colocar os recursos econômicos disponíveis e o aparelho de Estado a seu serviço, rompendo, ou ao menos, transgredindo, as regras do jogo fixadas em 1937. Segundo Marini, as razões para essa mudança da burguesia diante do pacto político de 1937 deveriam ser buscadas nas relações entre o desenvolvimento industrial e as atividades agroexportadoras:

Assiste-se, nesse período, à deterioração das condições nas quais essas regras se baseavam, o que se deve, por um lado, ao crescimento constante do setor industrial e, por outro, às dificuldades que, tendo aparecido primeiramente no setor externo, fizeram com que a complementaridade existente até então entre o desenvolvimento industrial e as atividades agroexportadoras se convertesse numa verdadeira oposição. (MARINI, 2017, p. 75).

Ou seja, se durante o período de 1930 a 1950 a indústria nacional se desenvolveu sob o signo de um compromisso político entre as classes dominantes, em decorrência das relações de complementariedade entre os setores agrário e industrial, bem como pela dependência da indústria frente às divisas geradas pelas exportações - para a aquisição de máquinas e equipamentos -, nos anos de 1950 essa situação objetiva se modifica. Segundo Marini, à medida que o desenvolvimento econômico se realizou em seu conjunto, o polo industrial da relação de complementariedade tendeu a se autonomizar e a entrar em conflito com o polo agrário (MARINI, 2017, p.140). A ruptura da complementariedade teria sido ocasionada em virtude do setor agroexportador, sob o impacto da crise de 1953⁴, não conseguir mais oferecer à burguesia os montantes de divisas necessárias ao prosseguimento do desenvolvimento industrial. Acompanhada dessa queda das divisas geradas pelo setor externo, as políticas de valorização do café - como a compra de estoque invendáveis pelo governo -, voltadas a garantir os lucros dos plantadores e exportadores, representavam recursos subtraídos à atividade industrial (MARINI, 2017, p. 140). Por outro lado, se a estrutura agrária do campo forçava um deslocamento permanente de mão de obra para regiões urbanas, pressionando os salários para baixo e aumentando o exército industrial de reserva, essa mesma estrutura a partir de certo desenvolvimento industrial alcançado⁵ se tornaria um obstáculo para a expansão de bens de consumo não-duráveis voltados ao mercado interno, além de contribuir para a elevação dos preços das matérias – primas e dos gêneros alimentícios nos mercados das cidades, em virtude de sua baixa produtividade, o que repercutiria tanto nos custos de produção industrial quanto nas condições de vida da classe operária.

No plano histórico-político, tal ruptura da complementariedade entre o setor industrial e o setor agroexportador se expressaria no segundo Governo Vargas, quando a burguesia brasileira, se apoiando no movimento de massas ascendente, se utilizaria dele

⁴ De acordo com Marini, a partir de 1953, com o encerramento da Guerra da Coreia, o principal mercado consumidor dos produtos brasileiros – o estadunidense - se tornaria incapaz de absorver as tradicionais exportações do país, além de sofrer com a concorrência dos países africanos e da formação de zonas preferenciais, como o Mercado Comum Europeu, o que tornaria a crise irreversível. (MARINI, 2017, p.140).

⁵ Segundo Marini, “Historicamente, e do ponto de vista das forças produtivas, esta situação corresponde ao fim da etapa da industrialização substitutiva de bens de consumo não-duráveis, e leva à necessidade de implementar uma indústria pesada, produtora de bens intermediários, de consumo durável e de capital”. (MARINI, 2017, p.57).

para quebrar as resistências das antigas classes dominantes. Segundo Marini, essa aliança da burguesia com os segmentos urbanos médios e operários foi possível, pois:

Ao propor um amplo programa de expansão econômica, a burguesia abria perspectivas de emprego e de elevação do nível de para a classe operária e para as classes médias urbanas, criando dessa maneira uma zona de interesses comuns que tendiam a expressar-se politicamente em um comportamento homogêneo. Essa tendência será acentuada pela burguesia através do manejo das direções sindicais (via Ministério do Trabalho) e com o impulso dado às ideias nacionalistas, que lhe permitiram exercer o controle ideológico sobre as massas. (MARINI, 2017, p.76).

Dessa forma, e refletindo essa correlação de forças, o segundo governo de Vargas adotaria políticas de cunho progressista e nacionalista, sendo expressão disso a criação de dezenas de empresas estatais em setores estratégicos da economia (como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, a Petrobrás e a Eletrobrás, entre outras), a concretização do Plano Salte (programa de investimento público voltado aos setores de transporte, alimentação, saúde e energia), o envio ao Congresso de um projeto de lei que limitasse os lucros extraordinários, bem como os pronunciamentos favoráveis à restrição de remessas lucros ao exterior, etc., tudo isso acompanhado de uma política trabalhista destinada a atrair o apoio da classe operária, seja através da nomeação de um nome próximo da classe – como era o de João Goulart -, seja por meio de aumentos salariais e da organização unitária dos sindicatos. (MARINI, 2017, p.76-77). Assim, na medida em que a burguesia brasileira se conscientizava dos limites do mercado interno aos bens de consumo não-duráveis, levando-a a encarar as etapas superiores do processo industrial, ela defenderia políticas de transferências de capital do setor exportador e a instauração de barreiras alfandegárias que protegessem o mercado nacional. Ao fazer isso, no entanto, a burguesia se chocaria “simultaneamente com a classe latifundiária-mercantil e com os trustes internacionais, aos quais a economia está conectada pelas atividades de importação e exportação”. (MARINI, 2017, p.58).

Nesse sentido, as lutas políticas de 1954, que culminam no suicídio de Vargas e na posterior mobilização popular, refletiram o aprofundamento dessas contradições sociais e do conflito entre as classes dominantes, levando-as a uma solução temporária de trégua. Os governos de Café Filho e Juscelino Kubitschek, que se sucedem à grave crise política de 1954, seriam ambos governos que buscariam uma fórmula de superar as contradições econômicas sem que levassem, contudo, a um confronto definitivo entre

ambas as classes envolvidas. Para Marini, a solução encontrada pelos governos mencionados foi recorrer ao capital estadunidense:

O recurso escolhido foi abrir a economia brasileira aos capitais estadunidenses, a fim de romper o nó formado no setor cambial. A Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC (atual Banco Central) cria o marco jurídico para essa política, cujo auge é atingido com o Plano de Metas do governo de Kubitschek, que acarreta cerca de 2,5 milhões de dólares em investimentos e financiamentos e empurra de novo a expansão industrial. (MARINI, 2017, p.115).

Dessa forma, o assédio dos capitais estrangeiros, em particular dos EUA, que se intensifica a partir dos anos de 1950, não só ao Brasil, mas ao conjunto dos países da América-Latina⁶, coincide com um período agudo de conflitos entre os segmentos dominantes, em razão da dependência da burguesia industrial frente às divisas geradas pelo setor agroexportador e devido ao caráter monopolista da estrutura agrária. A inserção do capital estrangeiro no setor manufatureiro nacional, convém assinalar, ocorreu também num período em que a economia mundial, reorganizada sob a hegemonia dos EUA, afirmaria sua tendência à integração dos sistemas de produção⁷, motivada por duas razões fundamentais: a) em primeiro lugar, como acontece processos de concentração e centralização de capital em consequência das crises cíclicas do capitalismo, depositando uma superabundância de recursos nas mãos das grandes companhias internacionais, estas precisavam de novos campos de investimento para aplicações no exterior, sendo o setor industrial da América Latina e do Brasil voltado ao mercado interno algo atrativo; e b) em razão do desenvolvimento de bens de capital e da aceleração do progresso tecnológico nas economias centrais, o que fez com que os tipos de equipamentos produzidos, sempre mais sofisticados, ficassem reservados a estes países, enquanto as máquinas e equipamentos que se tornavam obsoletos fossem

⁶ Segundo Marini, “o desenvolvimento da indústria brasileira, em seu período-chave – isto é, entre 1930 e 1950 - beneficiou-se da crise mundial do capitalismo. Isso não se deveu somente à impossibilidade da economia nacional satisfazer a demanda interna por bens manufaturados através de importações, mas também ao fato de que a crise permitiu a aquisição, a baixo preço, dos equipamentos necessários à implantação da indústria e, principalmente, ao alívio considerável da pressão dos capitais estrangeiros sobre o campo de investimento representado pelo Brasil. Essa situação é comum para o conjunto dos países latino-americanos. O investimento direto estadunidense na América Latina, que havia sido da ordem de 3,46 bilhões de dólares em 1929, baixou para 2,7 bilhões em 1940; em 1946, o montante desses investimentos ainda é inferior àquele de 1929, mas em 1950 já alcança um nível superior, somando 4,45 bilhões, para chegar a 5,44 bilhões de dólares em 1952 e dobrar essa soma no início dos anos de 1960”. (MARINI, 2017, p.143). Os dados citados por Marini sobre o investimento estadunidense na América Latina foram extraídos do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, em sua publicação *Us investments in the Latin American economy*, de 1957.

exportadas aos países da periferia; - embora seja necessário pontuar que, para o nível tecnológico imperante na região, tais máquinas e equipamentos representassem um considerável avanço. (MARINI, 2017, p.59).

Assim, a entrada desses capitais, seja sob investimentos diretos, seja sob a forma de associação com grupos locais, constituía uma solução conveniente para ambas as partes:

...para o investidor estrangeiro sua maquinaria obsoleta permitiria obter lucros similares aos que poderiam ser obtidos com um equipamento mais moderno em seu país de origem, em virtude do preço mais baixo da mão de obra; e para o empresário local se abria a possibilidade de conseguir uma mais-valia extraordinária com a nova maquinaria. (MARINI, 2017, p.62).

Tal solução adotada pela burguesia brasileira não poderia deixar de ter impacto sobre o equilíbrio político existente e nas relações entre os setores industrial e agroexportador. É a partir do mecanismo de associação que se consagra a integração da burguesia brasileira aos grandes monopólios internacionais, sepultando o ideal de um desenvolvimento capitalista autônomo e elevando o caráter dependente das economias periféricas a um novo patamar, muito mais profundo que o anterior. Por outro lado, graças ao recurso ao capital estrangeiro, as tensões entre os grupos industriais e agroexportadores se traduziriam em um momento de solidariedade mútua durante a execução do Plano de Metas, uma vez que a burguesia aceitou que as divisas necessárias para o prosseguimento da industrialização fossem fornecidas pelos grupos estrangeiros, concedendo-lhes, em troca, “uma ampla liberdade de entrada e de ação” e renunciando, portanto, “à política nacionalista esboçada por Vargas”. (MARINI, 2017, p.80). Contudo, se no período de 1955-1960 houve uma relativa pacificação entre os segmentos dominantes e o imperialismo, em virtude dos mecanismos de associação e do provimento de divisas fornecido pelo capital estrangeiro, é também nesse período que se acirra a luta de classes a partir do movimento de massas da cidade e do campo.

Como assinala Marini, como mais da metade das terras se concentravam em mãos de apenas 1/3 dos proprietários rurais, sobretudo através do arrendamento da terra, ao restante da população ativa rural restava oscilar entre uma situação permanente de subemprego e miséria ou migrar para cidades, onde, “por um lado, iram somar-se ao triste quadro das favelas cariocas, dos mocambos de Recife e das cidades-satélites de Brasília, e, por outro lado, irão aviltar o nível dos salários urbanos, devido ao aumento da oferta de mão de obra.”(MARINI, 2017, p.86). Somado a isso, o avanço da técnica

na agricultura, como a utilização de equipamentos sofisticados e fertilizantes produzidos pela indústria, ao invés de melhorarem as condições de vida da população rural, é fonte de desemprego, e como a estrutura monopolista do campo impedia que os ganhos de produtividade fossem repassados ao trabalhador, tal incremento tecnológico significava apenas o aumento da intensificação da exploração do trabalho (MARINI, 2017, p.86-87). Considerando essa situação do trabalhador rural, não é de se surpreender que as lutas do campo pela posse da terra na segunda metade dos anos de 1950 se agudizassem. Em 1958, como fruto da intensificação dos conflitos sociais, surge a primeira liga camponesa, no engenho de Galileia, Pernambuco, sob a liderança de Francisco Julião (no capítulo 2 veremos com mais detalhes a história e a formação das Ligas Camponesas). O movimento camponês a partir de então se amplia rapidamente, e, em pouco tempo, atravessa as fronteiras do Nordeste, chegando ao sul e nas regiões interioranas do país. Em 1961, ocorre o Congresso Nacional Camponês, realizado em Belo Horizonte, com a participação de mais de mil líderes rurais de todo o país, e onde as Ligas Camponesas se decidem pela palavra de ordem da “reforma agrária na lei ou na marra”.

De mais maneira mais sutil, o movimento de massas urbano também era afetado pela questão agrária do campo. Segundo Marini,

Abastecendo constantemente o mercado urbano de trabalho com seus excedentes, a estrutura agrária brasileira contribuía para que o nível dos salários se mantivesse estacionário, ao mesmo tempo em que, devido à alta desproporcionada dos preços agrícolas, forçava violentamente o aumento do custo de vida. Tal fenômeno também afetava a classe média assalariada, cujos rendimentos sempre estiveram em função do salário mínimo operário. (MARINI, 2017, p.87).

Essa elevação do custo de vida na cidade coincidiria com a aceleração da organização sindical da classe operária, em virtude das etapas superiores da industrialização, dando força o suficiente para que a classe conseguisse obter suas reivindicações salariais, contribuindo, assim, para a espiral inflacionária que afetava os preços de mercado e os lucros da burguesia⁸. Com o esgotamento do modelo de

⁸ Conforme o entendimento de Marini sobre a questão, “a inflação é, normalmente, um mecanismo através do qual as classes dominantes de uma sociedade procuram melhorar sua participação no montante de riquezas produzido. No Brasil dos anos 1960, sua aceleração indicava uma luta entre preços e salários que significava apenas que a inflação deixava de ser eficaz como instrumento de acumulação de capital. Era impossível continuar financiando a industrialização através de poupanças forçadas, uma vez que o nível de vida popular estava comprimido ao máximo – graças à erosão constante a qual os salários tinham

expansão industrial pautado no investimento público e no investimento de capital estrangeiro, em razão da queda da renda interna, do volume das exportações e da remessa de lucros dos investimentos externos, bem como da aceleração do processo inflacionário, a economia brasileira entraria numa crise industrial que arrastou o país à depressão. Em tal situação, as contradições sociais que haviam se manifestado durante os anos de 1950-54 voltariam a se apresentar com muito mais força, principalmente aquelas que impulsionavam as massas operárias e as classes médias das cidades para que lutassem por melhores condições de vida. No campo das esquerdas, que, para Marini, se dividia entre o PCB e a ala esquerda do nacionalismo, tal aguçamento das contradições sociais se refletiriam na quebra do monopólio do marxismo detido pelo velho partido, com a fundação da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (POLOP), com o racha interno do PCB com a fundação do PC do B, na formação do Movimento Revolucionária Tiradentes das Ligas Camponesas, bem como na conversão da Ação Popular ao marxismo-maoísmo e nos principais organismos de massa que gravitavam em torno da Frente de Mobilização Popular e das lideranças populares de Leonel Brizola e Miguel Arraes. (MARINI, 2017, p.100-101).

Nesse contexto, a burguesia brasileira, pressionada pelas contradições sociais mencionadas e pelos movimentos de massas da cidade e do campo, e consciente da impossibilidade de manter a expansão industrial dentro dos marcos estreitos estabelecidos pelo latifúndio-exportador e pelos grupos monopolistas estrangeiros, resolveria, novamente, a tentar romper com o cerco dessas forças e impor sua política de classe. De janeiro de 1961 a abril de 1964, o país presenciaria “três tentativas de implantar um governo forte, tentativas estas que se basearam em diferentes coalizões de classe e que refletiram, em última instância, a correlação real de forças na sociedade brasileira” (MARINI, 2017, p.90). A primeira, durante a vigência do governo de Jânio Quadros, representaria “um ensaio de bonapartismo carismático”, pois, “ungido de legalidade e tingido de progressismo em grau suficiente para obter adesão das massas” e, ao mesmo tempo, “suficientemente liberado de compromissos partidários”, Quadros poderia, “em nome do interesse nacional, arbitrar os conflitos de classe”. (MARINI, 2017, p.90-91).

No entanto, cercado de um “ministério conservador e inexpressivo”, Quadros teria deixado claro, desde o princípio, “que governaria sozinho”. (MARINI, 2017, p.91).

sido submetidos – e existia um movimento sindical em melhores condições para se defender”. (MARINI, 2017, p.89).

Assim, com seu comportamento “despótico”, “depreciando qualquer tipo de pressão e mostrando um desprezo soberano pelos sindicatos, pelas direções estudantis, pelos organismos patronais, pelos partidos políticos, enfim, por qualquer forma de organização”(MARINI, 2017, p.91), combinados à política externa independente nas relações internacionais, às medidas de contenção de preços dos produtos agrícolas no mercado interno (contrariando os interesses dos latifundiários e especuladores) e à liberação cambial (o que beneficiava o setor exportador e a capital estrangeiro), “despertaram o descontentamento dos mais distintos setores, desde os comunistas até os de extrema direita”. (MARINI, 2017, p.95). Pautado por sua concepção carismática e pequeno-burguesa da política, em que se compreende o “povo” enquanto uma unidade homogênea indistinta, não reconhecendo que são as forças populares organizadas que sustentam os governos com apoio popular, ao renunciar “esperava voltar ao poder nos braços do povo, dispondo de uma força tal que ninguém – nem o Congresso, nem os partidos, nem os militares -, poderia enfrenta-lo” (MARINI, 2017, p.95-96). No entanto, contrariando o que esperava Jânio Quadros, “o povo, como ele esperava, saiu às ruas para enfrentar a direita, mas não tomou seu nome como bandeira e sim o de João Goulart, muito mais ligado às direções das massas” (MARINI, 2017, p. 96).

Frustrada a tentativa bonapartista de Quadros, e tendo Goulart chegado ao poder com o apoio de setores populares e operários organizados (sobretudo após a campanha pela legalidade e da adoção do parlamentarismo), a burguesia buscava se aproveitar de sua influência no movimento sindical com o objetivo de conter suas reivindicações, numa tentativa de deter a escalada inflacionária às custas das condições de vida da classe operária, ao mesmo tempo em que procuraria “utilizar do presidente em seu propósito de constituir um governo forte, capaz de atacar os fatores determinantes da crise econômica – o setor externo e a questão agrária -, abrindo novas perspectivas de expansão para a economia.” (MARINI, 2017, p.97). Ou seja, tratava-se de substituir “a liderança carismática de Jânio Quadros – baseada em uma concepção abstrata de autoridade -, por uma liderança de massas, sustentada por forças organizadas e por uma ideologia definida”. (MARINI, 2017, p.97). Ressurgia, assim, no cenário político brasileiro, uma espécie de Frente Popular, que Vargas havia tentado, e que, sob a liderança de Goulart, através da campanha pelas “reformas de base” e da mobilização popular, sobretudo após a sujeição das forças reacionárias do Congresso ao plebiscito de 1963, aparentemente confirmaria que “a tendência bonapartista que se esboçava no cenário político da nação iria se concretizar e que a mesma venceria a tese, preconizada

pelo PCB, de um governo da burguesia industrial respaldado pela classe operária.” (MARINI, 2017, p.98).

Como a tarefa fundamental do governo era superar a crise econômica, cujo deterioração se manifestava nos indicadores da diminuição da taxa de crescimento e da elevação da inflação⁹, Goulart divulgaria seu Plano Trienal de Desenvolvimento (1962-65) com o objetivo de reativar o crescimento econômico e promover um regresso à estabilidade monetária (MARINI, 2017, p.98). O fato do plano ter fracassado, ainda em 1963, segundo Marini, não se deveu a uma falha na programação do plano, mas “à própria contradição que se encontrava na base do governo Goulart”. (MARINI, 2017, p.99). Do ponto de vista da burguesia, Goulart teria a missão de restabelecer a rentabilidade dos investimentos, isto é, de deter a tendência à queda da taxa de lucros. Para isso necessitava, a longo prazo, no plano interno, realizar a reforma agrária que, como dissemos anteriormente, devido ao caráter monopolista da estrutura agrária do campo e de sua baixa produtividade, impulsionava a inflação na cidade, e, no plano externo, ampliar o mercado de exportação através de uma política externa independente. No curto prazo, isso significava exigir do governo Goulart, fruto da luta dos movimentos populares e operários, a contenção das reivindicações das massas. Nesse sentido, quando Goulart enviou ao Congresso a declaração exigindo o Estado de Sítio, desencadeando a mobilização popular por sua rejeição, tal “demonstração de força por parte do movimento popular e uma prova tal de fraqueza por parte de Goulart”, convenceram a burguesia “de que a esperança de que se governo pudesse oferecer uma garantia de ‘paz social’ – graças ao controle que exerce sobre os organismos de massas – era vã”. (MARINI, 2017, p.106).

Foi assim que, convencida a burguesia da incapacidade de Goulart em conter o movimento de massas, e como, desde 1955, a classe burguesa estava cada vez mais integrada ao imperialismo, ela se decidiu por um governo forte com os setores da direita:

Naturalmente, não é apenas o receio inspirado pelo movimento de massas que contribui para aproximar a burguesia das demais classes dominantes e para fundi-las em bloco. Já indicamos que a crise econômica, visível desde 1962, não favorecia a aliança da burguesia com as classes populares, principalmente com a classe operária, devido aos sacrifícios que essa crise imporia ao país. Desde o momento em que Goulart se mostrou incapaz de realizar o milagre dessa aliança (e sua viragem para a esquerda, em março de 1964, apenas confirmava essa incapacidade), a burguesia, necessitando sempre de um governo forte, tinha que contar com a direita. Por outro lado, a transformação ocorrida no interior da classe burguesa, desde 1955, tornava

⁹P.98-99

cada vez mais possível este arranjo entre os grupos dominantes. (MARINI, 2017, p.107).

É assim que, para Marini, o golpe militar de 1964 e a posterior ditadura “tecnocrática-militar”, aparecem como consequência inevitável do próprio desenvolvimento capitalista brasileiro e como uma tentativa desesperada por parte da burguesia em abri-lhe novas perspectivas. (MARINI, 2017, p.153). Isso explicaria, para Marini, a razão de umas das primeiras faces mostradas pela ditadura militar ter sido a repressão contra o movimento de massas, através da intervenção nos sindicatos, da dissolução dos organismos de massas (como a extinção da CGT) e da perseguição, torturada e morte das lideranças operárias, camponesas e/ou vinculadas aos partidos de esquerda, uma vez que era necessário ao desenvolvimento capitalista da indústria a contenção das reivindicações salariais das massas trabalhadores e da escalada inflacionária. Isso explicaria também, por outro lado, a política econômica da ditadura, que foi, antes de mais nada, de contenção dos salários, de restrição do crédito e de aumento da carga tributária. (MARINI, 2017, p.107). Em linhas gerais, tal política de estabilização financeira buscava “criar uma oferta de mão de obra abundante, baixando assim seu preço, e, ao mesmo tempo, “racionalizar” a economia, liquidando a concorrência excessiva que produziu a expansão industrial em certos setores e favorecendo, portanto, a concentração de capital nas mãos de grupos estrangeiros”. (MARINI, 2017, p.107).

Com a aceitação da burguesia como sócia-menor do imperialismo em sua aliança com os capitais estrangeiros, ao decidir intensificar a capitalização – ao abaixar ainda mais nível de vida das massas e concentrando em suas mãos o capital disperso na pequena e média burguesia -, e ao se reconciliar com as antigas classes latifundiárias mercantis, abrindo mão da reforma agrária, para Marini isso seria a prova do abandono por parte da burguesia da política bonapartista e da renúncia de levar à cabo um desenvolvimento capitalista autônomo. “A coincidência entre essas duas tendências – o abandono da política bonapartista e das aspirações pelo desenvolvimento autônomo-”, diz Marini, “leva à queda dos regimes liberal-democráticos que vinham tentando se afirmar desde o pós-guerra e conduz à instauração de ditaduras tecnocráticas-militares”. (MARINI, 2017, p.63).

Do campo da esquerda, isso teria sérias implicações estratégicas e táticas. Em primeiro lugar, dessa perspectiva, a história política brasileira no século XX, no que se

refere as classes dominantes, teria se desenrolado dentro dos marcos de um compromisso político entre a burguesia industrial, nascida dos processos de substituição de importações, com as velhas classes dominantes agrárias, havendo momentos em que, dada as etapas superiores da industrialização e as contradições que esse processo implicava – como a limitação do mercado interno, a dependência da burguesia industrial frente as divisas geradas pelo setor exportador e o assédio dos capitais estrangeiros -, a burguesia optaria por uma solução de força, buscando impor sua política de classe no interior da coalizão dominante, por meio de regimes de tipo “bonapartista” (como era, na concepção de Marini, o Estado Novo de Vargas, o “bonapartismo carismático” de Jânio Quadros e o “bonapartismo de massas” de Goulart). Ou seja, dessa perspectiva, “não tem cabimento falar de uma dualidade estrutural da economia tal como se costuma entende-la, isto é, como uma oposição entre dois sistemas econômicos independentes e mesmo hostis”, tal como o PCB, em sua *Declaração de Março de 1958*, compreendia a questão. (MARINI, 2017, p.139). Pelo contrário, o ponto fundamental estaria em reconhecer que a agricultura de exportação foi a própria base sobre a qual se desenvolveu o capitalismo industrial brasileiro. Em segundo lugar, tal reflexão de Marini levaria a descartar a tese da revolução permanente da burguesia, posto que sua revolução deveria ser enquadrada no período entre 1930 e 1937, quando a ditadura do Estado Novo não apenas significou a consolidação da burguesia no poder, mas, sobretudo, “representou também a renúncia dessa classe a qualquer iniciativa revolucionária”, uma vez que, “sua aliança com as velhas classes dominantes contra as alas radicais da pequena burguesia – bem como das massas proletárias camponesas –“, fizeram com que a “canalização do desenvolvimento capitalista nacional” fosse traçada de acordo com os interesses “da coalizão dominante que o mesmo expressa”. (MARINI, 2017, p.139).

Nesse sentido, com o pacto de compromisso da classe burguesa com o latifúndio mercantil e o imperialismo, consolidado definitivamente com a ditadura militar, o caráter da revolução brasileira não poderia ser, como advogava o PCB, de caráter “nacional-democrático”, mas necessitaria ir além, numa luta anticapitalista e anti-imperialista, que colocasse em marcha uma frente dos trabalhadores da cidade e do campo contra o atual sistema de exploração, rumo ao socialismo. Em outras palavras, a luta revolucionária dos trabalhadores da cidade e do campo, dado o estado da aliança entre as classes dominantes e a renúncia em se levar a cabo um desenvolvimento capitalista nacional e autônomo, orientaria os movimentos populares para “a

substituição do atual sistema de produção por outro que permita a plena expansão das forças produtivas”, e que resulte, ao final, na “elevação efetiva nos níveis de trabalho e de consumo, isto é, no sistema socialista”. (MARINI, 2017, p.67).

Em outra passagem dos textos que compõe a obra *Subdesenvolvimento e Revolução*, com relação ao socialismo, Marini escreve que, para as grandes massas do povo, os problemas econômicos e sociais do sistema capitalista não estariam na rigidez do mercado interno ou na capacidade de absorção tecnológica, como era para a burguesia monopolista associada, mas na própria organização econômica do regime capitalista:

Para as grandes massas do povo, o problema está, inversamente, em uma organização econômica que não apenas admita a incorporação do processo tecnológico e a concentração das unidades produtivas, mas que as acelere, sem que isso implique agravar a exploração do trabalho no marco nacional e subordinar definitivamente a economia brasileira ao imperialismo. Tudo está relacionado a conseguir uma organização da produção que permita o pleno aproveitamento do excedente criado, ou, vale dizer, que aumente a capacidade de emprego e produção dentro do sistema, elevando os níveis de salário e consumo. Como isso não é possível nos marcos do sistema capitalista, só resta ao povo brasileiro um caminho: o exercício de uma política operária, de luta pelo socialismo. (MARINI, 2017, p.160).

Vemos assim que, da ótica de Marini, o sistema socialista seria uma necessidade dos trabalhadores da cidade e do campo em virtude da incapacidade do capitalismo em oferecer melhores condições de vida para essas classes. Ou seja, a ênfase da necessidade do socialismo recai, aqui, nas *condições econômicas do projeto socialista*, o único capaz de oferecer prosperidade às massas e progresso material. A partir do capítulo 3 veremos como Marini, quando do início dos anos de 1980, concebe de modo distinto a importância do socialismo para as massas, em razão das mudanças ocorridas no cenário internacional, nos processos sócio-políticos da América Latina e dos movimentos democráticos populares em ascensão no período.

Antes disso, no entanto, no próximo capítulo, veremos como tais concepções políticas de Marini eram compartilhadas por um conjunto de organizações e movimentos sociais que surgiram no início dos anos 1960, quando as contradições sociais da sociedade brasileira e a radicalização da luta política levariam à quebra do monopólio do marxismo pelo PCB e ao aparecimento de organizações que, ou teriam seu referencial teórico no marxismo, ou que surgiram das fileiras do nacionalismo “revolucionário”. Naturalmente, como iremos mostrar, haveria diferenças entre essas

concepções políticas no conjunto dessas organizações e movimentos sociais, com ecos em suas estratégias de tomada do poder, de aliança entre as classes, etc..., sem que elas divergissem quanto ao caráter socialista da revolução brasileira.

2. Da crítica ao PCB nasce a Nova Esquerda

Neste capítulo discutiremos brevemente a formação de cada uma dessas organizações, frentes ou movimentos que se colocavam como alternativa “revolucionária” frente ao PCB no campo político. Isso será feito por meio da análise de sua trajetória e origem, de sua estratégia revolucionária, de sua visão da sociedade brasileira e da conjuntura política, bem como de seu posicionamento frente às reformas de base – defendidas pelo PCB e consideradas necessárias para a “etapa” socialista da revolução brasileira. Além disso, dentre o conjunto de organizações analisadas no presente capítulo, destacaremos a Organização Marxista Revolucionária-Política Operária (POLOP), em razão de ser nessa organização que Marini viria a militar e ser um dos dirigentes, portanto, sendo de nosso interesse entender sua passagem por ela, bem como em identificar os elementos que a distinguiam do PCB no terreno teórico e político e que contribuíram para a conformação de sua própria identidade e a situava no campo revolucionário das esquerdas.

Fazemos isso por compreender que é deste campo político que emergem as bases para o pensamento de Ruy Mauro Marini, expostas em seus textos que compõe a obra *Subdesenvolvimento e Revolução*, uma vez que foi um dos intelectuais e dirigentes da POLOP, umas das organizações políticas contrárias a estratégia “nacional-democrática” de duas etapas encabeçada pelo PCB e que fazia parte do conjunto de organizações e movimentos sociais que compunham a *Nova Esquerda*.

Com o início dos anos de 1960 nascem no seio do campo da esquerda marxista e de tendências e grupos mais radicalizados do nacionalismo e do trabalhismo, novas forças políticas que iriam se somar ao espectro da esquerda revolucionária, permanecendo ativas e atuantes desde o pré-1964 marcado pela efervescência cultural e política que vivenciou o Brasil até meados de 1974 com o fim do AI-5, do “milagre econômico” e da última experiência revolucionária da esquerda armada no episódio da Guerrilha do Araguaia (RIDENTI, 2010, p.60). É nesse período de aproximadamente quinze anos que esse conjunto de forças políticas disputaria a conquista de hegemonia com o PCB em setores sociais interessados (ou considerados em terem interesse) em levar a cabo um programa revolucionário, ao final do qual culminaria na ruptura da ordem constitucional-liberal e se iniciariam os primeiros passos no caminho da

transição ao socialismo. Embora heterogêneas e nem sempre unidas, essas esquerdas conseguiram organizar movimentos de massa e se apresentar como uma alternativa “revolucionária” frente ao “reformismo” pecebista, sendo fundamentais para a compreensão da conjuntura política anterior ao golpe militar de 1964 e para o pensamento de Ruy Mauro Marini acerca do desenvolvimento capitalista no Brasil e a respeito da estratégia revolucionária a ser seguida naquela conjuntura histórica. Tais organizações, frentes ou movimentos são denominados pela bibliografia de *Nova Esquerda*¹⁰ (REIS, 1985, p.7) e são constituídos pelas Ligas Camponesas, de Francisco Julião; pela União Nacional dos Estudantes (UNE), sob direção da Ação Popular (AP) e da juventude comunista; pelo movimento nacionalista dos subalternos das Forças Armadas, principalmente em torno da figura de Leonel Brizola e da Frente de Mobilização Popular (FMP); e por organizações políticas marxistas como a POLOP e o PC do B.

2.1. Da corrente oposicionista ao nascimento do PC do B

Assim, pois, feita a exposição dos propósitos do presente capítulo e retomando a partir da análise do capítulo anterior, com a realização do V Congresso do PCB em agosto de 1960, o grupo que mantivera a hegemonia no partido até a *Declaração de Março de 1958* - resultado de um intenso debate interno em razão da morte de Vargas e do XX Congresso do PCUS -, tem consolidada sua derrota na direção, embora formalmente não houvesse desencadeado uma ruptura. Com as eleições presidenciais do mesmo ano, o PCB, fiel à linha política formulada, define seu apoio à “candidatura do Ministro da Guerra de Juscelino Kubitschek, Marechal Henrique Teixeira Lott”, e de seu vice, “João Goulart, cujas vitórias nas eleições poriam na ordem do dia a questão do estabelecimento”, de um “governo nacionalista e democrático” (GÁRCIA, 2019, p. 40.). Com relação aos militares, Gorender ressalta que o PCB se singularizou, no movimento comunista internacional, pela “afluência às suas fileiras de oficiais do Exército”, o que teria contribuído para “a tese acerca do caráter democrático das Forças Armadas”, à qual teria recebido fundamentação teórica com Nelson Werneck Sodré e estaria presente nos discursos de Prestes (GORENDER, 1987, p. 53). A atuação de Lott em particular,

¹⁰ Sempre que empregarmos a denominação Nova Esquerda, estaremos com ela entendendo “o conjunto de organizações e partidos políticos clandestinos que surgiram no país em oposição e como alternativa ao Partido Comunista Brasileiro – PCB - e que se propunham a dirigir as lutas sociais e políticas do povo brasileiro, encaminhando-as no sentido da liquidação da exploração social, da dominação do capital internacional e da construção de uma sociedade socialista”.

no processo político brasileiro, em defesa da Petrobrás e da nacionalização de setores da economia, e, sobretudo, pela conduta legalista quando das tentativas de impedimento da posse de JK, eram “apontadas pelos comunistas como a virtude maior do Marechal” (GÁRCIA, 2019, p. 40). Com relação a Jango e ao trabalhismo do PTB, em razão da “nova política” posta em prática desde 1958, nos meios sindicais a aliança dos comunistas com os trabalhistas já se havia estabelecido há algum tempo e havia rendido a “tomada da diretoria de vários sindicatos, federações e confederações, bem como na fundação de inúmeras intersindicais, culminando na criação do Comando Geral dos Trabalhadores” (CGT) (FERREIRA, 2013, p.115). Para além da união no movimento sindical, o PCB também enxergava num possível governo encabeçado por Lott e Jango a viabilidade do programa das *reformas de base*, da qual a mais importante seria a reforma agrária, embora também incluíssem uma reforma urbana, administrativa, bancária, fiscal e universitária, reformas essas consideradas pelos pecebistas de efeito estrutural, tidas como “as condições para a realização da revolução brasileira” (FERREIRA, 2013, p.117).

No entanto, o resultado eleitoral do pleito de 1960 foi diferente do esperado pelo PCB, com a vitória de Jânio Quadros para presidente e do vice João Goulart, abrindo um período conturbado politicamente, de grande efervescência cultural e de agitações sociais. Com o esgotamento do modelo “nacional-desenvolvimentista” de Juscelino Kubitschek, as contradições gestadas durante a segunda metade dos anos 1950 exacerbam os conflitos de classes e impactam a estabilidade institucional, exigindo saídas para crise econômica e social, sendo as reformas de base consideradas a solução das forças políticas progressistas. Com a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, numa tentativa falha de se manter no poder desencadeando a mobilização popular, Jango assume a presidência; porém, por sofrer pressão dos militares devido às aproximações de Goulart com o movimento popular e o PCB, é firmado um pacto político de conciliação, transfigurado na instauração do regime parlamentarista. A adoção de tal regime “tendendo a diminuir os poderes do novo presidente”, contudo, é vista como “uma tentativa do Congresso de frear os anseios reformistas cada vez maiores do movimento de massa” (GÁRCIA, 2019, p. 43). A partir daí a linha política do PCB passa a ser criticada como uma resposta equivocada aos conflitos e contradições colocados pela conjuntura, seja por organizações ou movimentos desligados do partido, seja por correntes internas, formadas pela base e por membros do Comitê Central, germes de futuras dissidências e agrupamentos políticos. Por outro

lado, se é certa que a “hegemonia ideológica do PCB no campo da esquerda não se veria ameaçada até, pelo menos, o golpe”, não é menos evidente que “na multiplicação de críticas que surgiam às orientações do ‘Partidão’”, se insinuavam “os desdobramentos que a esquerda brasileira teria após 1964” (GÁRCIA, 2019, p. 44).

Com a derrota da ala “conservadora” do PCB durante os embates de 1956-58 e consolidada no V Congresso, representada pelos dirigentes Diógenes Arruda, Maurício Grabois, Pedro Pomar e João Amazonas, tais membros seriam gradualmente afastados das posições de comando e direção da burocracia partidária, restando-lhes apenas o rebaixamento gradual na organização e a atuar na oposição à linha formulada pela *Declaração de Março de 1958* nos órgãos oficiais do partido (NADAI; GÁRCIA, 2019, p. 141). No dia 11 de agosto de 1961, no semanário *Novos Rumos* – que desde fevereiro de 1959 substituiu o jornal *Voz Operária* como órgão central do PCB –, foi publicado o Programa e os Estatutos do Partido Comunista *Brasileiro*, ao lado de uma entrevista de Prestes sobre o encaminhamento de ambos os documentos ao Tribunal Superior Eleitoral, com o objetivo de conseguir o registro legal do partido, impedido de se oficializar em decorrência da acusação de que o PCB seria supostamente uma organização estrangeira em território nacional, a seção do Brasil da Internacional Comunista. De qualquer forma, a substituição do nome da legenda se mostrou infrutífera, pois o TSE não viu na mudança nominal algo significativo acerca dos reais interesses do partido e negou o registro legal. Do lado da oposição ao Comitê Central, no entanto, a mudança do nome do partido foi vista como “infração de princípios, que o Programa e os Estatutos encaminhados ao TSE se afastavam do marxismo e que, portanto, Prestes e seus companheiros haviam renegado o partido fundado em 1922 e criado um partido *revisionista*” (GORENDER, 1987, p. 33, grifo do autor).

Através do documento conhecido como *Carta dos 100*, articulado por Pomar, Grabois e Amazonas, os dissidentes protestariam e criticariam o que enxergavam como omissões a referências ao “marxismo-leninismo” e à luta revolucionária, se constituindo como estopim de um processo que culminaria na Conferência Nacional Extraordinária do Partido Comunista *do* Brasil, realizada em fevereiro de 1962. Nela, consuma-se a cisão e formaliza-se a coexistência de dois partidos comunistas no país, a formação de um novo Comitê Central, a manutenção do antigo nome do partido (como forma de reivindicar a “autenticidade” de ser o partido da *vanguarda* dos trabalhadores e se alinhar à sua trajetória desde a fundação em 1922) e a elaboração de um programa inspirado no IV Congresso do PCB e no *Manifesto de Agosto de 1950*, consumado em

seu *Manifesto-Programa*. Como no PCB, a contradição principal na sociedade brasileira é apontada entre nação e imperialismo, particularmente o dos EUA, aliado dos latifundiários, mas com a diferença de que, com a relação aos “grupos monopolistas da burguesia”, também os considerava “os principais entraves ao progresso da Nação e à conquista do bem-estar do povo” (REIS, 1985, p. 27). Tal consideração implicava, necessariamente, em termos de coerência estratégica com a análise que se fazia das contradições da sociedade brasileira, com a defesa de uma aliança de classes que envolvesse “os operários e os camponeses”, tidos como “núcleo fundamental da unidade do povo”, mas que também incluísse “os estudantes, os intelectuais progressistas, os soldados e marinheiros, sargentos e oficiais democratas, os artesãos, os pequenos e médios industriais e comerciantes, os sacerdotes ligados às massas”, em torno do objetivo de “conseguir um governo popular que realize um programa revolucionário” (REIS, 1985, p. 34). Em termos de métodos de luta, aceitava ações por conquistas parciais e mesmo a participar das eleições, embora negasse, devido ao caráter do regime político existente, considerado como “reacionário” e “antinacional”, representante dos grandes capitalistas, dos latifundiários e monopólios estrangeiros, a via “pacífica” ao poder político. Quanto às reformas de base, por mais que o PC do B reconhecesse a necessidade de reformas estruturais, principalmente na economia e no campo, entendia, todavia, que tais reformas “não podem ser realizadas nos marcos do regime vigente”. (REIS, 1985, p.29-30).

Para o PC do B somente com a via armada seria possível a instauração de um governo antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista, de caráter popular e revolucionário, capaz de realizar a revolução nacional e democrática, fornecendo o PC Chinês o modelo de revolução armada, no qual dirigida pelo proletariado, tem no campesinato sua força principal, por constituir a maioria explorada da população e porque a *libertação nacional* estaria indissolivelmente ligada à solução da questão agrária (NADÁI; GÁRCIA, 2019, p. 144). O caminho revolucionário se realizaria sob uma “guerra popular prolongada”, sendo o campo o espaço privilegiado e a aliança operário-camponesa as únicas classes capazes de encaminhar o processo de maneira consequente. Embora o PC do B no *Manifesto-Programa* reconhecesse que a União Soviética ainda “marchava ao comunismo”, não encontrou acolhida ao não ser reconhecido como partido comunista “oficial” do Brasil, optando pela aproximação com a China cujas referências ao país como líder do movimento comunista internacional já eram feitas pelas lideranças que o fundaram ainda quando integravam o CC do PCB

(GÁRCIA, 2019, p. 42)¹¹. O maoísmo, pois, como uma das correntes revolucionárias do marxismo, ganha assim com o PC do B uma dimensão institucionalizada, e atua como uma das forças aglutinadoras contra a matriz. Com base fundamentalmente no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pará, e após o golpe militar de 1964, embora acossado e perseguido pela repressão do regime ditatorial instaurado, o PC do B cresceria na esteira das dissidências e lutas internas do PCB e da Ação Popular (AP) durante os anos de 1971 e 1973, quando parte significativa da organização estudantil se decide por adentrar ao partido.

2.2. O movimento estudantil e a fundação da Ação Popular (AP)

A Ação Popular, por sua vez, cujas origens remetem ao movimento estudantil de tendência católica, organizado em torno da Juventude Universitária Católica (JUC), foi outra organização crítica ao PCB e que aderiu ao maoísmo nos anos finais de sua trajetória, tendo por referência o pensamento de Mao Tse Tung e a estratégia revolucionária da “guerra popular prolongada”. A própria JUC era um setor especializado de um movimento mais amplo, constituída pela Ação Católica (AC) presente em todo o mundo e criada no Brasil em 1935 pelo arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme durante o Governo Vargas. A base para sua fundação foi o Centro Dom Vital em 1922, local onde se agrupava parte da intelectualidade católica conservadora e defensora de um nacionalismo de direita, chegando a apoiar o fascismo brasileiro da época, o movimento integralista, sob a direção de Jackson de Figueredo e de seus sucessores Alceu Amoroso Lima e Dom Hélder Câmara, ambos posteriormente se afastando do integralismo e se tornando representantes do chamado “clero progressista” à medida que foram se sensibilizando com os problemas sociais do Brasil.

Por volta de 1950, a JUC passou a organizar-se nacionalmente, no interior da AC, tornando-se um movimento social significativo e professando a doutrina católica tradicional, preocupada em fornecer uma formação de aprofundamento espiritual e religioso aos seus membros, tendendo a JUC a se tornar uma elite acadêmica católica

¹¹ Segundo Gárcia, “Grabois, Pomar e Amazonas e seus seguidores intensificaram sua crítica à direção do PCB e passaram a utilizar sistematicamente como referências as posições defendidas pelo Partido Comunista Chinês, cujas divergência com o PC soviético se tornavam cada vez mais explícitas”.

(RIDENTI, 2002, p. 215)¹². Isso não significava, contudo, que a JUC fosse um movimento ideologicamente homogêneo, pois, com o tempo, certos grupos de jovens “passaram a questionar aspectos das ideias dominantes da Igreja”, como a “passividade política diante da ordem estabelecida”, num contexto de “convivência universitária com outras correntes de pensamento”, tais como “as socialistas e comunistas, às quais precisavam fazer frente” (RIDENTI, 2002, p.216.). Para tanto, se interessavam, e foram influenciados, tanto pelos debates que ocorriam no interior da Igreja, em particular pelas obras de Jacques Maritain, Emmanuel Mounier e Pierre Teilhard de Chardim, como pelos acontecimentos na sociedade brasileira – a ascensão do movimento dos trabalhadores urbanos e rurais durante o governo de JK – e internacionais - como a Revolução Cubana de 1959, a Independência da Argélia e as lutas anticoloniais na África e na Ásia -, os quais forneceriam posteriormente elementos de crítica a URSS e ao “pró-soviétismo” do PCB, passando a ser considerada um regime burocrático e acomodado à ordem internacional estabelecida (RIDENTI, 2002, p. 216-217)¹³. No que se refere ao movimento estudantil, havia acirrada disputa entre as esquerdas e os liberais pelo controle da União Nacional dos Estudantes (UNE), estando a entidade em mãos da juventude ligada à União Democrática Nacional (UDN) dentre os anos de 1950 e 1956, quando grupos de jovens socialistas e comunistas se tornaram então hegemônicos, mas não majoritários, dependendo do apoio de outros grupos estudantis para obterem a maioria, levando-os a se aproximarem de setores mais à esquerda da JUC que não votavam em bloco nas eleições da UNE: alguns membros votavam nos liberais, outros na esquerda. Como Ridenti assinala, “é preciso reiterar que a JUC, dada sua condição de representação estudantil dos católicos, sempre esteve marcada pela diferenciação interna, com setores mais ou menos conservadores ou progressistas” (RIDENTI, 2002, p. 229).

Com o início dos 1960, a tendência de esquerda passou a predominar no interior da JUC e a organizar-se como setor político, especialmente em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, mas também marcando presença em outros estados, como na Bahia, Pernambuco, São Paulo, Goiás e Rio Grande do Sul, ganhando papel de destaque

¹² Para Ridenti, “a visão de mundo que deu origem à JUC estaria ancorada na doutrina medieval católica da Igreja: a tarefa do homem na Terra seria espelhar a ordem divina ideal, tanto em sua alma como na sociedade. Assim, a predisposição seria valorizar a ordem e a harmonia social, acatar as estruturas e as instituições existentes, cujos eventuais problemas estariam nas falhas das pessoas que as compõe”.

¹³ Para um aprofundamento das influências dos autores citados, entre outros, como a do Padre Lebret, do dominicano Thomas Cardonel e dos intelectuais católicos franceses, ver as páginas 216 a 222 do mesmo texto.

militantes como Herbert José de Souza (conhecido como “Betinho”), Vinicius Caldeira Brant, Henrique Novais e Aldo Arantes, Duarte Pereira e Severo Sales, entre outros. Com o apoio da fração progressista do clero da Igreja, essas lideranças mais à esquerda da JUC promoveram “a chamada UNE-Volante, em que dirigentes da UNE deslocavam-se por todo o país, levando aos estudantes mensagens de conscientização e de luta política” (RIDENTI, 2002, p.230). Com a adesão em âmbito nacional à *greve de 1/3* – isto é, que reivindicava um terço de participação estudantil em todos os colegiados universitários -, facilitou-se a articulação de uma nova organização, com base na esquerda da JUC, com a pretensão de criar no Brasil uma terceira via socialista e democrática, longe da polarização da Guerra Fria. Ao longo de três reuniões, entre maio de 1962 e fevereiro de 1963, é fundada a Ação Popular (AP), em Salvador, estando presente em 21 estados e diversos municípios, erigindo sua estrutura organizativa com base num *sistema de coordenações* – em âmbito municipal e regional e nacional -, na sua primeira fase predominantemente cristã que durou até 1965, quando o golpe militar de 1964 e a influência da Revolução Cubana acabaram por modificar sua forma organizativa para um sistema de *comandos* e, após a reunião nacional de 1968 que aderiu ao maoísmo, para um sistema de *comitês* (RIDENTI, 2002, p.231)¹⁴.

Por fim, quanto à fundação da AP, segundo o depoimento de Duarte Pereira prestado a Ridenti e de acordo com a obra de Gorender, embora o papel decisivo coubesse aos líderes de esquerda do movimento estudantil da JUC, houve também a participação de outros segmentos sociais e políticos, como os grupos evangélicos, da tendência “independente” de esquerda que não professava nenhuma religião e se declarava marxista, do movimento secundarista católico da JEC, de profissionais universitários, advogados trabalhistas e parlamentares, bem como das ligas camponesas, sindicatos rurais e do movimento popular urbano e operário. Em suma, como afirma Pereira em seu depoimento, a AP jamais foi uma organização exclusivamente estudantil e cristã, sendo essa em sua visão uma interpretação equivocada que induz à análise de se tratar de uma organização de caráter “pequeno-burguês” e que impediria a compreensão do seu marxismo e heterogeneidade social (RIDENTI, 2002, p. 228; GORENDER, 1987, p.36-37).

¹⁴ Segundo Ridenti, “A AP organizava-se, na época, em âmbito municipal, regional (8 regiões e 21 municípios) e nacional, cada um com suas respectivas *coordenações*. O sistema de coordenações, correspondente à fase de maior herança cristã na AP, seria transformado, depois de 1965, em sistema de *comandos* (o nome já revela a influência da Revolução Cubana) e posteriormente em comitês, no período do marxismo-leninismo –maoísmo”.

Com a realização do I Congresso da AP, é aprovado o *Documento-Base* da organização, que orientou sua atuação política até 1968. Nele, mesclavam-se ideias marxistas com uma inspiração cristã, culminando numa espécie de “socialismo humanista”, crítico da alienação do capitalismo e numa proposta de sua superação pelo engajamento prático, embora a análise ainda defendesse uma dualidade existente na economia e na sociedade brasileira, dividida entre um setor arcaico e feudal e outro capitalista e moderno tendendo a expandir-se ao conjunto da sociedade, sendo necessária para enfrentar a dupla dominação capitalista (nacional e internacional) e feudal, uma aliança entre operários e camponeses. Tal aliança seria necessária, para os membros da AP, em virtude do desejo de quererem expandir sua influência e organização ao conjunto da sociedade brasileira, o que de fato veio a se efetivar com a participação de quadros no Movimento de Educação de Base (MEB), cujo objetivo, apesar de não ser propriamente político, mas educativo, forneceu um canal de participação aos membros da AP para o trabalho político de conscientização e organização do campesinato durante o processo de aprendizagem. Dessa forma, a AP obteve certo êxito no processo de organização dos sindicatos rurais, em disputa com o PCB e com os setores conservadores da Igreja católica, e que, embora estivesse à esquerda de Goulart e considerasse as reformas de base como um mero “esquema corretivo” com o propósito de evitar tensões estruturais inerentes ao desenvolvimento capitalista (REIS, 1985, p. 43)¹⁵, na prática “integrou-se ao esforço reformista da época, a partir da ação do Estado,” para a implementação “das chamadas reformas de base na sociedade brasileira” (RIDENTI, 2002, p. 234).

2.3. O movimento camponês e as Ligas Camponesas

Quanto ao movimento do campesinato e dos trabalhadores assalariados do campo, desde 1954 há um ressurgimento gradual das Ligas Camponesas, criadas originalmente a partir da atuação do PCB durante o biênio de 1945-47, após a retomada das garantias democráticas com a dissolução da ditadura de Vargas. Naquela época, o

¹⁵ Segundo o documento-base da AP, com relação as crises e problemas engendrados pelo desenvolvimento capitalista no Brasil, a burguesia teria “apresentado sucessivamente, através de facções representativas, diferentes ‘ideologias’ de correção de desenvolvimento”. Tais esquemas corretivos, “são apresentados ora pelo moralismo político, que se propõe à consolidação de uma autoridade de Estado, ora pelos planos de estabilização monetária e de disciplina financeira, ora pelo reformismo, que vê as soluções das tensões através de concepções não-estruturais das chamadas ‘reformas de base’”.

PCB, segundo Clodomir Santos de Moraes - um dos organizadores das ligas em Pernambuco, principal local do renascimento do movimento camponês -, se referindo ao esforço na organização dos camponeses destaca que o partido foi a “única organização dedicada às massas rurais”, enquanto outros agrupamentos políticos “se limitavam ao simples e periódico manejo eleitoral das pessoas do campo”, empregando “a estrutura de poder político dominado pelos latifundiários” (MORAIS, 2012, p. 21). Essa estrutura política dificultava a sindicalização dos trabalhadores rurais, apesar das brechas na CLT, pois os governos em geral se inclinavam favoravelmente aos compromissos com os interesses dos latifundiários, sendo somente reconhecidos no período entre 1933 a 1954 de dois a cinco sindicatos no campo (MORAIS, 2012. p.22.) A solução do impasse jurídico em contradição com a realidade política e social da situação do trabalhador rural pelo PCB veio através do Código Civil, que admitia a fundação de associações voluntárias sem fins sindicais, convertendo as disputas legais pela posse da terra envolvendo camponeses e proprietários numa disputa entre duas “personalidades” jurídicas, se prolongando o embate durante meses e anos. Segundo Moraes, apesar dos êxitos de tal caminho seguido pelos militantes do PCB, em razão da fundação de centenas de ligas espalhadas pelo país e pela incorporação gradual de novas categorias de trabalhadores rurais (de início os assalariados, mas posteriormente também os posseiros e pequenos arrendatários), nessa época não se formaram lideranças camponesas de grande projeção – a nível local, regional ou nacional-, devido ao fato de se tratar de um movimento camponês centralizado, consoante com a estrutura orgânica do partido, sendo as Ligas Camponesas em sua compreensão “organizações-apêndice da estrutura unitária e centralizada do Partido Comunista” (MORAIS, 2012, p. 23)

Em decorrência da proscrição do PCB em 1947, durante o governo Dutra, as Ligas Camponesas sofreram um abalo, tendo seu número significativamente reduzido e passando a sobreviver na ilegalidade devido à repressão policial, conseguindo manter-se graças aos esforços e pressões de seus filiados, embora em muitos casos se tratasse apenas de diretorias sem um corpo social que as sustentasse. Sob a condição de clandestinidade, o PCB passou a se rearticular nos centros urbanos, reagrupando seus militantes nos locais onde não foram tão acentuadas as desarticulações entre seus organismos intermediários e as bases, abrindo espaço e permitindo o reagrupamento dos núcleos camponeses sob bases independentes, vindo a emergir um radicalismo político dos conflitos sociais no período de 1948-1954 em episódios que ficaram conhecidos

(MORAIS, 2012, p.25-27)¹⁶. Na maioria destes casos, o radicalismo dos camponeses apresentou-se de maneira esporádica e em locais distantes dos centros urbanos, com base numa economia de subsistência e com destaques para a figura do posseiro que, em virtude de sua relação com a terra, estava “naturalmente” predisposto a defendê-la como sua futura propriedade. Tais episódios eram expressões da intensificação dos conflitos no campo e de que o campesinato e outras categorias de trabalhadores rurais passavam por um processo de amadurecimento político, fornecendo o pano de fundo da fundação em 1954 da primeira associação de foreiros e posseiros com a criação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP), no Engenho da Galiléia, localizado no município de Vitória de Santo Antão.

Segundo Soares, com relação à criação da SAPPP, existem diferentes narrativas sobre os reais motivos da sua fundação (SOARES, 2016, p. 28). Em uma delas, o Engenho da Galiléia, pertencente a Oscar Arruda de Beltrão, organizado em torno da produção da cana de açúcar como a maioria das propriedades rurais de Pernambuco, ao sofrer os abalos econômicos da crise do mercado internacional nas primeiras décadas do século XX, abriu espaço para o cultivo de subsistência em suas terras, atraindo posseiros e foreiros para o trabalho. Entretanto, com a retomada dos preços do mercado de açúcar, Beltrão buscou se apoderar novamente de suas terras desencadeando negociações e conflitos entre ele e os camponeses. Ante a possibilidade real de serem expulsos, os camponeses do Engenho da Galiléia, associando ao redor de 140 famílias de foreiros, chegando aproximadamente num total de 1000 mil pessoas, criam a SAPPP como uma forma de resistir contra o aumento demasiado do arrendamento e da ameaça de expulsão das terras, abrindo um canal de negociação coletiva com os patrões. Já para líderes do movimento como Clodomir do Santos de Moraes, a fundação da SAPPP se deveu ao temor de Beltrão e de outros latifundiários por identificarem nas ligas camponesas recém surgidas do movimento camponês aquelas dos anos de 1940, obras da militância do PCB, levando-os à imediata recusa e expulsão de tais organizações supostamente envolvidas em agitação comunista de suas propriedades (SOARES, 2016, p.29). Igualmente, Francisco Julião, advogado trabalhista e político do Partido Socialista Brasileiro (PSB), vindo a se tornar o principal líder das Ligas Camponesas com o tempo, apontou que “a imprensa reacionária passou a apelidar a Sociedade

¹⁶ Segundo Moraes, “Quatro importantes acontecimentos marcaram os movimentos camponeses dessa época: a guerrilha de Porecatu, a revolta de Dona Noca, o território livre de Formoso e o primeiro Congresso nordestino de trabalhadores agrícolas”.

Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP) de ‘Ligas Camponesas’, com o intuito de queimá-la, vinculando àquelas extintas organizações fundadas em 1945”; contudo, ressalta que “o apelido, no entanto, pegou como visgo” e que os próprios organizadores e membros das ligas “preferiam o nome ‘camponês’ porque derivava de ‘campo’”, uma vez que “era simples e tinha sentido radical” (JULIÃO, 1962, p. 29).

De toda forma, a SAPPP, a partir do momento que começou a ser perseguida e hostilizada pelos latifundiários de Pernambuco, passou a buscar respaldo político na capital do Estado, conseguindo o apoio de parlamentares, partidos e advogados trabalhistas, os quais viriam posteriormente a formar o Conselho Regional das Ligas Camponesas, órgão consultivo e de instância de decisão do movimento (MORAIS, 2012, p. 30-32)¹⁷. Em agosto de 1955, em Recife, se realizou o Congresso de Salvação de Nordeste, onde se reuniu as personalidades e organizações mais progressistas de Pernambuco e de amplos setores sociais do chamado “Grande Nordeste”, do Maranhão à Bahia. Nele, pessoas de distintas camadas sociais e posições políticas discutiram abertamente os principais e mais conhecidos problemas da região - representantes da indústria e do comércio, dos sindicatos urbanos e da Igreja, das universidades e grêmios estudantis, de profissionais liberais e das ligas -, unindo aproximadamente 1,6 mil delegados de todo o Nordeste, representando aproximadamente 10 milhões de pessoas (MORAIS, 2012, p. 38). Com a realização do Congresso, a prédica da Reforma Agrária, ao menos em Pernambuco, ganha corpo e respaldo na opinião pública, possibilitando a formação de uma frente única entre a classe trabalhadora rural e empresários da indústria e do comércio, vindo a render seus frutos ainda nas eleições para a prefeitura de Recife do mesmo ano, com a derrota do candidato das oligarquias latifundiárias. Tal vitória desencadearia, assim, uma longa luta política envolvendo a frente única e os latifundiários, contando com episódios de violência e com as maiores greves da história do estado, culminando com a eleição do candidato da frente da única para governador o industrial Cid Sampaio.

Com a eleição de Sampaio, o estado passa por um breve período de transformações sociais e políticas, com a ampliação das liberdades democráticas e

¹⁷ Segundo Morais, “o Conselho regional com aquela composição social era um instrumento necessário de consultas e, esporadicamente, de decisões em tudo quanto se relacionasse com os efeitos ou consequências do movimento camponês dentro da sociedade global. Uma vez institucionalizado, o Conselho regional passou a ter uma composição invariavelmente formada por militantes do Partido Comunista brasileiro, do Partido Trabalhista e do Partido Socialista Brasileiro, no qual estava Francisco Julião, que já havia sido proclamado presidente de honra das ligas Camponesas”.

expansão das Ligas Camponesas para o todo o estado e região. Em 1959, com grandes manifestações de ruas e comícios populares em frente às Assembleias Legislativas e do Governo de Pernambuco, é aprovada a desapropriação do Engenho da Galiléia, com a promessa de distribuição de terras aos camponeses, embora por pressão dos latifundiários, parte dela fosse incorporada a uma “Companhia de Revenda e Colonização”, algo que reiniciaria a luta pelos meios legais e políticos (JULIÃO, 1962, p. 28). Essa vitória, todavia, ainda que parcial, teria um efeito contraditório no movimento camponês como um todo: pois se, de um lado, o Engenho da Galiléia virou símbolo da luta camponesa e demonstrou que eram possíveis conquistas importantes através da legalidade, por outro, estimulou lideranças a se mobilizarem a favor de uma reforma agrária radical “na lei ou na marra”. Tal divisão do movimento camponês se refletiria no Congresso de Belo Horizonte, realizado em novembro de 1961, quando do embate entre as Ligas Camponesas de Francisco Julião e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), do PCB, atuante no campo desde 1955 (MOTTA; ESTEVES, 2006, p. 12; MORAIS, 2012, p. 47-49)¹⁸.

A divergência entre ambas se dava no terreno das táticas a serem adotadas a respeito da Reforma Agrária, com a ULTAB, por um lado, na defesa da sindicalização dos trabalhadores e da extensão da legislação trabalhista e seguridade social ao campo, objetivando o fortalecimento das bases do movimento e avanços graduais, conforme o entendimento da questão agrária do PCB e de seu papel na revolução brasileira antifeudal e antiimperialista na etapa “nacional” e “democrática”. Já para as Ligas, a despeito das conquistas no âmbito institucional e do fato de nunca terem se divorciado de tais métodos de luta, a reforma agrária só seria possível se estivesse incluída num

¹⁸ Segundo os autores, a ULTAB foi criada em São Paulo, em 1955, pelo PCB com a finalidade de organizar os trabalhadores rurais e coordenar nacionalmente o movimento camponês. Como as Ligas, seu estatuto jurídico era de caráter civil e se concentrava principalmente nas regiões Sul e Central do Brasil, disputando influência sobre o campesinato com as Ligas Camponesas, localizadas, sobretudo, em Pernambuco e no Nordeste, e com o Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER), de Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul. Para os autores, a ULTAB se diferenciava das ligas no seu aspecto organizativo, por ser considerada demasiada “centralizada” e “rígida”, por estar subordinada às ações e estratégias do partido, embora reconhecessem certas lideranças de renome nacional originárias do campesinato, como José Porfírio de Souza, em Goiás, ou Jofre Correia, em São Paulo. No que se referem aos filiados, Morais afirma que a ULTAB possuía dez vezes mais membros que as Ligas Camponesas, mas defende que estas eram mais dinâmicas, agressivas e refletiam melhor o radicalismo revolucionário dos camponeses. Quanto ao Congresso de Belo Horizonte, também conhecido como I Congresso Camponês Nacional, este fora convocado e organizado pela ULTAB numa tentativa de consolidar a unidade do movimento camponês, após várias conferências a nível estadual, conseguindo reunir 1,600 mil delegados, dos quais 215 eram das Ligas, 38 do MASTER e o restante ligado à ULTAB. O evento teve apoio e fora financiado pelo Presidente João Goulart, que inclusive esteve presente, junto de parlamentares, ministros e do governador Magalhães Pinto, visando conseguir atrelar o movimento camponês à tutela governamental.

projeto de revolução camponesa, cuja Revolução Cubana forneceria o modelo a ser seguido (BARÃO, 2003, p.284-287)¹⁹. Segundo a “via cubana”, a contradição principal nos países da América Latina, em decorrência de sua herança colonial e situação periférica, se localizariam no antagonismo entre um bloco operário-camponês e a coligação de forças das classes dominantes locais associadas ao imperialismo, como a chamada burguesia “nacional” e a oligarquia latifundiária, tal como para os adeptos da via “chinesa”, com a diferença de que não se advogava por um governo transitório “popular” e “revolucionário” como condição ao socialismo, mas a revolução antiimperialista e socialista imediata. Tal como a revolução chinesa, também apontava o campo como espaço privilegiado de luta revolucionária, atribuindo papel destacado aos camponeses, se diferenciando dela, porém, uma vez que, ao invés da formação de um exército popular, defendia a formação de núcleos guerrilheiros, organizados na forma de redes e com capacidade de iniciativa, cumprindo mesmo o papel de vanguarda da revolução, de maneira análoga ao partido político na via “soviética”.

Com a incorporação da experiência cubana e a teoria da guerra de guerrilhas, os melhores quadros das Ligas de Pernambuco são remanejados para outros estados do país, e os militantes mais firmes e comprometidos enviados aos campos de treinamento guerrilheiro, sendo os camponeses e estudantes universitários os principais segmentos sociais recrutados. Contudo, o radicalismo das Ligas, expresso na organização dos núcleos guerrilheiros e nas palavras de ordem “reforma agrária na lei ou na marra”, incitando os camponeses à violência, contribuiu para o avanço da estratégia da ULTAB, dado ao fato dos camponeses estarem mais interessados em garantias sociais e auxílios do governo, sobretudo, a partir de 1963, com a decretação do Estatuto do Trabalhador Rural, marco inicial do processo de sindicalização do campo. Na disputa da sindicalização dos trabalhadores rurais e camponeses, se destacaram a ULTAB, de forma coerente com sua estratégia alinhada ao PCB, a Igreja Católica, em particular

¹⁹Segundo Barão, a Revolução Cubana marcou profundamente a esquerda latino-americana e, em certa medida, também a esquerda mundial, ao demonstrar tanto a possibilidade de vitória sobre o imperialismo estadunidense em sua região de maior influência como pelo rompimento com os padrões estabelecidos de estratégia revolucionária dos agrupamentos marxista-leninista de conquista do poder, em decorrência da ausência de um partido de vanguarda no processo revolucionário. No caso de Cuba, diferente também dos revolucionários chineses, que chegaram ao poder através de uma guerra militar camponesa, foram os grupos guerrilheiros gestados no campo somados a movimentos urbanos e estudantis, sob a direção do Movimento Revolucionário 26 de Julho (M-26), do Partido Socialista Popular (PSB) e do Diretório Estudantil Revolucionário, os protagonistas do processo. No caso específico do Brasil, a Revolução Cubana teve grande influência em várias organizações da esquerda socialista e nacionalista, em particular nos agrupamentos armados, sendo as Ligas Camponesas, o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e a Aliança Libertadora Nacional (ALN) os maiores exemplos.

seus setores conservadores e a Ação Popular, bem como o Governo de João Goulart, interessado em tutelar o movimento dos trabalhadores rurais. As Ligas Camponesas, assim, e aos poucos, com exceção da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Paraná, do Acre e do Distrito Federal, nos demais estados onde antes haviam se expandido, foram sendo “completamente liquidadas” (MORAIS, 2012, p. 61).

2.4. Leonel Brizola e a Frente de Mobilização Popular (FMP)

Dos movimentos ou frentes que se colocavam no campo revolucionário das esquerdas, pertencia também os agrupamentos sociais do nacionalismo revolucionário, que orbitavam em torno da figura de Leonel Brizola e da Frente de Mobilização Popular (FMP). Segundo Ferreira, o político trabalhista gaúcho ganhou projeção como liderança no campo das esquerdas quando, como governador do Rio Grande do Sul, “nacionalizou empresas norte americanas de comunicação e energia e criou 680 mil vagas escolares no estado”, consolidando sua figura ao enfrentar com “ousadia” e “coragem” a direita civil-militar na campanha pela Legalidade quando da tentativa de impedimento da posse de João Goulart (FERREIRA, a2004, p.105). Muitos agrupamentos políticos da esquerda, inclusive revolucionários, reconheciam sua liderança. Sua popularidade entre os sargentos das Forças Armadas e nas Polícias Militares, além de marinheiros e fuzileiros da Marinha de Guerra, em decorrência do apelo nacionalista, “era algo sem precedentes” (FERREIRA, a2004, p.105). Durante o governo de Goulart, seu prestígio no campo popular, nacionalista e de esquerda, era imenso e sua atuação foi, sobretudo, no sentido de pressionar o governo pelas reformas de base, principalmente a reforma agrária, e a radicalizar o cenário político e o campo das esquerdas.

Sob sua liderança, surgiu no cenário político a FMP, nos idos de 1963, composta por organizações de esquerda e movimentos populares que lutavam pelas reformas de base e que buscavam pressionar Goulart por decidir-se pela “via radical”, sem conciliação, pactos ou compromissos com o PSD ou mesmo com o Congresso Nacional, visto como uma instituição representante do “atraso” e das oligarquias latifundiárias reacionárias. No campo específico das esquerdas, a FMP também “procurava se impor como força viável às reformas diante das posições do Partido Comunista do Brasil (PCB), interpretadas como moderadas” (FERREIRA, b2004, p. 106). Na FMP, estavam representados os estudantes universitários, organizados na UNE sob direção da AP e da

juventude comunista; os operários urbanos, organizados no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), na Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), no Pacto de Unidade e Ação (PUA) e na Confederação Nacional dos Trabalhadores das Empresas de Crédito (CONTAG); os subalternos das Forças Armadas, como sargentos, marinheiros e fuzileiros navais por meio de suas associações; as Ligas Camponesas de Francisco Julião; os grupos políticos marxistas como o PCB, a POLOP e o PORT (de tendência trotskista) e a Frente Parlamentar Nacionalista do Congresso e o Grupo Compacto do PTB, a ala “de esquerda” do partido. Assim, pois, considerando o conjunto de forças presentes na FMP, se compreende que o nome de Brizola significava, naquele contexto, “o que havia de mais à esquerda no trabalhismo brasileiro, expressando e unificando ideias e crenças de grupos esquerdistas heterogêneos e muitas vezes divergentes” (FERREIRA, a2004, p. 189).

Quanto às suas concepções acerca da sociedade brasileira e da conjuntura política – e, por conseguinte, dos grupos que o seguiam -, Ferreira afirma que nos discursos de Brizola, assim como no das esquerdas adeptas da via “revolucionária”, era comum encontrar de maneira implícita o que chama de uma lógica do “desfecho”, sempre no sentido de que um fim de um ciclo estaria se aproximando. Para Brizola, segundo Ferreira, o “desfecho” era iminente em razão da “inconformidade do povo diante das grandes injustiças econômicas e sociais”, o que levaria a “minorias privilegiadas do país”, a recorrer “à repressão” e, com o apoio da “polícia e o Estado de Sítio”, cercearia as “liberdades individuais em nome da ‘democracia’”, do “desenvolvimento econômico” e das “tradições cristãs” (FERREIRA, b2004, p. 111). Dessa forma, se criava um jogo de imagens entre um “povo” – constituído por trabalhadores urbanos e rurais, por estudantes e intelectuais comprometidos, por militares e marinheiros -, que se expressavam por meio de protestos de rua, greves por aumentos salariais, lutas por terras e defesa de bandeiras nacionalistas, e a figura de um “antipovo”, constituída por uma minoria privilegiada de brasileiros egoístas e “vendipátria”, minoria poderosa e dominante sobre a vida nacional – desde o latifúndio, a economia e as finanças, até a grande imprensa, o controle da política e os negócios internacionais -, se somando a forças estrangeiras para a espoliação da nação. Assim, pois, na lógica do “desfecho” se contrapõem dois conjuntos sociais de forças políticas que estavam na iminência de se enfrentar, saindo somente uma delas vitoriosa do embate.

Como o confronto era inevitável e próximo, Brizola empenhava-se em organizar

pequenos grupos políticos, no que ficou conhecido como os “grupos dos 11” ou por “comandos nacionalistas” (FERREIRA, b2004, p.113)²⁰. Tais grupos tinham por objetivo a defesa e aprofundamento das conquistas democráticas do “povo brasileiro”, a *realização imediata das reformas de base* e a libertação nacional do Brasil frente à espoliação internacional pelas potências estrangeiras. Os “grupos dos onze”, nesse sentido, seriam uma forma de organizar as forças populares, inicialmente através de um grande esforço de conscientização e esclarecimento das causas e origens dos problemas e injustiças sociais do país, para em seguida consolidar a unidade das forças populares, dos nacionalistas civis e militares, dos getulistas e trabalhistas que seguiam a Carta Testamento de Vargas. Com os “comandos nacionalistas”, as atividades individuais seriam substituídas por ações organizadas em grupos, articuladas entre si e interligadas a níveis local, regional e nacional.

No campo da esquerda, com exceção do PCB que criticou a proposta, os agrupamentos políticos da esquerda marxista – POLOP, AP e PORT-, dos deputados trabalhistas do Grupo Compacto do PTB e o movimento dos sargentos alinhados a Brizola, receberam a iniciativa de forma positiva. Do lado da direita, no entanto, a maior consequência foi de gerar medo-pânico entre os civis e políticos conservadores, e entre os militares serviu para agravar as agitações e estímulos golpistas. De toda forma, conforme conclui Ferreira, os “‘grupos dos onze’ eram uma resposta de Leonel Brizola ao crescimento de suas bases de apoio cada vez mais à esquerda, o que incomodava o próprio PTB (FERREIRA, a2004, p. 200). A estratégia era de que, com o crescimento das bases e organização dos “comandos nacionalistas”, se formasse, num curto período de tempo, um embrião de um partido político revolucionário. Com a opção pelo confronto feita pelas forças das esquerdas pelas reformas de base, “receosos de perderem seus privilégios, setores conservadores das elites políticas e empresariais, por meio de um golpe militar, atentaram e desmantelaram as instituições democráticas” (FERREIRA, a2004, p. 209). Com a imposição da ditadura, é iniciado o processo de repressão aos movimentos populares e aos organismos de esquerda, dispersando e desorganizando suas bases e exilando suas lideranças, como Leonel Brizola e os movimentos dos militares nacionalistas que orbitavam em seu entorno.

²⁰ Segundo Ferreira, no manifesto que seguia o modelo da ata de fundação de um “comando”, Brizola sugeria como formar esses grupos: primeiro, duas ou três pessoas, em comum acordo, convidariam outros colegas até formarem um grupo de onze. A seguir, lavrariam a ata de fundação com assinatura de todos. Por fim, o grupo escolheria um chefe e um eventual substituto, comunicando por carta ou telegrama da formação da organização ao próprio Leonel Brizola, na sede da rádio Mayrink Veiga, no Rio de Janeiro.

2.5. A Organização Revolucionária Marxista Política Operária – POLOP e a militância de Ruy Mauro Marini

Em fevereiro de 1961, em Jundiaí, cidade do interior de São Paulo, fora realizado o congresso de fundação da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP). De sua fundação, participaram militantes de distintos grupos políticos, os quais em comum buscavam construir um “espaço entre a linha política dominante na esquerda – representada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) – e as poucas alternativas ou dissidências, consideradas ora insuficientemente revolucionárias, ora abertamente stalinistas” (MATTOS, 2002, p. 185.). Seus fundadores vinham de grupos políticos diversos, mas principalmente da Juventude Socialista (JS), do Partido Socialista Brasileiro (PSB), do distrito de Guanabara; da Liga Socialista Independente (LSI), de São Paulo; e da Mocidade Trabalhista (MT), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de Minas Gerais. Quando de sua fundação, a POLOP, sigla pela qual ficaria conhecida, se destacaria pelo número de intelectuais presentes, oriundos dos meios universitários, jornalísticos e da militância política, tais como Theotônio Dos Santos, Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini, Alberto Moniz Bandeira, Erich Sachs, Michel Lowy, Paul Singer, os irmãos Sader (Eder e Emir Sader) e Juarez Guimarães, entre outros, que apenas se aproximaram da organização, em decorrência dos rumos posteriormente tomados, como Gabriel Cohn e Mauricio Tragtenberg.

Os responsáveis pela aglutinação dos distintos grupos foram Erich Sachs e Moniz Bandeira, através da *Revista Movimento Socialista*, periódico que teve duas publicações entre julho-dezembro de 1959. Segundo Bandeira, a razão da revista ter sido fundada, para além de buscar ser um polo aglutinador de certas tendências e/ou grupos com ideias e posições próximos das suas, era de ocupar o espaço recém-fechado da revista *Novos Tempos*, dos dissidentes do PCB Agildo Barata e Osvaldo Peralva, já organizados no Movimento Socialista Renovador (MSR):

Com respeito à revista *Novos Tempos*, ela terminou em maio de 1959. O título pertencia a um velho stalinista sectário, o editor Calvino Filho, e ele o tomou porque, assinado por mim – Moniz Bandeira - a revista publicou um artigo em defesa de Trotsky, cujas denúncias dos crimes de Stálin, Khrushchov comprovara no XX Congresso. Osvaldo Peralva, diretor da revista, defendeu a liberdade de discussão e solidarizou-se comigo. Esta razão que me levou, juntamente com Erich Sachs, Eros Mantins Teixeira, Isaac Axelrud, Paulo Singer e outros, a criar, em 1959, a revista **Movimento Socialista** (...). (BANDEIRA, 2017, p.23).

Como um dos principais debates da esquerda revolucionária da época era com relação ao caráter da revolução brasileira, a revista *Movimento Socialista* não poderia furtar-se de tal debate e de direcionar críticas aos adversários que divergiam das posições dos grupos que representava, além de ter buscado ser um espaço de circulação de autores marxistas não muito conhecidos no Brasil “renegados” pelo stalinismo, bem como em fornecer análises acerca dos acontecimentos internacionais e dos movimentos dos trabalhadores no país e no mundo²¹. Nesse sentido, no artigo de apresentação da revista, *As Razões e a Missão do “Movimento Socialista”*, lê-se que ela pretendia cumprir a tarefa de “divulgar, debater e propagar a doutrina e os princípios do materialismo histórico e do socialismo científico (Revista Movimento Socialista, Nº1, 1959, p.1. – “As Razões e a Missão do ‘Movimento Socialista’”). Reconhecendo a complexidade e a especificidade do desenvolvimento histórico brasileiro, em seus aspectos políticos, econômicos e culturais, a revista compartilhava da convicção “de que o motor da história é a luta de classe”, cabendo à *Movimento Socialista* “realizar, tentá-lo ao menos, algo essencial e vital que está faltando ao proletariado brasileiro: um órgão que desenvolva e aprimore sua consciência de classe” (Revista Movimento Socialista, Nº1, 1959, p.1. – “As Razões e a Missão do ‘Movimento Socialista’”). Ademais, apesar de reconhecer que a “situação presente seja a negação ou condenação do stalinismo”, afirmava que ainda reinava certa confusão que permitia “a camuflagem, a presença mais ou menos encapuçada das mais sórdidas manobras de feição e inspiração stalinista”, responsabilizando Luís Carlos Prestes e o PCB pelas “ignomínias que há quase trinta anos se praticam, no Brasil, em nome do marxismo”, em virtude de ambos só reconhecerem “o que é verdadeiro e científico o que vem sacramentado pela alta burocracia do Partido Comunista da União Soviética” (Revista Movimento Socialista, Nº1, 1959, p.2. – “As Razões e a Missão do ‘Movimento Socialista’”).

Com relação a Marini em particular, em fins dos anos de 1950, ele havia se integrado à Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), ligada à fundação Getúlio Vargas, onde iniciou seus estudos em ciências sociais e onde teve a oportunidade de conhecer Alberto Guerreiro Ramos, um dos professores de Sociologia

²¹ Como podemos encontrar nos dois volumes da Revista Movimento Socialista, estariam presentes textos escritos por autores “renegados” pelo stalinismo, tais como Rosa Luxemburgo, Augusto Talheimer e Isaac Deutscher, bem como de teóricos ou poéticos de crítica anti-stalinista, como o texto de Wladislaw Bienskowski, *Socialismo contra a Mitologia*, ou o poema de Adam Wazyek, *Crítica do Poema para Adultos*, não por acaso autores poloneses, oriundos do país em que, na opinião da revista, “dentre todas as Democracias Populares que se rebelaram contra as deformações do socialismo”, foi certamente na Polônia “a que mais progrediu no caminho da desestalinização”. - MOVIMENTO SOCIALISTA, Nº2, p. 82. – “Polônia, 1959”, texto dos editores.

do curso de administração e um dos principais membros do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Durante o segundo ano do curso, já trabalhando como professor-assistente de Ramos, mediante ao seu apoio obteve uma bolsa de estudos do governo da França, vindo a cursar o Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris, na *Sciences Po*. Nesses dois anos em que residiu na França, Marini aproveitou a oportunidade para viajar a outros países da Europa, aprofundar sua cultura artística e literária e de entrar em contato com figuras conhecidas das ciências sociais francesas da época, ligadas às instituições acadêmicas e universitárias do país, como a *Sciences Po*, a Sorbonne e o Collège de France²². (MARINI, memorial, p.3). Também entrou em contato, pela primeira vez, com o marxismo, realizando um estudo sistemático das obras de Marx e de autores marxistas, principalmente de Lênin. O tempo em que residiu na França, por fim, coincidiu com o auge das teorias desenvolvimentistas na América Latina e no Brasil e quando Marini conheceu o movimento estudantil “cosmopolita” francês, onde teve a oportunidade de trocar experiências e conhecimentos com estudantes de diversas partes do mundo, principalmente dos países coloniais ou que estavam em processo de libertação nacional²³.

Essa troca de experiências e conhecimentos com estudantes de países em processo de descolonização, além do fato de já conhecer as teorias desenvolvimentistas pelas mãos de Guerreiro Ramos, revelaram a Marini, do seu ponto de vista, do que realmente se tratavam as teorias desenvolvimentistas então em voga, levando-o ao seu afastamento dessas teorias e a aderir ao marxismo. Como escreve Marini em seu memorial, com relação às teorias desenvolvimentistas, estas se revelaram:

instrumentos de mistificação e domesticação dos povos oprimidos do Terceiro Mundo e arma com a qual o imperialismo buscava fazer frente aos problemas criados no pós-guerra pela descolonização. Começa, então, o meu afastamento em relação à Cepal, fortemente influenciado, ademais, pela minha crescente adscrição ao marxismo. (MARINI, memorial, p.4).

Isso levaria Marini, ainda na França, a tomar contato com o grupo que editava a *Revista Movimento Socialista* no Brasil, em particular com Erich Sachs, com quem estabeleceria uma grande amizade e o influenciara fortemente no período em que

²² Entre as figuras mencionadas por Marini, se encontram Jean Meynaud, Maurice Duverger, Georges Balandier, René Rémond, François Duroselle, Pierre Laroque, René Dumont e André Sigfried, da *Sciences Po*, e Georges Gurvitch, Charles Bettelheim e Maurice Merleau-Ponty, do Collège de France.

²³ Marini menciona, em seu memorial, que o movimento estudantil cosmopolita francês lhe proporcionou “amizades enriquecedoras com argelinos, peruanos, mexicanos, norte-americanos, dinamarqueses, marroquinos, alemães e, naturalmente, brasileiros e franceses”. (MARINI, memorial, p.3).

regressou ao Brasil. (MARINI, memorial, p.4). Para Marini, a fundação da POLOP seria a primeira expressão da esquerda revolucionária no Brasil que emergia em toda América Latina, e que, apesar de ser conhecida como “efeito” da Revolução Cubana, faria parte do mesmo processo que deu origem a ela, mesmo que fosse posteriormente influenciada pela sua experiência histórica²⁴. (MARINI, memorial, p.4)

Segundo Gárcia, a fundação da POLOP poderia ser interpretada “como um signo peremptório das profundas transformações porque passaria a esquerda brasileira no curso da turbulenta década que acabava de começar” (GÁRCIA, 2019, p. 115.). Para ele, a POLOP, apesar de constituída, sobretudo, por intelectuais e estudantes, com muitos poucos trabalhadores operários, “representava, no entanto, um fenômeno novo num país onde praticamente toda a contestação de esquerda à hegemonia político-ideológica do PCB tinha partido de pequenos núcleos de inspiração trotskista”, que, como seus congêneres no mundo todo, haviam passado mais tempo “realizando sua ‘travessia no deserto’, isto é, protegendo-se do verdadeiro cerco que lhe estabelecera o stalinismo triunfante, do que propriamente intervindo nas lutas políticas do país” (GÁRCIA, 2019, p. 115). O círculo intelectual que constituiu a organização articulou-se em torno da crítica ao PCB e à estratégia da revolução “democrático-burguesa”, a qual apontava – como vimos no primeiro capítulo – o imperialismo e o latifúndio como obstáculos ao desenvolvimento pleno do capitalismo brasileiro, poupando a chamada “burguesia nacional” das críticas e preconizando a aliança tática com ela, conforme o entendimento do partido da primeira “etapa” da revolução brasileira. Em contraposição ao PCB, a POLOP afirmava a caracterização já plenamente capitalista da formação econômica – social brasileira e propunham, em decorrência dessa análise, que o caráter da revolução brasileira fosse necessariamente, e desde o início, socialista, sendo o processo revolucionário sustentado por uma aliança de classes entre os operários urbanos, o campesinato rural e elementos progressistas das camadas médias, como o movimento estudantil, o movimento dos subalternos das forças armadas e os intelectuais comprometidos com a transformação social.

Coube a Erich Sachs, em julho de 1960, convocar um encontro onde se reuniriam os diversos grupos políticos que acabariam por fundar a POLOP, tendo por

²⁴ Como Marini escreve em seu memorial, “a gestação da esquerda revolucionária brasileira e latino-americana – particularmente na Argentina, no Peru, na Venezuela e na Nicarágua – não é, como se pretende, efeito da Revolução Cubana, mas parte do mesmo processo que deu origem a ela – independentemente de que passe a sofrer influência sua, nos anos 60”. (MARINI, memorial, p.4).

base as críticas expostas anteriormente, a defesa do caráter socialista da revolução brasileira e a proposta de formação de um partido independente da classe operária:

Em todos os debates realizados até agora chegamos à conclusão de que a tarefa principal dos marxistas brasileiros consiste na formação de um partido independente da classe operária. Concordamos que os assim ditos “Partidos Operários”, ou a “esquerda”, como é popularmente chamada, não preenchem essa função no cenário político do país. O PC falhou na tentativa de se tornar o partido do proletariado brasileiro, o PSB nunca teve essa preocupação e o PTB não passa de uma agência da burguesia no meio dos trabalhadores. (SACHS, 2009, p. 21).

Tal proposta, no entanto, vinha acompanhada de duas questões centrais e indissociáveis para a construção de um partido operário independente: a) como chegar ao partido operário nas condições concretas da luta de classe?; e, b) qual a forma que o partido tomaria sob essas condições? (SACHS, 2009, p. 22). Para Sachs, como um partido político é um “organismo vivo”, não se resumindo ao nome, ou a um conjunto de estatutos ou programa político adotado, somente existindo na medida em que dispõe de bases sociais capazes de levar a luta política em diante, e como Sachs e os grupos em torno da revista *Movimento Socialista* desejavam romper com a tradição de um partido “burocrático”, constituído de “cima para baixo” e “dividido entre uma direção que pensa e uma base que executa”, defendia ele que a formação de um partido político independente da classe operária deveria ser composta, *de início*, por um partido de quadros. De início, pois, “quando falamos da necessidade da presença do proletariado no partido”, afirma Sachs, não se trata de “simples adesões na periferia da organização”, mas sim da “criação de quadros políticos da classe operária” (SACHS, 2009, p.23.). Assim, para Sachs, tratava-se de trabalhar em prol do amadurecimento político do proletariado brasileiro, uma vez que o PCB, enquanto organização política destinada a ser sua vanguarda, falhara na tarefa de conscientizar a classe e esclarecer sua posição social no capitalismo. Por outro lado, um partido desse gênero requeria que “os grupos de revolucionários se ligassem ao movimento operário existente”, para que este movimento “amadureça o bastante para fornecer os necessários quadros políticos a um partido” (SACHS, 2009, p.23). Tal raciocínio, evidentemente, considerando as duas citações, é circular, algo que não passou despercebido por Sachs, ao apontar a solução para o rompimento desse círculo a perspectiva de se “encarar o fenômeno da formação do partido como um processo” (SACHS, 2009, p.23).

Desse modo, adotando essa perspectiva “processual” da formação do partido

político independente do proletariado brasileiro, a ideia era que tal partido surgisse das próprias condições da luta de classe do país e do amadurecimento político dos trabalhadores. Ao longo desse processo, nessa fase inicial da organização política independente, caberia aos revolucionários de vanguarda três tarefas principais: a) a elaboração de um programa para o partido operário no Brasil, fornecendo uma interpretação da realidade brasileira sob um ângulo marxista e que considerasse boa parte da experiência da luta de classe em escala internacional; b) a dedicação dos esforços da organização política na atividade de recrutamento de jovens militantes operários, uma vez que a organização enquanto tal, não buscava ser um partido e nem aparentaria sê-lo, pretendo tão somente contribuir para a formação do partido independente dos trabalhadores, tornando-se fundamental a questão da composição social da organização; e c) procurar influir, em cada momento da luta e com os meios que dispõe, o desenrolar da luta de classe no país, encontrando meios de divulgar as opiniões da organização nos setores mais avançados e importantes do proletariado (SACHS, 2009, p.30). Esse último ponto, aliás, na opinião de Sachs, já estava sendo desenvolvido pelos grupos políticos em torno da revista *Movimento Socialista*, mas advertia ele para a necessidade de se criar e expandir um órgão de imprensa com publicações mais frequentes e diárias, voltadas a um público mais amplo e vasto, sugerindo a criação de um jornal.

Como a POLOP fazia parte de uma *Nova Esquerda* que estava surgindo em toda a América Latina, crítica dos partidos comunistas e de suas estratégias revolucionárias, era necessário que tais grupos políticos, movimentos ou tendências elaborassem análises, estratégias, programas e propostas de frentes únicas que divergissem das defendidas pelos PCs. No caso específico da Política Operária, tratava-se da busca pela *construção de um partido operário independente* e que defendesse o caráter socialista da revolução brasileira, sendo tal partido fruto das próprias condições da luta de classes no Brasil, algo que se tentaria materializar com a proposta de uma *frente única dos trabalhadores da cidade e do campo* conforme publicado na primeira edição do Jornal Política Operária, de janeiro de 1962:

Que entendemos por forças de esquerda? São, em primeiro lugar, os partidos tradicionais: o Partido Comunista, a esquerda do PTB, o Partido Socialista. São, também, organizações políticas mais novas, como a Ação de Esquerda, em São Paulo, e outros núcleos que estão ganhando importância. Mas fazem, igualmente, parte delas, embora não se caracterizem como agremiações políticas, os sindicatos e as ligas camponesas. Cabe a essas forças selar um

Pacto de Ação de Comum, defensivo e ofensivo, uma **Frente Única dos Trabalhadores da Cidade e do Campo**, capaz de enfrentar as forças da reação. (POLOP, 1962, p. 1).

Para a POLOP, a crise político-militar desencadeada com a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961 marcava uma nova fase na vida política do país. Enquanto a vitória eleitoral de Quadros, no ano anterior, fizera direcionar a “silenciosa revolta popular” para uma experiência messiânica, sua demissão acabava por abrir “um vácuo no poder político” (Jornal da Política Operária, Nº1, 1962, p.1. – “Por uma Frente Única da Cidade e do Campo”). Uma das consequências de tal acontecimento, segundo a avaliação da POLOP, foi à visível polarização das forças políticas da esquerda e da direita em detrimento dos partidos do centro, resultando não somente num enfraquecimento das bases do então governo de João Goulart, mas de todo sistema parlamentarista, recém introduzido com o suposto fim de se evitar um choque maior entre as forças sociais. Nesse quadro geral de polarização, a direita se destacava pela sua capacidade organizativa, conseguindo se articular mais rapidamente que a esquerda, além de poder contar com as tradicionais forças conservadoras da política nacional. A esquerda, por sua vez, para se organizar à altura das necessidades da luta de classes, deveria ainda romper com toda uma tradição de uma ideologia e prática reformista, apontada como responsável por sua desarticulação no passado recente. Com esse diagnóstico da conjuntura política e do enfrentamento entre as forças sociais na sociedade brasileira, a POLOP propunha uma união entre o movimento operário urbano e as ligas camponesas, encarando a possibilidade de se construir um vínculo “orgânico” entre ambos como a oportunidade da esquerda brasileira em ressurgir no cenário nacional como força independente e com capacidade de fazer frente às ameaças latentes da direita (Jornal da Política Operária, Nº1, 1962, p.2. – “Por uma Frente Única da Cidade e do Campo”).

Nos primeiros dois anos do jornal e, posteriormente, da revista Política Operária (1962-1963), a POLOP defenderia a proposta da frente única dos trabalhadores da cidade e do campo, uma proposta considerada classista e de acordo com seus interesses materiais imediatos. Segundo a POLOP, somente um movimento da classe “dinâmico e expansivo”, que defendesse “os interesses materiais dos trabalhadores”, e que não recuasse “quando se tornar necessário ferir os interesses das classes dominantes” somente um movimento assim seria capaz de “entusiasmar as massas, de restabelecer nelas a confiança de sua própria força”, e de, “finalmente, restabelecer também a

autoridade dos próprios partidos, integrados na luta coletiva” (Jornal da Política Operária, Nº1, 1962, p.2. – “Por uma Frente Única da Cidade e do Campo”). Para a POLOP, embora os partidos políticos da esquerda brasileira tivessem um papel importante na formação da frente única, sua capacidade de arregimentar as massas em torno de questões partidárias havia se exaurido em razão de decepções políticas passadas, considerando necessário para a manutenção de sua condição de representantes políticos dos movimentos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais sua integração na luta coletiva e em suas reivindicações concretas. Os órgãos de imprensa da POLOP, além de proporem uma frente única das forças de esquerda e do movimento dos trabalhadores, também publicariam matérias e análises acerca da Revolução Cubana, da atuação do imperialismo na América Latina, em particular dos EUA, e sobre o movimento camponês organizado pelas Ligas Camponesas.

Com relação a participação de Ruy Mauro Marini na revista *Política Operária*, este escreveria o artigo *Uma política Operária para o Brasil*, publicado na sétima edição da revista, em outubro de 1963. Nesse artigo, Marini analisava o fracasso do Plano Trienal posto em prática pelo governo de João Goulart, apontando como as condições econômicas e políticas da conjuntura impossibilitavam a execução do plano e levavam ao afastamento progressivo da burguesia com relação ao governo de Goulart. Este somente se sustentaria, na análise de Marini, em virtude de apresentar para a burguesia uma forma de controle ideológico sob o proletariado, ao cumprir uma função de “amortecedor” da luta de classes, uma vez que a própria burguesia possuiria quadros intelectual e moralmente mais bem preparados para a realização do Plano Trienal. (MARINI, 1963, p.8 – Revista Política Operária, Nº7- “Uma política Operária para o Brasil”). Com relação ao fracasso do plano, este se encontraria em meio a contradições insuperáveis, pois, como o plano implicava em reformas de estrutura – agrária, tributária, etc. -, que assegurassem uma redistribuição efetiva da renda, tais reformas entrariam em choque com interesses da classe latifundiária e com o imperialismo, o que forçaria a burguesia a romper sua aliança de classe com esses setores. Como ela optou pela aliança com esses segmentos, ao priorizar as políticas de estabilização monetária ao invés das reformas estruturais, bem como em razão da ascensão dos movimentos populares urbanos e rurais reivindicando melhores condições salariais, caberia então a esquerda não vinculada ao governo lutar por se colocar como força independente no cenário nacional, denunciar as falsas soluções burguesas e apresentar para as classes trabalhadoras uma política operária independente que marcasse posição no movimento

de massas e desenvolvesse uma tática revolucionária de assalto ao poder latifundiário-burguês, abrindo as portas para a revolução socialista. (MARINI, 1963, p.12 – Revista Política Operária, Nº7 – “Uma política operária para o Brasil”).

Com a realização do II Congresso da POLOP, em princípios de 1963, é feito um balanço da situação política (nacional e internacional) e da força dos movimentos de massas do campo e da cidade, bem como sobre o desempenho da organização em seus primeiros anos, objetivando estabelecer novas diretrizes para sua ação prática e aprimorar sua atuação no processo político brasileiro. Dentre os temas e questões debatidas, duas merecem destaque, pois se refletem na forma de atuação da POLOP e em sua estrutura organizacional, conformando mesmo o início de uma espécie de *segunda fase* da organização (OLIVEIRA, 2007, p.94). No início de 1963, é realizado o plebiscito acerca da forma de governo a ser adotado no país, culminando no retorno do regime presidencialista e dos plenos poderes presidenciais a João Goulart, então apoiado pelo PCB e pelo conjunto de organizações e movimentos que compunham a FMP e seguiam Leonel Brizola, envolvidos na luta pelas “reformas de base”. Para a POLOP, como em todos os outros acontecimentos políticos, também na campanha pelo plebiscito “a Velha Esquerda brasileira engajou-se como mero apêndice da política burguesa” (XAVIER, 1963, p. 12- Revista Política Operária, Nº5 – “ O Plebiscito: Um ‘Não’ as Esquerdas”). Criticando o reboquismo de setores reformistas da esquerda organizada, a POLOP apontava o caráter particularmente “pernicioso” que tal política implicava naquele momento decisivo para classe burguesa, pois que:

...as sucessivas crises econômicas e políticas que tem abalado o regime acabaram por fazer nascer no capitalismo nacional a consciência da necessidade de um programa reformista para superar – por vias institucionais – alguns dos principais pontos de estrangulamento do sistema. Esse programa se exprime na variada gama de planos governamentais e projetos parlamentares de “reformas de base”, alimentado agora pela política econômica do imperialismo da “Aliança Para o Progresso”. O ano de 1963 apresenta-se, por isso, decisivo para a burguesia. Trata-se urgentemente de combater as crescentes condições revolucionárias no país, através da estabilização monetária, aumento da produtividade agrícola, satisfação de algumas reivindicações de caráter capitalista dos camponeses, etc., além do indispensável fortalecimento do aparelho político estatal para evitar novas crises e ganhar a confiança do imperialismo. (XAVIER, 1963, p. 12).

Para POLOP, a concretização dos projetos reformistas estava sendo adiados em virtude das divisões internas da burguesia, devido ao receio de certas frações da classe em apoiar as reformas de base que poderiam impulsionar um projeto revolucionário no

país e em virtude da dificuldade de encontrarem planos capitalistas de transformações estruturais que resolvessem os principais problemas das massas (XAVIER, 1963, p. 13. – Revista Política Operária, Nº5 – “O Plebiscito: Um ‘Não’ às Esquerdas”). Sendo assim, como as condições revolucionárias estavam dadas mas faltava uma vanguarda capaz de orientar o processo e guiar as classes exploradas sob bases independentes, a POLOP buscava se aproximar de outros agrupamentos políticos considerados revolucionários para a formação do partido político da classe operária. Nesse sentido, a partir das *Diretrizes para uma política operária* formuladas no II Congresso da organização, a POLOP reafirmaria a necessidade de fortalecer a consciência de classe do proletariado brasileiro, de seu amadurecimento político, para que pudesse deixar de ser apenas uma “classe em si” e passasse a ser uma “classe para si”. Caberia novamente a um partido revolucionária da classe operária a tarefa de contribuir para o despertar da sua consciência de classe, de fora para dentro, embora ressalvasse – como no primeiro Congresso - que tal partido fosse constituído pelo desdobramento da própria luta de classe. Assim, pois, no caso brasileiro:

A tarefa fundamental de uma vanguarda, como a POLOP, em tais circunstâncias, consiste na cooperação com todas as forças capazes de enfrentar o reformismo e a ideologia burguesa, existentes no seio da classe operária, numa Frente de Esquerda Revolucionária (FER), e orientar a luta comum no sentido de opor à “frente única com a burguesia nacional” uma Frente Única dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, como palavra de ordem de um futuro movimento de massa de caráter de classe.(POLOP, 1963, p. 13-14).

A proposta da Frente de Esquerda Revolucionária (FER) estaria presente, igualmente, nos volumes da *Revista Política Operária*, mais precisamente nos volumes Nº5, 6º e 7º, escritos ao longo de 1963 e direcionados ao PC do B e ao Movimento Revolucionária Tiradentes (MRT). Tais grupos foram escolhidos em razão de três critérios específicos:

Em primeiro lugar, pela composição de seus quadros operários, camponeses, estudantes e intelectuais. Em segundo lugar, por sua unidade na concepção sobre o caráter da Revolução Brasileira. Em terceiro, pela aceitação, por parte dos três grupos, do instrumento teórico fundamental para essa Revolução, que é o marxismo-leninismo. (POLOP,1963, p.51).

Com essa proposta de uma Frente de Esquerda Revolucionária (FER), a POLOP pretendia unificar as forças das esquerdas revolucionárias num único partido político,

aprofundar a luta ideológica no Brasil desmascarando as concepções burguesas e reformistas que conduziam o proletariado ao reboquismo, e orientar a luta das massas e das suas organizações no sentido de efetivar a aliança operário-camponesas para a Frente Única da Cidade e do Campo, futura base social para a posterior tomada revolucionária do poder e da instauração do regime socialista no Brasil (Revista Política Operária, Nº5, 1963, p. 50. – “Pela União dos Marxistas Revolucionários”). Segundo a bibliografia consultada, ao lado da FER, no II Congresso a estrutura organizativa da POLOP também seria tomada como objeto de discussão, tendo ela concluído que esse era seu principal problema interno responsável pela baixa capacidade de influência nos movimentos de massa, fruto dos seus aspectos “amadorísticos”, do seu caráter “excessivamente flexível” e da “diversidade ideológica” original dos quadros que a formaram (OLIVEIRA, 2007, p.87-88; OLIVEIRA, 2016, p.185). Como era uma organização pequena e com recursos limitados, tendo que lutar inclusive para se consolidar no campo das esquerdas, a POLOP via sua atuação prática nos movimentos de massa de maneira bastante limitada. Para remediar tal problema, a organização decide-se por tomar certas medidas capazes de profissionalizar seus quadros, enrijecer sua cadeia de comando e padronizar suas formas de recrutamento. Nesse sentido, foram estipuladas algumas “tarefas” a serem executadas pelos quadros da sigla no âmbito organizacional:

- a) Reordenação interna, que introduza o princípio de especialização do Comitê Nacional; crie coordenações nacionais para os principais setores de trabalho de massa; e reforce a disciplina da Organização, dentro do centralismo democrático.
- b) Discussão e propaganda das diretrizes do Congresso, visando estabelecer as bases para o Programa Socialista;
- c) Sistematização do trabalho de recrutamento, visando ampliar os efetivos da organização e a modificar, pela inclusão de quadros operários, sua composição; definição precisa de simpatizante.
- d) Formação de bases, nos Estados considerados estratégicos (Pernambuco, Rio Grande do Sul e Estado do Rio) e reestruturação de Bahia e Goiás; irradiação, a partir dos Órgãos já existentes, para zonas próximas, visando a formação de bases;
- e) Intensificação e padronização do programa de formação de quadros, sob orientação do Comitê Nacional;
- f) Profissionalização de Quadros, sob responsabilidade direta e exclusiva do Comitê Nacional. (OLIVEIRA, 2016, p.182).

Como se pode perceber, diferente da convocatória para o primeiro congresso da POLOP, escrita por Sachs em 1961, em que o autor tinha por intenção atrair outros grupos políticos e/ou tendências para formar uma organização que romperia com a

tradição do partido “burocrático”, constituído de “cima para baixo” e “dividido entre uma direção que pensa e uma base que executa”, no II Congresso é justamente o caráter “flexível” da organização e a “diversidade ideológica” o alvo da crítica, em nome da centralização. Se na primeira fase, durante os anos de formação, o I Congresso propunha unificar quadros descontentes com o percurso dos partidos de esquerda, em particular o PCB, e apresentar uma nova leitura das condições econômicas-sociais e políticas do Brasil para reivindicar um projeto socialista, no II Congresso o grupo da POLOP, considerando o recrudescimento da situação econômica e política brasileira, do aguçamento das lutas sociais, se preocuparia com a forma de se organizar internamente, procurando fortalecer a organização para superar os limites da sua inserção no movimento de massas (OLIVEIRA, 2007, p.94.). Essa tendência à centralização, inaugurada com o II Congresso em princípios de 1963, se intensificaria nos anos seguintes, em particular em razão do golpe e da ditadura militar, vindo mesmo a ser um dos motivos que levariam o grupo às cisões ocorridas no IV Congresso, em 1967.

Quanto ao papel da POLOP na conjuntura anterior ao golpe militar de 1964, na concepção de Marini, esta seria uma das organizações que, sem dúvida, teria se destacado para criar as condições revolucionárias necessárias para a ruptura:

Por um lado, a POLOP realizou um sério trabalho de formação de quadros, que beneficiou amplamente a maioria das organizações que atuam hoje no Brasil. Por outro lado, sua elaboração teórica e sua luta ideológica contra o reformismo tiveram considerável influência nas concepções da maioria dessas organizações, além de ter contribuído na onda de rupturas que o PCB sofreu por volta de 1967. Se tais razões não bastassem para justificar seu estudo, ainda há outra, mais decisiva: ao pretender sistematizar um corpo de ideias sobre a revolução brasileira, a POLOP analisou melhor que qualquer outra organização os principais aspectos da concepção que fundamentava a prática política das diferentes forças e abriu uma tradição teórica que marca profundamente a atual esquerda revolucionária do Brasil, inclusive seus desvios. (MARINI, 2017, p.218).

Marini também destacaria, com relação a POLOP, três elementos centrais: a) a questão do caráter da revolução brasileira; b) a determinação das classes revolucionárias e seus aliados; e c) a forma que assumiria o processo revolucionário nas condições concretas do país. (MARINI, 2017, p.218). Nesse sentido, segundo Marini, como a POLOP teria sido a primeira organização a defender o caráter socialista da revolução brasileira, tal posição teria contribuído tanto para o questionamento da concepção reformista do PCB, de caráter anti-feudal e anti-imperialista, nacional e democrática, quanto para a aceitação generalizada no campo das esquerdas revolucionárias de que o

processo revolucionário se daria com base numa aliança entre as massas da cidade e do campo, sob a direção da classe operária. (MARINI, 2017, p.219). No entanto, no âmbito prático, essa perspectiva estratégica, na medida em que focava, sobretudo, na sua inserção na classe operária, conduziu a POLOP a atuar precisamente no terreno que lhe era mais desfavorável: no proletariado industrial das grandes cidades, onde era forte as posições do PCB. (MARINI, 2017, p.220). Desse modo, a organização facilitou sua “própria neutralização e não soube tirar partido daquilo que a experiência estava revelando, isto é, de que progredia mais rapidamente em setores como o campesinato, os estudantes e os operários não organizados, subempregados e desempregados”, as posições para uma política revolucionara consequente. Em consequência, a POLOP teve que se fechar em seus princípios para conseguir se firmar no campo das esquerdas, o que conduziu a organização, na sua relação com as outras forças das esquerdas revolucionárias, ao dogmatismo e ao sectarismo, prejudicando, assim, sua principal bandeira tática imediata, isto é, a Frente dos Trabalhadores Cidade e do Campo. (MARINI, 2017, p.218).

Durante o triênio de 1965-67, após o golpe militar, a POLOP discutiria questões relativas à conjuntura nacional (como a Assembleia Constituinte, a formação da FER, as formas de luta contra a ditadura, etc.), a centralização da organização e os acontecimentos internacionais como o apoio a Revolução Cubana e as divergências sino-soviética. Com relação ao golpe militar, a POLOP seria uma das poucas organizações que considerava o golpe uma necessidade política da burguesia, vindo a efetivamente organizar tentativas de resistência à ditadura imposta, de maneira conjunta e articulada com os recém ingressos soldados e sargentos oriundos das fileiras do nacionalismo e do brizolismo. Um desses episódios, como ficou conhecido, é o da chamada “Guerrilha de Copacabana”, em que se tentou organizar um foco de resistência *tático* contra a ditadura com o objetivo de atrair os segmentos das Forças Armadas que eram contrários ao golpe (BANDEIRA, 2007, p. 45). Com o fracasso da tentativa, em razão de marinheiros do CENIMAR estarem infiltrados na organização, alguns membros e dirigentes foram presos, torturados e exilados do Brasil. Dentre os dirigentes, apenas Erich Sachs continuaria ativo politicamente na clandestinidade, ao passo que Ruy Mauro Marini e Arnaldo Mourthé optariam pelo exílio. No depoimento dos três prestados a 1º Auditoria Militar da Marinha, é apontado Moniz Bandeira como liderança da POLOP e como responsável pela *Revista Política Operária*, naquela altura então exilado no Uruguai. Outros exilados em decorrência do episódio foram Theotônio

dos Santos e sua companheira Vania Bambirra, ambos optando pelo Chile (OLIVEIRA, 2016, p. 187). Esse ocorrido gerou um mal-estar geral na organização e uma reconfiguração política interna. Como afirma Oliveira,

O amálgama promovido em 1961 começou a se desfazer em situação ditatorial. Os núcleos mais afeitos a participação institucional perderam espaço no grupo, o estado de exceção imposto pelas elites dirigentes do país bloquearam as ligações da sigla junto aos poderes instituídos, algo que era essencial para a manutenção do periódico Política Operária, por exemplo. (OLIVEIRA, 2016, p. 187).

É nesse contexto de repressão a organização e de dificuldade de estabelecer comunicações regulares entre o Diretório Nacional (DN) e as seções regionais que despertariam divergências programáticas e estratégicas. Entre 1966 e 1967, depois de um período de aproximadamente um ano para rearticulação do grupo, surgiria uma intensa circulação de textos entre o Diretório Nacional e os Secretariados Regionais, em particular com o de Minas (MG) e o de Guanabara (RJ). Quando da realização do IV Congresso da POLOP, em setembro de 1967, a organização já se configurava como um mosaico de tendências locais. Nesse sentido, como afirma Orlando Miranda, representante da seção polopista de Salvador e que participou do Congresso na condição de delegado, as tendências da POLOP contrárias ao DN naquele momento eram três, sendo elas:

a) oposição de Minas, [que] defendeu um “governo nacional-democrático” com base na luta por uma “constituente democrática e soberana”; b) a oposição de Guanabara, que defendia a centralidade da luta no combate ao imperialismo; e c) uma ala de São Paulo, que se opunha a proposta de governo de transição, defendendo a luta direta pela ditadura do proletariado. (OLIVEIRA, 2016, p.190 apud).

Ao longo do Congresso, permeado por debates acalorados, ocorreu uma redefinição dos projetos apresentados pelas três correntes opostas ao Diretório Nacional, em razão do *Programa Socialista Para o Brasil* (PSBP), elaborado por Erich Sachs, então à cabeça do DN, ter sido considerado “moderado”, pois subordinava a questão da luta guerrilheira à formação do partido político do proletariado. Outros pontos importantes a se destacar do programa, de interesse para nossa pesquisa, uma vez que este se tornou o principal documento da organização, dizem respeito à importância que atribuiu a Revolução Cubana no subcontinente da América Latina, ao ser a primeira revolução que rompeu com imperialismo e se encaminhou ao socialismo; ao

desenvolvimento capitalista no Brasil reafirmando a aliança de classes entre a burguesia industrial, o latifúndio agrário e o imperialismo, negando os supostos traços “feudais” do mesmo; ao caráter socialista da revolução brasileira com base numa Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo sob a direção do proletariado industrial; a defesa de um Governo Revolucionário dos Trabalhadores transitório, com objetivo de travar uma luta de classes contra a reação e eliminar as bases do poder da coalizão dominante (através da organização de milícias armadas dos trabalhadores, da encampação dos monopólios nacionais e estrangeiros, da nacionalização da terras e da liquidação do latifúndio, de uma política externa anti-imperialista e da convocação de um Congresso eleito pelos trabalhadores da cidade e do campo, como base política para o novo regime); e, por fim, a formação de um partido revolucionário independente da classe operária que a lidere, organize e forme quadros aptos a contribuir para a hegemonia da classe, sendo essa a tarefa principal das vanguardas revolucionárias. (SACHS, 2009).

De toda forma, porém, as tendências oposicionistas, influenciadas pela teoria do foco guerrilheiro da Revolução Cubana, se mostrariam insatisfeitas com o “gradualismo” presente nos programa e nas linhas estratégico-tático da organização, optando por formas de luta direta contra a ditadura militar. Para uma geração que tinha pressa, não era atraente o trabalho cotidiano de arregimentação de massas e criação de bases orgânicas com os movimentos populares para a construção de um sólido partido político operário. Ao invés disso, queriam partir diretamente ao confronto armado contra a ditadura, ganhando centralidade a questão dos focos guerrilheiros em suas concepções políticas e como vanguarda da revolução social.

Nesse intento, a seção mineira da POLOP, após rompimento com a organização, se reuniria com membros remanescentes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), organização constituída por militares que eram ligados a Leonel Brizola contrários à ditadura e responsáveis pela tentativa frustrada da “Guerrilha de Caparaó”, desbaratada pela repressão ainda antes de ter sido posta em prática, em 1967 (OLIVEIRA, 2016, p.195). Segundo Gorender (1987, p.129), da junção das duas nasceria o Comandos de Libertação Nacional (COLINA)²⁵, organização paramilitar que optaria pela luta guerrilheira e definiria o caráter da revolução brasileira como luta pela libertação nacional, através de uma aliança operário-camponesa que instaurasse um

²⁵ Conforme Gorender, “ Um dos principais núcleos do racha da POLOP saiu de Minas, tendo à frente Ângelo Pezzutti da Silva, Juarez Guimarães de Brito, Maria do Carmo Brito, Carlos Alberto de Freitas e Jorge Baptista Filho” (GORENDER, 1987, p. 129).

Governo Popular Revolucionário que fosse capaz de promover as mudanças estruturais em direção ao socialismo (REIS, 1985, p. 151). Para essa organização, a guerrilha rural assumiria o papel de vanguarda revolucionária, pois, como o regime ditatorial tornou o trabalho político por meios legais inócuos, limitados e, assim, se constituiriam mesmo em um retrocesso político, dada as condições objetivas da situação política e econômica – crise e fechamento do regime -, a única forma de continuar uma luta política consequente e efetiva seria por meio da luta armada (REIS, 1985, p. 142.). Nessa perspectiva, embora reconhecesse a importância das ações armadas na cidade para fins de obtenção de recursos e propaganda política, o espaço privilegiado de luta seria o campo e o foco guerrilheiro o embrião do exército popular, forma organizada de um futuro poder político (REIS, 1985, p. 151).

De modo semelhante, a seção paulista da POLOP cindida com a direção também viria a se aproximar de remanescentes do MNR organizados em seu estado. Segundo Gorender, já em 1966 a dissidência foquista da POLOP teria estabelecido contatos regulares com os militares agrupados em torno do ex-sargento Onofre Pinto (GORENDER, 1987, p. 131). Em São Paulo, no entanto, diferente da cisão de Minas, o agrupamento polopsista receberia a contribuição de um terceiro componente, composto por militantes operários e estudantis do município de Osasco. Limítrofe da capital paulista, onde se concentravam fábricas e dormitórios estudantis, Osasco serviria de palco para um entrelaçamento fecundo entre operários e estudantes. Com essa base social, à medida que ganhavam consistência seus vínculos, através da participação nas greves operárias e das mobilizações estudantis, os contatos confluíam para a fundação da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Para ela, diferente da COLINA, tratava-se de lutar pelo caráter socialista da revolução brasileira, através do foco guerrilheiro e das ações armadas nas cidades, com o objetivo de consolidar uma aliança operária-camponesa para sustentar um governo revolucionário de transição.

Com relação ao restante da POLOP, estes seguiram Erichs Sachs e seu *Programa Socialista Para o Brasil* (PSBP) que, entre outras coisas, reafirmava novamente a necessidade de uma Frente de Esquerda Revolucionária (FER). Ao chamado do grupo, aderiu a Dissidência Leninista (DL), do PCB gaúcho, formada entre 1965 e 1966 por um grupo de estudantes. Juntos, fundaram o Partido Operário Comunista (POC) e, com base no PSBP, retornaram suas atividades políticas com fins de construir um partido político independente dos operários, realizar a revolução

socialista e o combate ideológico contra as concepções reformistas.

2.6. A linha de continuidade entre a Nova Esquerda e o PCB

Para fins de conclusão do capítulo, observando o conjunto das organizações e movimentos mencionados, é importante ressaltar que, apesar dos elementos comuns que distinguem esses agrupamentos sociais e políticos que se constituíram e/ou se formaram ao longo da segunda metade dos anos 1950 e começo dos anos 1960 – como a opção pela tomada violenta do poder, a negação da aliança com a “burguesia nacional”, a defesa do caráter socialista da revolução brasileira e os “modelos” internacionais de China e Cuba como inspiração –, do PCB e à linha política formulada em 1958, considerada “reformista” e “moderada”, há elementos que os aproximam e mesmo os mantêm em certa linha de continuidade. No caso do PC do B, por exemplo, o caráter da revolução brasileira continuaria na etapa “nacional” e “democrática” anterior à “socialista”, porém, se distinguindo da matriz original, o governo que realizaria tais condições necessárias para a etapa seguinte seria de caráter “popular” e “revolucionário” e a aliança de classes que o sustentaria incluía todas as classes mencionadas nos documentos do PCB – o proletariado urbano, o campesinato e a pequena burguesia –, com exceção da chamada “burguesia nacional”, considerada aliada do imperialismo e do latifúndio. Nesse sentido, se as teses de libertação nacional e de estabelecimento de um governo popular, nas suas diversas variantes, tinham a marca evidente de desdobramentos das propostas do PCB, da revolução antifeudal e anti-imperialista, as teorias daqueles que defendiam o caráter socialista da revolução, seja de maneira “imediate” ou através de um governo “popular-revolucionário” transitório, não estavam tão distantes assim das concebidas pelo velho partido (RIDENTI, 2010, p. 36).

Desse modo, como afirma Ridenti, independente do caráter definido da revolução brasileira, as organizações que buscavam realizar a revolução no país ainda estavam presas a ideia “etapista” acerca do processo revolucionário:

Em primeiro lugar, porque não ultrapassa a ideia “etapista” da revolução. Se para o PCB caberia a libertação nacional na primeira etapa da revolução, para então ser possível a luta pelo socialismo, na visão dos críticos “socialistas” a etapa burguesa já estava superada, cabendo ir direto à revolução socialista. E mais: para o modelo de libertação nacional, o imperialismo e as relações

feudais no campo impediriam o desenvolvimento das forças produtivas, cabendo às classes progressistas romper esses entraves à realização da nação. Para os seus adversários à esquerda, o imperialismo e as relações atrasadas no campo estariam imbricados ao próprio capitalismo brasileiro, de modo que não seria possível falar em uma revolução nacional e democrática na qual os interesses da burguesia fossem contrários aos de imperialistas e latifundiários. (RIDENTI, 2010, p.36.)

Portanto, se compararmos a forma como é concebida as relações entre os segmentos dominantes nos programas dos agrupamentos “nacionais-democráticos” e dos “socialistas”, vemos que em ambos os casos tanto o imperialismo como o latifúndio são vistos como *entraves* ao pleno desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Se para os adeptos da via pela libertação nacional era necessária uma revolução “antifeudal” e “anti-imperialista” para romper os limites do desenvolvimento capitalista brasileiro, para os “socialistas” tal desenvolvimento estaria bloqueado em razão da “subordinação estrutural da burguesia brasileira aos ditames do capital internacional” e de seu “vínculo umbilical com as classes dominantes agrárias” (RIDENTI, 2010, p.36). Assim, pois, se para os agrupamentos políticos “nacionais-democráticos” bastava apoiar a “burguesia nacional” numa aliança classista com o proletariado para a sedimentação das bases de um capitalismo independente - condição necessária para a etapa seguinte -, para as esquerdas “socialistas” não haveria escapatória dentro do capitalismo brasileiro para a crise que se vivia, cuja superação só seria possível sob as bases de um regime socialista, cabendo aos organismos políticos das esquerdas forjar os fatores subjetivos da revolução social. Colocados os termos dessa forma, se percebe que tais concepções políticas, sociológicas e estratégicas dos “socialistas” eram “um passo quase que natural do raciocínio dos ‘nacionais-democráticos’, acrescentando apenas que latifundiários e imperialistas, inibitórios do progresso social, estariam associados a burguesia deles dependente” (RIDENTI, 2010, p. 37). O mesmo poderia servir para a Ação Popular, as Ligas Camponesas e a POLOP, em graus variados e distintos, no que se refere ao plano teórico da análise da sociedade brasileira, de seus conflitos políticos e ao caráter da revolução social.

Outro elemento teórico-político de continuidade da *Nova Esquerda* com relação ao PCB, se encontraria na concepção “vanguardista” da luta política, onde as forças populares cumprem um papel a reboque das organizações políticas, sendo elas as responsáveis por guiar as massas durante o processo revolucionário. Aliada a essa concepção vanguardista, se associaria uma concepção “messiânica” atribuída ao proletariado industrial ou ao campesinato, no qual uma dessas classes estaria destinada a

romper com o capitalismo e a dirigir as outras classes exploradas rumo ao socialismo. É o caso, por exemplo, do PC do B, da POLOP e das Ligas Camponesas, onde ambas as concepções mencionadas se fazem presentes, seja com relação ao partido político, seja com relação aos núcleos guerrilheiros. Por fim, no plano da teoria, tanto o PCB quanto as organizações políticas de inspiração marxista, como a POLOP e o PC do B, advogavam por alguma forma de “governo revolucionário” transitório, onde o Estado, sob a posse das classes revolucionárias, seria responsável pela realização das reformas estruturais, como a socialização dos meios de produção, o fim dos monopólios nacionais e estrangeiros e a liquidação do latifúndio.

No plano da prática, por sua vez, se a Ação Popular passou por um processo ao longo de sua trajetória que a aproximou do marxismo, e deste ao foquismo e posteriormente ao maoísmo, se mantendo à esquerda do PCB e acabando por advogar a defesa do caráter socialista (imediatista) da revolução brasileira, por outro lado atuou na *prática* ao lado do PCB, tanto no movimento estudantil como na luta pelas reformas de base. Quanto às Ligas Camponesas, somente com o racha no Congresso de Belo Horizonte de 1960 que finalmente se esboçaram divergências irreconciliáveis no seio do movimento dos trabalhadores rurais e do campesinato, pois até então a ULTAB e as Ligas trabalhavam ambas na organização das massas rurais, com o objetivo de melhoria das condições de vida e de acesso a direitos já usufruídos pelos trabalhadores da cidade. Sob influência da Revolução Cubana, as Ligas se distanciaram do PCB e da ULTAB definitivamente, e, tendo por base empírica essa experiência histórica, adotaram uma estratégia revolucionária que também aponta a associação da burguesia com o latifúndio e o imperialismo como principais inimigos de classe, embora com a diferença fundamental de que, ao invés do partido político como vanguarda da revolução, se elege o núcleo guerrilheiro como vanguarda e o campo como espaço privilegiado de luta. E mesmo o movimento nacionalista revolucionário, por sua vez, apesar de não estar associado a nenhuma corrente do marxismo, manteve relações com o PCB na prática, se somando aos esforços das forças progressistas pelas reformas de base na Frente Mobilização Popular e elegendo o imperialismo e o latifúndio como principais inimigos da nação.

Por fim, caberia mencionar, em relação a Ruy Marini Mauro, que este viria a se distanciar, como veremos no próximo capítulo, de algumas concepções políticas e teóricas mencionadas anteriormente compartilhadas pelo PCB e pela *Nova Esquerda* (o que inclui a POLOP), em razão da experiência de exílio que o aproximou dos processos

revolucionários da América Latina e da conjuntura histórica em meados dos anos de 1970/80.

3. Ruy Mauro Marini, o exílio e as novas condições da luta de classes na América Latina

Nesse capítulo, na primeira seção, dedicaremos ao percurso realizado por Marini nos anos em que esteve exilado do Brasil (1965-1984), destacando como, através do contato com o subcontinente da América Latina e da observação de suas experiências revolucionárias, da participação em instituições universitárias e de pesquisa, da incorporação ao MIR e ao processo político chileno, e do intercâmbio cultural e intelectual proporcionado pelo exílio e pela situação política em que vivia os países latino-americanos, contribuíram para o conteúdo de suas reflexões e, em certa medida, para mudanças em seu pensamento acerca do processo revolucionário na região, algo que ganharia espaço na obra do autor a partir dos fins dos anos de 1970 e começo da década de 1980, mais precisamente, durante os anos de 1976-1985. Esses aspectos da trajetória social de Marini foram analisados considerando em que medida os condicionantes²⁶ elencados por Rollemberg estiveram presentes e influenciaram os rumos da experiência vivida de exílio, bem como em que medida forneceram as condições sociais, políticas e institucionais para o amadurecimento intelectual, político e profissional do autor. Ou seja, como veremos, ao invés da experiência de exílio ter se constituído enquanto uma experiência subjetiva de perda do universo de referências, de “desenraizamento”, ou simplesmente de privação de liberdades, no caso de Marini foi justamente a experiência de exílio que lhe proporcionou as condições para seu desenvolvimento intelectual e político.

Considerando o recorte temporal mencionado da obra do autor, na segunda seção do capítulo buscaremos sistematizar as reflexões de Marini acerca dos conceitos de Estado de contrainsurgência e de Estado de Quarto Poder, conceitos esses que se referiam aos períodos históricos das ditaduras militares e aos processos de transição democrática na América Latina, para em seguida, por meio dos textos escritos durante o período de 1976-1985, extrair as concepções políticas de Marini que diriam respeito a

²⁶ Como dissemos na Introdução, entre os condicionamentos listados por Rollemberg se encontram: traços de caráter e personalidade; status social; recursos pessoais; idade; conhecimento da língua estrangeira; ter companhia familiar; as fases do exílio; os países de exílio; o pertencimento a um partido ou organização; ter uma militância mais definida ou redirecioná-la para um projeto profissional. (ROLLEMBERG, 1999, p.40).

uma necessidade de reorientação estratégica das esquerdas revolucionárias latino-americanas.

Por fim, é necessário assinalar, que boa parte dos textos analisados foram escritos durante o período histórico a que se referem, e, por isso, detinham um caráter “conjuntural”, o que implica em considerar que os processos históricos analisados nos textos ainda estavam em andamento quando Marini os escreveu.

3.1. O Longo Exílio

Com a necessidade de sair do país, em decorrência do golpe e posterior ditadura militar, Ruy Mauro Marini teve sua trajetória marcada pela experiência do exílio, que durou aproximadamente 20 anos. Nesse tempo, o autor residiu em países como o Chile e o México, países os quais acolheram um grande número de intelectuais da região, à época sob domínio político de diversas ditaduras de segurança nacional. Segundo Rollemberg, depois de se sentirem no centro dos acontecimentos em uma conjuntura de intensa agitação política, o exílio imposto pelas ditaduras militares aos intelectuais brasileiros da geração de 1964 e 1968, foi sentido como uma “ruptura com uma realidade e o desenraizamento do universo de referências que dera sentido à luta”. (ROLLEMBERG, 1990, p. 40). A derrota de um projeto profissional e político, o estranhamento em relação a outros países e culturas, as dificuldades de adaptação à novas sociedades, que muitas vezes os infantilizavam, o não-reconhecimento dos novos papéis disponíveis, tudo isso contribuiu para subverter “ a imagem que os intelectuais tinham de si mesmos, desencadeando crises de identidade que se manifestavam em situações cotidianas: na batalha pelos documentos ou na recusa de obtê-los; no trabalho e no estudo; na militância política ou no seu abandono; nas atividades culturais e artísticas; na vida familiar e afetiva”. (ROLLEMBERG, 1990, p.40). Desse modo, a história do dia-a-dia no exílio foi, para muitos, a história da desorientação, da crise de valores, do mal-estar em relação ao outro e, sobretudo, em relação a si mesmos. Mas também foi, por outro lado, a história da descoberta de outras possibilidades, de redefinição e de reconstrução. (ROLLEMBERG, 1990, p.40).

Como outros intelectuais forçados ao exílio, foram as instituições acadêmicas e de pesquisa que proporcionaram ao Marini, a “possibilidade de inserção privilegiada nas capitais latino-americanas do exílio intelectual brasileiro nos anos 1960/1970, a saber, Santiago do Chile e Cidade do México” (WASSERMAN, 2017, p.88). Com relação ao

México, segundo Cláudia Wasserman, entre os anos de 1958 a 1964, o país fora governado por Adolfo López Mateos, considerado um político de esquerda, que havia inclusive participado do movimento estudantil e socialista. Em sua gestão, López Mateos “distribuiu enormes quantidades de terras, nacionalizou empresas telefônicas e de energia elétrica e apoiou a revolução cubana, opondo-se a qualquer tentativa de Washington de derrubar Fidel Castro”. (WASSERMAN, 2017, p.89). Com a chegada ao governo de Gustavo Díaz Ordaz Bolaños (1964-1970), se iniciou um dos períodos mais autoritários do país, marcado, sobretudo, pelo massacre estudantil de Tlatelolco, ocorrido em 1968. Depois dele, o México foi governado por Luis Echeverría Álvarez (1970-1976), responsável direto pelo episódio de Tlatelolco, quando era secretário de segurança do governo mexicano anterior. Apesar disso, todavia, seu governo aproximou o país do regime socialista de Cuba e forneceu exílio à viúva do presidente chileno Salvador Allende, Hortensia Bussi, em 1973. Assim, em meio à turbulência política que o país vivia, os “reflexos da revolução mexicana e do apoio a Cuba ainda se faziam presentes na universidade e favoreceram a acolhida aos exilados políticos provenientes de todas as ditaduras de segurança nacional da América do Sul”. (WASSERMAN, 2017, p.89).

É nesse contexto que Marini, após ter sido preso pelo CENIMAR e conseguido o *habeus corpus* para sua libertação, passando três meses na clandestinidade até asilar-se na Embaixada do México, no Rio de Janeiro, viajou ao país um mês depois e, conforme consta em seu memorial:

Não conhecia ninguém ali. Mas, no aeroporto, esperava-me reduzido grupos de asilados que vivia no país – cerca de vinte pessoas que me proporcionou, assim como as autoridades mexicanas, uma acolhida reconfortante. Entre muitos amigos que fiz – além de Maria Ceales, combativa militante das Ligas [Camponesas], com quem compartilhei o asilo na Embaixada – recordo, com especial carinho, Carlos Taylor, comunista histórico, homem de grande coração e caráter reto, que fora no Brasil presidente da União Nacional dos Servidores Públicos e que, depois de bons serviços prestados ao México, ali veio a falecer, em 1978; Alvaro Faria, cuja idade relativamente avançada em nada diminuirá o seu entusiasmo pela filosofia e pela política e graças a quem privei, também da amizade de Rodolfo Puiggrós, há muitos anos exilado no México e que ministrava, na Escola de Economia da UNAM, o único curso de marxismo daquela universidade; e Cláudio Colombani, estudante de engenharia em São Paulo, que me fez perceber o quanto era grande, entra juventude do PCB, a revolta contra o reformismo e o acomodamento da sua direção. Reencontrei, também, André Gunther Frank, lecionando então na UNAM, o qual me facilitou os primeiros contatos com os intelectuais e militantes políticos mexicanos. (MARINI, memorial, p.6).

Assim, com apenas quinze dias após sua chegada, graças aos contatos com a militância política e do tempo que passou na UNB (mencionado na Introdução), e de ter sofrido a decepção de não ter sido recebido por Pablo Gonzáles Casanova – o qual era um dos poucos intelectuais que Marini conhecia de nome e que o recebeu com carinho e solidariedade -, pois o mesmo deixara a direção da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da UNAM, sendo substituído por Enrique Gonzáles Pedrera, que simplesmente não o recebeu, Marini obteve, através de Mario Ojeda Gómez, então diretor do Centro de Estudos Internacionais (CEI) do Colégio do México, um lugar na instituição. Vemos aqui, pois, a importância da militância política de Marini para sua recepção e inserção no país de acolhida do exílio, uma vez que facilitou seus contatos com a nova realidade e proporcionou as condições para dar continuidade ao seu trabalho intelectual e profissional. Ou seja, quanto às questões de status, recursos pessoais e conhecimento de língua, vemos que, a partir do seu memorial, devido às condições profissionais e financeiras, ao seu nível cultural e intelectual e, mais importante, às suas relações com o meio acadêmico e a militância de esquerda no Brasil, foi possível a Marini encontrar toda uma rede de apoio e solidariedade que lhe forneceram, no momento em que a situação política do seu país de origem implicava riscos à sua própria integridade física, alternativas de residência e trabalho em outros países da América Latina.

Como dissemos na terceira seção do primeiro capítulo, foi no CEI que Marini escreveu seus primeiros artigos – mais precisamente três - acerca dos acontecimentos recentes no Brasil, ainda em 1965. O primeiro deles foi “Contradiciones e Conflictos em el Brasil Contemporâneo”, publicado na revista *Foro Internacional*, periódico mantido pelo CEI, e que se baseou num relatório apresentado à direção da POLOP, antes do exílio. Nele, divergindo das interpretações sobre o golpe militar de 1964, que o entendiam como resultado de elementos externos (na forma da intervenção dos EUA), Marini defendia a tese de que a ação dos EUA somente poderia ser compreendida se considerada como um elemento constitutivo da realidade nacional e que só poderia ser efetiva à luz da luta de classes no país, que fincava suas raízes na economia e determinava o jogo político, sendo as Forças Armadas parte desse jogo. “A nível do Colégio”, diz Marini, “o artigo me deu-me prestígio e motivou minha inclusão no corpo editorial de *Foro Internacional*, onde permaneci até deixar a instituição, em 1969”. (MARINI, memorial, p. 7.)

O segundo artigo, atendendo a uma sugestão de André Gunther Frank, foi o “Brazilian Interdependence and Imperialist Integration”, voltado já não ao processo de

luta de classes no país que resultara no golpe militar, mas às suas causas profundas e às suas consequências no plano latino-americano, publicado na *Selecciones en Castellano da Monthly Review*, também em 1965. Nesse artigo, Marini situava o enfoque no plano das transformações da economia mundial no pós-guerra (principalmente em torno da centralização de capitais nos EUA e seus efeitos nas exportações de capitais) e seu impacto na economia do Brasil e na diferenciação da classe burguesa, procurando examinar, considerando esses fenômenos, a política exterior brasileira dos anos 60 e suas implicações para a América Latina. (MARINI, memorial, p.7). Dele, Marini destacava três resultados importantes:

Primeiro, impulsionou a superação do enfoque meramente institucional —e, frequentemente, jurídico— que privava nas análises da política exterior latino-americana, motivando os estudiosos a investigar suas determinações econômicas e de classe (efeito inicialmente sentido no próprio Colégio do México, mas, direta ou indiretamente, estendido depois ao Brasil, começando com a análise pioneira de Martins, 1972). Segundo, despertou maior atenção para a mudança operada nos movimentos de capital no após-guerra, com vantagem para os investimentos diretos na indústria, tese que se constituiria em um dos pilares da teoria da dependência, principalmente pelas implicações do fenômeno na diferenciação interna da burguesia, que eu apontava no artigo e que sustentavam o conceito de “burguesia integrada” que eu ali expunha (ver, entre outros estudos, Santos, 1976, principalmente seu trabalho mais difundido, “O novo caráter da dependência”, escrito originalmente em 1966, e Cardoso e Faletto, 1969, primeira versão em 1967, sobretudo o seu conceito de “burguesia associada”). Terceiro, levantou a questão do subimperialismo, que tratei ali pela primeira vez e que despertou particular interesse em círculos intelectuais argentinos e uruguaios, assim como de brasileiros que os integravam, graças à difusão que deu ao meu ensaio sua publicação em Buenos Aires. Esse interesse levaria um grupo ligado à revista *Marcha*, de Montevideu, em que se destacaram Vívian Trias e Paulo Schilling, a desenvolver novas elaborações sobre o tema, através das quais, por um lado, operou-se um deslizamento em direção ao que se poderia chamar de “teoria do satélite privilegiado” —distinta, em substância, da tese que eu levantara— e, por outro lado, descobriu-se e mesmo se hipervalorizou a doutrina geopolítica, até convertê-la em chave explicativa do fenômeno —o que também estava longe de coincidir com a visão que eu dele tinha (as elaborações mais acabadas dessa corrente, em versão bem posterior, podem ver-se em Trias, 1977, e Schilling, 1978).(MARINI, memorial, p. 7).

Já no terceiro artigo, “La dialéctica del desarrollo capitalista brasileño”, Marini buscou sintetizar os dois enfoques dos artigos anteriores, isto é, “diferente do primeiro ensaio, centrado no processo sócio-político brasileiro, e do segundo, mais preocupado com a articulação da economia brasileira com o sistema imperialista e suas implicações”, esse teria por objetivo “desvendar as grandes linhas do processo histórico do Brasil Moderno e a gestação da revolução socialista”, sendo publicado com o título

de “El carácter de la Revolución Brasileña”, na Revista Cuardenos Americanos, em 1966. (MARINI, memorial, p.7).

Ao final de 1965, Marini assumiria a cadeira de História Diplomática da América Latina do curso de graduação do Colégio de México, única disciplina da instituição voltada a questões de política internacional da região. Foi como docente responsável por tal disciplina que Marini, que “não sabia muito sobre a América Latina”, dedicou-se ao estudo da bibliografia disponível, principalmente da biblioteca do Colégio do México, e onde, à parte os estudos nacionais e daqueles que tentaram uma teorização geral, como os trabalhos da Cepal e das obras do sociólogo argentino Gino Germani, fez a “desagradável constatação de que os estudos latino-americanos provinham essencialmente dos países desenvolvidos – principalmente dos Estados Unidos, França e Inglaterra, nessa ordem –”, e que padeciam, na sua opinião, “de um paternalismo elitista”. (MARINI, memorial, p.8).

Assim, tendo se dedicado ao estudo da realidade latino-americana, Marini reformulou o programa, vindo a disciplina a mudar de nome para Problemas Internacionais da América Latina e que levou o CEI, após o sucesso da disciplina com os alunos da graduação, a criar um seminário sobre a América Latina a nível de pós-graduação, iniciativa pioneira no México à época, e que pôde inclusive contar com a participação de convidados especialistas na América Latina, bem como de intelectuais brasileiros, como Celso Furtado, Hélio Jaguaribe e Octavio Ianni, proporcionando a Marini a oportunidade de conversar com os brasileiros a respeito da situação do país.

No ano de 1967, atento à reunião que se realizava no México sobre a proposta mexicana de desnuclearização da região, de que resultaria o Tratado de Tlateloco, Marini escreveria, em colaboração com Olga Pellicer de Brody, o artigo “Militarismo y desnuclearización en América Latina”, voltado a mostrar como, ciente da atuação da delegação brasileira que fez pouco caso da conferência, tal atitude corresponderia aos objetivos da ditadura em desenvolver no Brasil uma indústria bélica importante, base de sua política expansionista, tendo sido publicado na revista *Foro Internacional*. Ao final do mesmo ano, e atendendo a uma solicitação da revista *Tricontinental* - lançada em Havana, no contexto de mobilização revolucionária que se constituiria na linha central da política exterior cubana -, Marini escreveria seu ensaio “Subdesarrollo y revolucion en América Latina”, o qual seria seu trabalho mais conhecido internacionalmente em virtude da grande difusão da revista e das muitas republicações de que foi objeto. Esse ensaio, segundo o autor, “reflete o essencial das investigações que eu vinha realizando,

desde de fins de 1965”, e que resumiria seu conteúdo na “declaração inicial – ‘a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial’-”, buscando “demonstrar que esse subdesenvolvimento é simplesmente a forma particular que assumiu a região ao se integrar ao capitalismo mundial”. (MARINI, memorial, p.9).

Nesses mesmos anos, além dos artigos publicados acerca do desenvolvimento capitalista no Brasil e da luta de classes no país, em seu exílio no México Marini receberia um convite proposto por Leopoldo Zea para compor o corpo docente do recém criado Centro de Estudos Latinos Americanos (CELA) da Faculdade de Filosofia da UNAM, onde acabaria por assumir a direção de um seminário de graduação e pós-graduação sobre a América Latina e a cátedra do curso de História do Brasil e seus Antecedentes Portugueses, além de realizar, por pressão dos alunos, um seminário de leitura da obra *O Capital*, de Karl Marx, em que participaram estudantes e jovens professores do Colégio do México e da UNAM, nas manhãs de sábado em sua residência. Com relação ao curso mencionado, segundo Marini:

O interesse que despertou o curso provocou, não só um notável aumento do número de alunos, motivando sucessivas mudanças de sala até chegar a um auditório, mas também a modificação qualitativa do alunado, que passou a vir de diferentes faculdades, tanto da área de humanidades como da de ciências exatas e naturais. Na realidade, ali se reuniu a vanguarda estudantil da UNAM – a ponto de, após a repressão ao movimento estudantil, em outubro daquele ano, ter-me sido sugerido, meio em zombaria e meio a sério, que eu fosse ministra-lo na prisão. (MARINI, memorial, p.9).

Com a realização dessas atividades em 1968 e 1969, bem como da publicação dos seus artigos em periódicos de circulação internacional, o nome de Marini ficaria conhecido nos círculos políticos e intelectuais mexicanos e iniciaram seu lançamento no plano internacional. No entanto, ainda em 1968, devido a uma infeliz coincidência, quando Marini publica seu artigo “O movimento estudantil brasileiro”, em que analisava suas motivações e definições programáticas, bem como sua dinâmica e suas táticas de lutas, ocorre a “eclosão do movimento estudantil-popular, que, em julho, sacudiu o *stabliment* mexicano até seus alicerces e se constituiu em um dos mais importantes pontos de ruptura na história do país. ” (MARINI, memorial, p. 10). O fato, somado aos seus antecedentes políticos, à atividade docente e a uma conferência pública sobre a questão estudantil na América Latina, realizado no Colégio do México, tornou sua situação no país muito complicada, passando a ser vigiado pelo governo e tendo seu

telefone residencial grampeado. Em outubro daquele ano, com a repressão governamental sobre o movimento estudantil, quando ocorre o massacre de Tlatelolco, e tendo seu nome vinculado à vanguarda militante dos estudantes, sua situação se tornou insustentável. Buscou, então, optar pelo exílio na França, a qual fora negado devido à falta de documentação, documentação essa que era negada tanto pelo governo brasileiro quanto o mexicano, devido a um acordo entre ambos para impedir seu deslocamento para centros de exilados – o que excluiria também países como o Uruguai e a Argélia -, levando-o decidir-se pelo Chile, onde a situação política do país, com a possível chegada de Salvador Allende ao poder, bem como de amigos conhecidos como Theotônio dos Santos e Vania Bambirra, já integrados ao CESO, poderia facilitar seu deslocamento.

Conforme comenta em seu memorial sobre o início do exílio chileno, Marini diz:

Meu ingresso a território chileno fez-se com alguma dificuldade, contornada pela pressão dos amigos que ali me esperavam – em particular Theotônio Dos Santos e Vania Bambirra – juntamente com a intervenção de políticos – como o então senador Salvador Allende – e da Universidade de Concepción e sua Federação de Estudantes. Efetivamente, ainda no México, eu fora contactado pelo presidente desta, Nelson Gutiérrez – que me conhecia por meus trabalhos e pelas informações de amigos brasileiros, entre os quais Evelyn Singer, que lecionava naquela universidade e militara comigo no Brasil – o qual me comunicara a existência de uma vaga para professor titular no Instituto Central de Sociologia e me consultara sobre meu interesse em ocupa-la. Como então eu já via o Chile como possível alternativa à Argélia, respondi afirmativamente, sendo meu currículo incluído no concurso aberto para essa vaga e aprovado. Eu chegava, pois, ao país com um contrato na mão. (MARINI, memorial, p.12).

Dessa forma, considerando o exposto até aqui a respeito da trajetória de Marini no exílio, vemos o quanto essa experiência foi condicionada pelos países que, naquela conjuntura histórica da América Latina, se tornaram em pontos de acolhida de diversos intelectuais e militantes de esquerda da região, além de terem fornecido as condições institucionais para que esses diversos intelectuais oriundos de distintas realidades nacionais pudessem convergir em instituições como o CEI, a UNAM e o CESO, permitindo o desenvolvimento do pensamento crítico e a disseminação do marxismo.

Chegando ao Chile, em novembro de 1969, Marini leciona no Instituto Central de Sociologia da Universidade de Concepción, onde ministrou vários cursos, por motivação política e acadêmica, cabendo destacar entre eles o de Sociologia Política, o de Sociologia da América Latina e o de Métodos e Técnicas de Estudos e Exposição. Por outro lado, outro motivo que o levou a se fixar em Concepción, além da vaga

ocupada via concurso, fora a solicitação feita pela Federação de Estudantes, que, em respeito ao pedido, Marini decidira residir na cidade por pelo menos um ano. Localizada a pouco mais de 500 km ao sul da capital do Chile, Concepción era uma cidade industrial, com forte tradição do movimento operário e berço do Partido Comunista Chileno e que daria origem, em 1965, a uma nova força política no país, o Movimiento de Izquierda Revolucionário (MIR)²⁷, o qual teria atividade marcante até o final do governo de Salvador Allende e durante a ditadura militar de Augusto Pinochet através da luta armada. Nesse contexto, para Marini, fora “difícil distinguir o que foi atividade acadêmica e o que foi atividade política”. (MARINI, memorial, p.12). Segundo Nelson Gutiérrez, um dos dirigentes do MIR, a presença de Marini “foi decisiva na organização da formação política dos militantes”, ao contribuir para “uma concepção e uma política de formação de quadros para todo o movimento: as escolas de quadros, a seleção de textos e as edições mimeografadas e impressas”. (GUTIÉRREZ, 2005, p.255).

Outra contribuição de Marini à política do MIR chileno, durante o tempo em que residiu em Concepción, foi o estudo, por um lado, e a socialização da militância, por outro, das experiências acumuladas pelo movimento de massas na luta de barricadas, na luta de rua durante o século XIX e a primeira metade do século XX e, mais tarde, das experiências das lutas de massas, das manifestações populares e estudantis do Brasil, México, Coreia, Japão e Paris. (GUTIÉRREZ, 2005, p.255). Tal contribuição de Marini, renderia frutos, uma vez que, segundo Gutierrez, foi em Concepción que surgiu a ideia de organizar a massa armada nas frentes estudantis, camponesas e operárias, em resposta à crescente repressão do governo de Eduardo Frei (1964-1970), sendo a massa armada o correspondente organizativo para a sua ação direta contra a modernização das forças policiais. (GUTIÉRREZ, 2005, p.255-256).

No terreno teórico e da transmissão do conhecimento indireto, Marini também apoiaria o movimento estudantil com trabalhos e exposições sobre movimentos estudantis na América Latina, particularmente no Brasil e no México, bem como na elaboração do documento “Bases para uma política Universitária”, texto constituinte do Movimento Estudantil de Concepción e que orientaria sua ação política e seus princípios programáticos na luta pela Reforma Universitária (1966-1970).

²⁷ Segundo Cláudia Wasserman, o “MIR reunia militantes da Juventude Socialista, da Juventude Comunista e de dois pequenos agrupamentos que atuava na Universidade de Concepción, a Vanguarda Revolucionária Marxista e o grupo Gramna. Concordava em recorrer à luta armada como forma de atingir o socialismo. A partir de 1967 organizou uma guerrilha urbana e rural. Durante o governo socialista de Salvador Allende, o MIR foi reconhecido como partido político, voltando à clandestinidade e às ações armadas após o golpe militar de 1973”. (WASSERMAN, 2017, p.95).

(GUTIÉRREZ, 2005, p. 255). Dessa forma, absorvido em uma prática pedagógica incessante, nas salas de aula, nas reuniões com militantes, durante as refeições, nas visitas a dirigentes e nas bases operárias dos distritos industriais, sua vida pessoal se viu praticamente anulada e sua produção teórica bastante prejudicada.

Nesse ano em que residiu em Concepción, Marini escreveu apenas o prefácio ao livro de Miguel Arraes, intitulado “Brasil: povo e poder” e um artigo com o título de “Os movimentos estudantis na América Latina”, destinada à recém-criada revista do Instituto Central de Sociologia, *Ciência Social*, a qual saiu com muito atraso e não passou do primeiro número, sendo republicado, porém, na França, no mesmo ano, em *Temps Modernes*, e na Venezuela na revista *Rocinante*. Com a eleição de Salvador Allende para presidência da república, e com o convite feito pelo Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO) da Universidade do Chile, Marini se mudaria para Santiago, em 1970. No CESO, Marini se reencontraria com Vania Bambirra, Theotônio Dos Santos e André Gunther Frank, ex-colegas de militância da POLOP e dos tempos em que atuaram como docentes e pesquisadores na UNB, além de conhecer também Tomás Vasconi, Marta Harnecker, Júlio Lopez, Marco Aurélio García, Jaime Osório, Marcelo García, Emir Sader, Álvaro Brines, Roberto Pizarro, Antonio Sánchez, Guilherme Labarca, entre outros que apenas ficariam no CESO por um período temporário, como Regis Débray, recém libertado de sua prisão na Bolívia, os cubanos Germán Sánchez e José Bell Lara e o mexicano Luíz Hernández Palacios. (GUTIÉRREZ, 2005, p.257).

Para Marini, a respeito da acolhida do centro aos intelectuais latino-americanos, com a vitória da Unidade Popular, coalizão de partidos que conduziu Allende à presidência, tal vitória teria contribuído para o esvaziamento da esquerda nas universidades em benefício da administração pública, o que permitiu a absorção de um pessoal mais jovem e de estrangeiros que estavam em busca de exílio ou que haviam sido atraídos pelo processo político chileno. Nesse período, dada a conjuntura que o país e a América Latina viviam, o CESO se tornaria em um dos principais centros da intelectualidade latino-americana:

O CESO foi, em seu momento, um dos principais centros intelectuais da América Latina. A maioria da intelectualidade latino-americana, principalmente de esquerda, passou por ali, dele participando mediante palestras, conferências, mesas-redondas e seminários. Contudo, o segredo da intensa vida intelectual que o caracterizou e que se constituiu na fonte real do seu prestígio foi a permanente prática interna de diálogo e discussão, institucionalizada nos seminários da área – as áreas temáticas eram as células da instituição – e no seminário geral e continuada nas relações pessoais, que tinham por base o companheirismo e o respeito mútuo. O momento político

que o país vivia, o qual tornara Santiago centro mundial de atenção e de romaria de intelectuais e políticos, fez o resto, além de incentivar o desenvolvimento de outros órgãos acadêmicos, como o Centro de Estudos da Realidade Nacional (CEREN), da Universidade Católica. (MARINI, memorial, p.13)

O mesmo ambiente que propiciava o forte intercâmbio cultural e intelectual, bem como as trocas de experiências políticas, em razão da acolhida oferecida aos intelectuais exilados de diferentes países da América Latina, é também relatado por Vania Bambirra em sua obra dedica a responder algumas críticas dirigidas à teoria da dependência, ao comentar sobre a conjuntura do Chile e do exílio dos intelectuais da região:

Las razones que explican este hecho son varias: hácia Chile convergieron, a partir de mediados de los años sessenta, militantes e intelectuales revolucionarios de diversos países donde el movimiento revolucionario había sufrido una derrota momentánea o en donde éste acumulaba fuerzas para una nueva ofensiva. Chile se transformo, en aquella época, en uno de los más importantes centro de la resistencia latino-americana en contra de las dictaduras. La burguesia chilena podía entonces darse el lujo de permitir que desde su territorio se abominara a los regímenes repressivos. Hacia Chile llgaba además la literatura portavoz de las resistências de los pueblos del continente que reflejaba los reveses, las esperanzas, pero sobre todo la experiencia de luchas que se iba acumulando. Chile era un país muy afectado por la crisis económica y la dominación imperialista se acentuaba bajo el gobierno de Frei; pero el movimiento popular, pese a la derrota del FRAP em 1964, ya empezaba a prepararse para la contienda del año 1970 y mantenía su personalidad propia, su peso específico y amenazador en la sociedade chilena. Había pues una ampla apertura y el estímulo para el desarrollo de la ciência social revolucionaria. (BAMBIRA, 1977, p.6-7).

Segundo Cardenás Castro, quando Marini chegou ao CESO, a equipe de investigadores que estudaria as relações de dependência da América Latina já estava formada, sendo composta por Vania Bambirra, que chegara ao instituto em 1967, por Sergio Ramos, Roberto Pizarro, Orlando Caputo e por Theotônio Dos Santos, a quem era responsável pela direção do grupo. (CASTRO, 2012, p.121). Posteriormente, segundo Dos Santos, ao assumir a direção geral do Centro de Estudos Socioeconômicos, e após dirigir sua parte de pesquisa e docência, o CESO conseguiu “formar uma plêiade de cientistas sociais do mais alto nível, com seminários extremamente importantes sobre vários temas e pesquisas muito marcantes”, vindo a incorporar-se ao grupo, além dos já citados, André Gunther Frank, Ruy Mauro Marini, Tomas Vasconi, Marta Harnecker, Marco Aurélio García, Emir Sader, Pio García, Clariassa Hardy, Alejandro Scherman, Crsitina Hurtado, Cristóvam Kay, Álvaro

Briones Guillermo Labarca, Laureano Ládrón de Guevara e muitos outros. (DOS SANTOS, memorial, p.35).

Com respeito à publicação dos autores que viriam a fundar a Teoria Marxista da Dependência – nos referimos aos brasileiros Theotônio Dos Santos, Vania Bambirra e Ruy Mauro Marini -, foi durante esse período de pesquisa e investigação no CESO que foram produzidas algumas das suas principais obras. No caso de Bambirra, podem ser citados o livro *Los errores de la teoria del foco*, artigo publicado na *Monthly Review*, em 1968, sob o pseudônimo de Cléa Silva, em que a autora criticava a concepção de estratégia revolucionária de Regis Debray; o livro *El capitalismo dependiente latinoamericano*, de 1970, obra voltada à compreensão das distintas formações sociais dependentes da América Latina; a coletânea *Diez años de Insurreccion en América Latina*, organizada por Bambirra, que incluía um artigo seu sobre a luta social no subcontinente, publicada pela editora Prensa Latinoamericana, em 1971; e, por fim, *La revolución cubana: una reinterpretación*, de 1973, no qual Bambirra realizava uma análise acerca do processo revolucionário cubano. (BICHIR, 2012, p.85).

No que se refere à obra de Dos Santos, são desse período os textos *La nuevo carácter de la dependencia*, de 1967, dedicado à análise da nova fase da dependência, em razão da associação do capital estrangeiro com as burguesias industriais locais; a obra *Socialismo o fascismo: El dilema Latinoamericano*, em que o autor analisava o processo social brasileiro durante os anos 50/60 que culminaram na ditadura militar, publicado em 1968; *La crisis norteamericana y America Latina*, de 1970, produto de estudos realizados pelo autor nos EUA durante um curto período em que esteve no país, e onde buscava compreender os impactos da crise estadunidense sobre a América Latina; além desses, caberia mencionar também *Dependencia y Cambio Social*, de 1970, e *Imperialismo e multinacionales*, de 1973. (BICHIR, 2012, p.83).

Já Ruy Mauro Marini, por sua vez, escreveria uma das suas principais obras, *Dialética de la dependencia*, de 1972, em que buscava compreender como as leis gerais do desenvolvimento capitalista – estudadas por Marx através da teoria do valor – assumiam tendências particulares nas formações sociais dependentes, buscando sistematizar tais tendências e explicar suas causas profundas; *En torno a la dialética de la dependencia*, de 1973, em que Marini respondia às críticas dirigidas à *Dialética da Dependência*; uma série de artigos sobre o processo político chileno durante os anos de 1970-1973, os quais foram reunidos, posteriormente, no livro *El reformismo y la contrarevolución. Estudios sobre o Chile*, em 1976; *La Izquierda revolucionaria*

brasileña e y las nuevas condiciones de la lucha de clases, de 1971, artigo em que Marini analisava os rumos tomados pela esquerda brasileira após o golpe militar, publicado tanto na coletânea organizada por Bambira – *Diez años de Insurrección en América Latina* -, quanto na 5ª edição do seu livro *Subdesarrollo y revolución*; e, finalmente, o artigo *Brazilian Sub-imperialism*, publicado em 1972 pela revista *Monthly Review*, estudo em que o autor retomava a temática do subimperialismo brasileiro dos governos militares, abordado em seus primeiros artigos escritos no México. (BICHIR, 2012, p.82).

Além dos livros e artigos publicados, caberia mencionar os projetos coletivos do CESO em que participaram Dos Santos, Bambirra e Marini, como os *Cuardenos del Cesos*, o seminário *Chile Hoy* e as revistas *Sociedad y Desarrollo* e *Marxismo y Revolución*. Com o respeito aos *Cuardenos*, esta foi a mais longa publicação do centro, e, talvez, a mais importante, em virtude não só do período em que esteve ativa abarcar toda a permanência dos intelectuais exilados no Chile, 1966-1973, ou pelas grandes tiragens e reedições de que foi objeto, mas devido “el reflejo más vasto de las investigaciones que se desarrollaron minuciosa y sistemáticamente en las distintas áreas²⁸ en los que estructuró el Cesos”. (CASTRO, 2011, p.173. Grifo do autor). Ademais, o conteúdo desenvolvido nos *Cuardenos del Cesos*, sua produção teórica e investigação temática, também estariam presentes no seminário do *Chile Hoy* e nas revistas *Sociedad y Desarrollo* e *Marxismo y Revolución*.

Com relação ao seminário, Marini afirma que, como umas das questões candentes no Chile era a unidade da esquerda, dividida entre a UP e o MIR, ele teria participado, “juntamente com outros companheiros socialistas e comunistas – entre os quais Martha Harnecker, alma da iniciativa, Theotônio Dos Santos, Alberto Martínez e Pio García -, ” da criação e direção da revista *Chile Hoy*, cujo objetivo seria o de “construir um espaço adequado para o diálogo entre as correntes de esquerda,” e na qual teria “colaborado regularmente, até o golpe militar”. (MARINI, memorial, p.16). Theotônio Dos Santos, igualmente, relata que o semanário *Chile Hoy* “perscrutou, analisou e debateu todos os problemas vinculados à experiência chilena na sua

²⁸ Segundo Cárdenas Castro, na época da renovação do pessoal do CESO, quando da vitória da UP e de Allende à presidência, o que provocou uma promoção do pessoal mais jovem, como Roberto Pizarro e, posteriormente, Theotônio dos Santos, a ocuparem o cargo de diretor do centro, umas das modificações introduzidas foi a definição de três áreas de investigação: “ 1) Área de Dependência, que seria dirigida por Theotônio Dos Santos; 2) Área de Estado y Clases Sociales, dirigida por Ruy Mauro Marini y; 3) Área de Ideologia e Cultura, dirigida por Tomás Vasconi”.(CASTRO, 2011, p. 127). Com relação à publicação dos autores brasileiros nos *Cuardenos del Cesos*, assinalamos que

dimensão histórica, política e econômica, nacional e internacional”, tendo ele contribuído com vários artigos. (DOS SANTOS, memorial, p.39).

Com relação às revistas mencionadas, a revista *Sociedad y Desarrollo* foi uma iniciativa de Theôtonio Dos Santos, estando ela sob sua direção, se integrando posteriormente ao comitê editorial da revista, os investigadores Ruy Mauro Marini, Cristina Hurtado, Roberto Pizarro e Tomás Vasconi, além de uma complementar “comissão consultiva” em que participaram intelectuais dos mais diversos países (CASTRO, 2011, p.241). Considerada originalmente como uma revista do CESO, em coedição com a editora *Prensa LatinoAmericana*, a revista *Sociedad y Desarrollo* teria uma periodicidade trimestral, mas acabou por se publicar somente três números. Já com relação à revista *Marxismo y Revolucion*, apesar dessa revista não estar ligada ao CESO, mas ao MIR chileno, seu principal artífice foi Marini e teve a participação de outros membros vinculados ao centro, como André Gunther Frank, Guillermo Labarca e Cristián Sepúeda. (CASTRO, 2011, p.296). Na apresentação da revista, Marini assinalava,

El carácter que ha asumido la lucha de clases en Chile hace más necesario que nunca el desarrollo de un trabajo teórico intimamente comprometido con el esfuerzo de la clase obrera y el pueblo por romper sus cadenas. Es más: la consecución de este objetivo interesa también a la suerte de las amplias masas explotadas de América Latina. Analizar el proceso revolucionario chileno, sacar las enseñanzas que él encierra, aportarle elementos explicativos que se derivan de otros procesos nacionales e internacionales o de la simple reflexión teórica, recuperar para los combates de hoy armas que empuñaron ayer otros explotados contra la misma explotación, son tareas que están llamados a cumplir todos los estudiosos de formación marxista-leninista (CASTRO, 2011, p.296, apud.)

No entanto, apesar das pretensões da revista, fora publicado somente o primeiro número, enquanto um segundo número, que estava pronto na gráfica, foi destruído dias depois do golpe militar chileno.

Quanto ao MIR e a participação de Marini, no período em que residiu em Santiago, em meio a atividade intelectual intensa no plano da investigação e da docência desenvolvida no CESO, continuou a sua militância, se reunindo periodicamente com a comissão política da organização, discutindo temas e compartilhando tarefas com alguns membros da instância, principalmente aquelas voltadas à educação política e à formação de quadros. Coletivamente, se ocupou do trabalho teórico, ao mesmo tempo em que desenvolvia uma política sistemática de reunião e orientação da intelectualidade

marxista, dos artistas e das pessoas ligadas à cultura, com o objetivo de ecoar a experiência chilena e as particularidades da esquerda revolucionária integrada ao MIR. (GUTIÉRREZ, 2005, p.258). Também participou, ao lado da revista *Marxismo y Revolución* do MIR, da edição do jornal da organização *O Rebelde*, trabalhando junto de uma equipe de jornalistas. Durante esse período, segundo Gutiérrez, o “MIR chegou a ter uma grande influência e organização entre os jornalistas nos diferentes meios de comunicação que envolvia rádio, TV, revistas, jornais, etc., assim como artistas e pessoas da cultura, em particular relacionadas ao cinema, balé, literatura e poesia”. (GUTIÉRREZ, 2005, p.259). Por fim, quanto ao trabalho de Marini no MIR quando residiu em Santiago, contribuiu com análises e discussões na direção da organização a respeito do movimento comunista internacional, tratando da Primeira, da Segunda, da Terceira e da Quarta Internacional; da política externa soviética, chinesa e cubana; e advogou pela urgência em buscar formas de coordenação da esquerda revolucionária na América Latina. (GUTIÉRREZ, 2005, p.259).

Portanto, considerando o que dissemos até aqui a respeito do CESO e do trabalho que nele realizaram os intelectuais brasileiros, bem como acerca do papel de Marini no MIR, é possível afirmar que “a vivência de Marini, Santos e Bambirra, no Chile – os estudos desenvolvidos no CESO, os debates políticos com os setores da esquerda chilena, a participação em cursos, seminários e conferências e o intercâmbio intelectual com os integrantes do ILPES e da CEPAL e o próprio contato com os processos de mudança no país -, propiciou o amadurecimento intelectual dos autores, o que se reflete na extensão de suas obras e em seu conteúdo”. (BICHIR, 2012, p.83).

Nesse sentido, quanto à vinculação dos autores ao processo político chileno, Bambirra e Dos Santos relataram a influência das teses desenvolvidas por eles no CESO no programa da Unidade Popular (UP). Segundo Dos Santos, conforme consta em seu memorial,

É importante assinalar que estes estudos sobre a dependência tiveram um impacto político muito grande porque influenciaram muito fortemente a formulação do programa de governo da Unidade Popular no Chile. Este programa assimilava uma das teses centrais da teoria da dependência ao definir o Chile como uma economia já capitalista, com um alto grau de monopolização e concentração. Em consequência o governo da Unidade Popular não se somente a realizar um desenvolvimento capitalista que eliminasse os bloqueios pré-capitalistas ao desenvolvimento, mas propunha-se a enfrentar os monopólios nacionais e internacionais criados pelo próprio desenvolvimento capitalista dependente. A reforma agrária (que estava se realizando no campo desde o governo da Democracia Cristã e que se aprofundou durante a Unidade Popular) e a nacionalização do cobre (que se

realizou durante o governo da Unidade Popular, obtendo o voto unânime do Congresso Nacional) foram mudanças que sobreviveram ao regime ditatorial que lhe sucedeu. (DOS SANTOS, memorial, p.36)

Já Vania Bambirra, em sua obra *Teoría de la dependencia: Una anticrítica*, também assinala a influência das teses da dependência no programa da UP:

Sin duda, la intensa polémica que se llevaba a cabo entonces sobre la dependencia, al influir de manera significativa en la elaboración del programa de la Unidad Popular, marcó una evolución cualitativa en la estrategia de lucha revolucionaria en América Latina. El programa de la UP contemplaba como meta no sólo terminar con la dominación oligárquica-imperialista, sino que explícitamente nacionalizar las grandes empresas monopólicas industriales, mineras, agrícolas, etcétera, vale decir, golpear el eje básico de la dominación burguesa-imperialista y avanzar hacia el socialismo. De esta manera, la UP trataba en la práctica de implementar la concepción que había sido demostrada por la revolución cubana y confirmada por las investigaciones teóricas y empíricas respecto del capitalismo dependiente: que el imperialismo era un elemento constitutivo interno del sistema de dominación y que para llevar a cabo una política consecuente de liberación nacional y social había que rebasar-lo, avanzando hacia el socialismo. (BAMBIRRA, 1977, p.8).

Quanto ao Marini, durante o período da UP, investiu muito do seu tempo na elaboração da estratégia do MIR, sustentando a ideia de que a estabilidade e a continuidade do governo da UP dependeriam da força da mobilização das massas, da criação de órgãos de poder popular e por se decidirem a pegar em armas para o enfrentamento de ruas. (GUTIÉRREZ, 2005, p.259).

Essa vinculação ao processo político chileno, o pertencimento a uma organização política como o MIR e as energias do trabalho intelectual/profissional direcionadas ao embate político, na situação de exílio vivenciada por Marini, se por um lado inviabilizou a atuação direta no cenário político e acadêmico brasileiro, por outro, possibilitou que continuasse ativo no mundo da pesquisa e do ensino e que estabelecesse uma relação orgânica com a esquerda chilena e latino-americana. O próprio Marini afirma, em seu memorial, que o período em que esteve exilado no Chile correspondeu, “à minha chegada à maturidade, no plano intelectual e político”. (MARINI, memorial, p.18). Nesse sentido, mesmo se considerando que o memorial acadêmico tenha sido produzido com a intenção de evidenciar o positivo reconhecimento intelectual, o relato de Marini corrobora a ideia de que, apesar dos efeitos paralisantes, perturbadores e depressivos da situação de exílio, em seu caso tal situação não se consagrou como um fator desagregador, mas ao contrário, teria se constituído como uma experiência enriquecedora. Como afirma Rollemberg, “o exílio

também foi vivido como uma ampliação de horizontes. Impulsionou a descoberta de países, continentes, sistemas e regimes, culturas, povos, pessoas”. (apud WASSERMAN, 2017, p.98).

Com a chegada do golpe militar chileno, em 11 de setembro de 1973, tal envolvimento político dos autores os tornariam alvos da ditadura, levando-os novamente para um segundo (Bambirra e Dos Santos) e terceiro exílio (Marini). Após o golpe, Dos Santos ficaria retido na Embaixada do Panamá em Santiago do Chile por um período de seis meses, ao passo que Marini e Bambirra se deslocaram ao país, permanecendo três e quatro meses, respectivamente. Depois de inúmeros convites feitos por instituições universitárias e de pesquisa aos três intelectuais brasileiros, como expressão do seu reconhecimento acadêmico e de solidariedade política, a partir de 1974 Dos Santos foi incorporado como pesquisador ao Instituto de Investigações Econômicas da UNAM, aceitando também o cargo de professor titular da pós-graduação de ciências políticas e da Faculdade de Economia e Filosofia. Dois anos depois, tornou-se coordenador do doutorado em economia da UNAM e, em 1978, virou chefe da divisão de pós-graduação da universidade, permanecendo nesses cargos até seu retorno ao Brasil, em 1979. (WASSERMAN, 2017, p.100). No caso de Bambirra, inicialmente fora sido contratada como pesquisadora do Instituto de Investigações Sociais da UNAM, se deslocando, anos depois, para a Faculdade de Economia, onde assumiu como professora titular e investigadora, permanecendo incorporada à faculdade até seu retorno ao Brasil, em março de 1980. (WASSERMAN, 2017, p.100).

Com relação a Marini, antes de retornar ao México em 1974, e de assumir o cargo de professor visitante no Centro de Estudos Latino Americanos (CELA) da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da UNAM, onde esteve no primeiro exílio, passou uma temporada em Munique, na Alemanha, trabalhando no Instituto Max Planck. Manteve suas atividades profissionais divididas entre a UNAM e o Instituto até meados de 1976, quando renunciou a este para se fixar exclusivamente no México. Nesse período, contribuiu para a fundação de *Cuardenos Políticos*, periódico que exerceria certa influência na intelectualidade mexicana, até sua suspensão em 1990. Também nesse período trabalhou como redator no suplemento dominical do jornal *Excelsior*, desde 1975, e nos jornais *El Sol de México* e *El Universal*, desde 1976-77. Quanto à atividade docente, ministrou disciplinas e orientou teses e dissertações na Escola Nacional de Economia, além de atender a pedidos de aulas e conferências em diversas unidades da Unam. Ainda em 1977, fundou o Centro de Informação,

Documentação e Análise do Movimento Operário na América Latina (CIDAMO). Voltou ao Brasil, pela primeira vez, depois da anistia, em dezembro de 1979, retornando definitivamente, somente em 1984. (WASSERMAN, 2017, p.101).

Quanto ao “conteúdo” da obra de Marini nesse terceiro exílio, alguns temas do seu trabalho intelectual se dedicavam aos “processos de democratização na América Latina e, em particular, do Brasil; a luta pela democracia na América Latina; o movimento operário e a democracia; os limites das assembleias constituintes e das novas constituições; as relações, no caso do Brasil, entre o Estado, grupos econômicos e projetos políticos”. (GUTIÉRREZ, 2005, p.267). Tais temas ganharam espaço na obra do autor com o intuito de buscar esclarecer o caráter de “classe” da luta democrática, para que tais processos de transição à democracia liberal não se limitassem à iniciativa e determinação exclusiva das burguesias. (GUTIÉRREZ, 2005, p.267). Outro tema que ocupou Marini, nesse terceiro exílio no México, diria respeito à mudança no eixo das revoluções na América Latina, que na segunda metade dos anos 70, se encontravam na América Central, em países como Nicarágua, Guatemala, El Salvador, Honduras e Cuba, em razão das ameaças concretas de intervenção dos EUA, sob o governo de Ronald Reagan. Analisando esse contexto, Marini destacou, em seus textos *En el Caribe y CentroAmerica: los pueblos defienden su revolución de la amenaza yanqui* e em *The Nicaraguan Revolution and the Central America Revolutionary Process*, ambos de 1981, as contribuições dos movimentos revolucionários desses países para revolução a socialista, tais como: a fusão das vanguardas revolucionárias com os movimentos populares; a conquista e o controle militar sob o território nacional; a construção de uma estrutura de poder popular independente e autônomo, em que as forças populares não só seriam responsáveis pelas tomadas de decisões políticas, mas também pelas tarefas de organização e controle dos processos produtivos e distributivos de bens e serviços; e, por fim, a estratégia política-militar dessas organizações que, ao invés de criarem divisões internas nas forças armadas do Estado, buscariam incorporar as massas num exército popular independente. (MARINI, 1981).

Sobre a experiência de exílio, de um modo geral, segundo Wasserman (2017, p. 99), a partir da ânsia de organizar a vida – em todos os âmbitos, pessoal, familiar, profissional e político -, em países com diferenças culturais e idiomáticas, o trabalho intelectual não raro se encontra retraído, devido à solidão, tendo que se diluir a partir da experiência de exílio. O intelectual, arrancado de sua zona de conforto, se vê obrigado a confrontar uma nova situação, na qual é forçado a dialogar mais, a compreender mais, a

expandir os seus horizontes. A situação de exílio, como viemos mostrando até aqui, no caso de Marini, abriu as possibilidades para a constituição de uma agenda nova, que incluiu discutir os caminhos da redemocratização, o futuro do socialismo, a dependência, os rumos do capitalismo periférico e suas características, a experiência cubana e chilena, a revolução na Nicarágua e na América Central, a questão do Estado e o papel das Forças das Armadas, entre outros temas, presentes em sua obra. O exílio criou, assim, “uma zona de reflexão supranacional que permitiu ultrapassar a moldura das pesquisas sobre cada país, aproximando as preocupações políticas, teóricas e investigativas”, adaptando-as “ao espaço mundial e, sobretudo, latino-americano, tendo o marxismo como base de sustentação teórica”. (WASSERMAN, 2017, p.100).

É nesse período do terceiro exílio de Marini, durante os anos de 1976-1985, que nós iremos dedicar a análise da seção seguinte, a respeito de uma necessidade, no modo de ver do autor, de uma nova estratégia revolucionária para a esquerda latino-americana, em razão das mudanças ocorridas no cenário internacional, na política externa dos EUA e no movimento de massas da região. Nessa nova concepção de estratégia para a esquerda revolucionária da América Latina, Marini formulou os conceitos de Estado de contrainsurgência e de Estado de Quarto Poder, que corresponde ao período histórico de transição democrática no subcontinente. Veremos, pois, na próxima seção, o significado de tais conceitos e suas implicações para as vanguardas políticas da América Latina em seu pensamento.

3.2. O Estado de contrainsurgência, o Estado de Quarto Poder e uma nova estratégia para a esquerda revolucionária latino-americana

Como dissemos na seção anterior, ao retornar ao México, Marini fez parte do corpo docente da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da UNAM, bem como contribuiu semanalmente nos jornais *El Sol de México* e *El Universal*, em que desenvolveu reflexões acerca das condições da luta de classes na América Latina e acerca do papel do Estado no período de transição democrática. Nesse tempo em que residiu no México, Marini participou de uma mesa redonda do Núcleo de Estudos do Caribe e da América Latina (NECLA), composta também por Agustin Cueva, Theôntonio Dos Santos e Pio García, com o título de *La cuestion del fascismo en América Latina*, onde expôs seu ponto de vista acerca do caráter dos Estados da região durante a vigência das ditaduras militares, bem como sua discordância com relação ao emprego do termo “fascista” para a caracterização de tais regimes. Tal debate veio a ser

publicado em *Cuardenos Políticos*, no ano de 1977. Além dessa mesa-redonda no México, Marini escreveu o ensaio *La cuestion del Estado en las luchas de clases en América Latina*, ainda em 1977, sendo publicado em várias edições²⁹. Em ambos os textos, Marini caracterizaria os conceitos de Estado de contrainsurgência e de Estado de Quarto Poder. Vejamos, pois, seus argumentos a respeito de tais conceitos e sobre as condições que o levaram a formula-los.

Em primeiro lugar, em sua intervenção no debate sobre o fascismo na América Latina, Marini, partindo da constatação de que o subcontinente atravessava um período “contra-revolucionário”, caracterizou tal período para, em seguida, se debruçar sobre a maneira como esse período contra-revolucionário impactava a estrutura e o funcionamento dos Estados na região. Nesse sentido, o autor elencava três dimensões fundamentais da contra-revolução que afetariam a dinâmica e o funcionamento dos Estados na América Latina, responsáveis pelos processos de instauração das ditaduras militares, como a mudança da estratégia global estadunidense, dentro da qual se insere a doutrina de contrainsurgência, as transformações no bloco de poder nos países latino-americanos e a resistência protagonizada pelas classes populares. (BICHIR, 2017, p.147).

Quanto à primeira delas, Marini se referia à “mudança de estratégia global norteamericana, que opera no final dos anos 1950 e início dos 1960, e é implementada decididamente pelo governo Kennedy”. (MARINI, 2018, p.2). A motivação para tanto, segundo Marini, residiria no fato de que, como os EUA se colocava à frente do campo capitalista na luta contra o socialismo e a União Soviética, estaria enfrentando uma série de processos revolucionários ao redor do mundo – como na Argélia, Congo, Cuba e Vietnã -, os quais geravam resultados diversos, mas que, de qualquer forma, “fazem tremer a estrutura mundial de dominação imperialista”, ao mesmo tempo em que modificavam “a balança de poder entre Estados Unidos e a Union Soviética”, implicando num maior equilíbrio entre as potências. (MARINI, 2018, p.3). Essa mudança nas relações de força entre as potências em disputa, conduziria os EUA à uma alteração em sua estratégia global, “que passa da avaliação de uma resposta massiva e global, em um enfrentamento direto com a URSS”, para uma “*resposta flexível*, capaz de enfrentar o desafio revolucionário (o qual, na perspectiva dos EUA, é sempre um

²⁹ Segundo Marini, o texto saiu em várias publicações, entre elas “*Socialism in the World*, revista multilíngue iugoslava; *Monthly Review* em Castellano (Barcelona); *Cuardenos de Cela* (UNAM); *Boletín de la Asociación Latinoamericana de Información* (ALAI) e no *reading* editado pela Universidade Autônoma Metropolitana, do México, com o título *El Estado Militar*”. (MARINI, memorial, p.23).

desafio soviético) onde quer que este se apresente”. (MARINI, 2018, p.3. Grifo do autor).

Tal mudança da estratégia global dos EUA teria sérias consequências, entre elas, as modificações no plano militar, “com ênfase, por exemplo, nos meios de transporte de massas e nas forças convencionais; a criação de brigadas especiais, adestradas na contraguerrilha, como os Boinas Verdes; e no reforço dos exércitos nacionais, naquilo que Robert McNamara em seu livro *A essência da segurança* chamou de ‘indígenas com uniforme’, mediante programas de capacitação e armamento”. (MARINI, 2018, p.3). Porém, o aspecto mais importante dessa mudança na estratégia global dos Estados, segundo o autor, seria a *doutrina de contrainsurgência*, a qual estabeleceria uma linha de enfrentamento contra os movimentos revolucionários que se desenvolveria em três planos: o aniquilamento do inimigo, a conquista de bases sociais e a institucionalização.

Com respeito ao primeiro elemento que conformaria a doutrina de contrainsurgência, este teria por base um “enfoque militar” em sua concepção política, enxergando o “oponente como um inimigo que *não somente deve ser derrotado como também aniquilado*, destruído, o que implica ver a luta de classes como guerra e, portanto, leva à adoção de táticas e métodos militares de luta”. (MARINI, 2018, p.10. Grifo do autor.). Em segundo lugar, a doutrina de contrainsurgência consideraria o movimento revolucionário como algo “estrangeiro” com relação à sociedade em que se desenvolve e, em consequência desse viés, encara o processo revolucionário como uma “*subversão provocada pela infiltração do inimigo*”. (MARINI, 2018, p.3). Dessa forma, o movimento revolucionário é, pois, como um vírus, um agente infiltrado desde fora que provoca no organismo social “um tumor, um câncer, que deve ser extirpado, eliminado, suprimido, aniquilado”. (MARINI, 2018, p. 3). Por fim, em terceiro lugar, a doutrina da contrainsurgência buscaria restabelecer a “saúde” do organismo social infectado que, na sociedade burguesa, corresponde ao retorno da democracia burguesa, com sua organização política parlamentar e liberal, depois do período de guerra e aniquilamento. (MARINI, 2018, p.4). Assim, pois, “mediante a conquistas de bases sociais, se deve então marchar à fase de institucionalização, que é vista como o restabelecimento pleno da democracia burguesa”. (MARINI, 2018, p.4).

Ao lado da doutrina de contrainsurgência, no plano econômico-social o período contra-revolucionário seria marcado pela “transformação estrutural das burguesias nativas, que tende a se traduzir em modificações no bloco político dominante”, sendo a base objetiva desse processo “a integração dos sistemas de produção latino-americanos

ao sistema imperialista”, mediante “os investimentos diretos de capital estrangeiro, a subordinação tecnológica e a penetração financeira”. (MARINI, 2018, p.4). Como vimos na terceira seção do capítulo 1, no caso do Brasil, bem como da América Latina, esta transformação estrutural do capitalismo nos países da região levou a que, “no decorrer dos 50 e, mais ainda, na década de 60, surja e se desenvolva uma burguesia monopolista, estreitamente vinculada à *burguesia imperialista*, em especial à norte-americana”. (MARINI, 2018, p.4. Grifo do autor). Como assinala Marini, em suma, tal processo resulta na ruptura, por parte da burguesia, do abandono do que havia sido, em regra, do “Estado de toda burguesia”, isto é, do “Estado populista”, para um Estado que se preocupa fundamentalmente com suas frações monopólicas nacionais e estrangeiras:

O resultado desse processo é a ruptura ou o abandono do que havia sido, até então, a norma na América Latina – o Estado populista, isto é, o “Estado de toda a burguesia”-, que favorecia a acumulação de todas as suas frações (embora estas usufríssem desigualmente dos lucros disponíveis em seu alcance). Em seu lugar, criou-se um novo Estado, que se preocupa fundamentalmente dos interesses das frações monopolistas, nacionais e estrangeiras, e estabelece, pois, mecanismos seletivos para favorecer a sua acumulação; as demais frações burguesas devem subordinar-se à burguesia monopolista, estando seu desenvolvimento em rigorosa dependência do dinamismo que alcance o capital monopolista, enquanto a pequena burguesia, embora sem deixar de ser privilegiada na aliança de classes da qual repousa o novo poder burguês, é forçada a aceitar uma redefinição de sua posição, perde importância política e fica ela também totalmente subordinada, com suas condições de vida vinculadas às iniciativas e ao dinamismo da burguesia monopolista. (MARINI, 2018, p.5).

O “Estado populista” a qual Marini se refere, em seu texto sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil e da luta classes no país, analisado no primeiro capítulo, corresponde aos períodos históricos em que a burguesia industrial se apoiava na pressão das massas urbanas para reforçar sua posição no interior da coalizão dominante, sendo seu fruto os regimes de tipo “bonapartista”³⁰. Assim, pois, o Estado de contrainsurgência é o Estado burguês na América Latina na fase da integração dos sistemas de produção da região ao imperialismo, quando da vinculação das burguesias locais ao capital estrangeiro e, no plano político, do abandono da política bonapartista e

³⁰ Conforme Marini escreve em *Subdesenvolvimento e Revolução*, “a aceleração que, durante a Segunda Guerra Mundial, produz-se no processo de industrialização latino-americano – e que lança novos países, como a Venezuela, ao caminho percorrido desde os anos 30 pela Argentina, Brasil e México -, reforça consideravelmente o polo interno e crias as condições para uma luta mais aberta pelo predomínio dentro da coalizão dominante. Nessa luta, a burguesia industrial lançará mão da pressão das massas urbanas, que haviam aumentado consideravelmente no período anterior, nos marcos de jogo político normalmente conhecido como ‘populismo’. Seu fruto será o estabelecimento de regimes de tipo bonapartista, cujo exemplo mais claro é o governo de Juan Domingo Perón na Argentina”. (MARINI, 2017, p.57).

da tentativa de se implementar um desenvolvimento capitalista nacional e autônomo, culminando nos regimes tecnocráticos-militares.

Portanto, é sobre a base concreta de rupturas e cisões no interior do bloco dominante e da hegemonia das frações monopolistas nacionais e estrangeiras que se conforma o Estado de contrainsurgência, o qual se defronta, ademais, com a radicalização dos movimentos populares camponeses e operários, sobretudo após a revolução cubana, opondo uma forte e violenta reação às tentativas de implementação de regime ditatoriais tecnocrático-militares. Esse seria, para Marini, o terceiro elemento que caracterizaria o período contra-revolucionário, uma vez que tais movimentos de massa, “que irrompem nas brechas do sistema de dominação criadas pelas fraturas no bloco no poder” e que incidem “no sentido de agravar as condições existentes”, explicariam “a violenta reação da burguesia e do imperialismo, isto é, da contrarrevolução que então se desencadeia no continente”. (MARINI, 2018, p.5).

Assim, pois, expostas as bases sobre as quais se estrutura o Estado de contrainsurgência, passemos à sua caracterização. De acordo com Marini, o Estado de contrainsurgência apresentaria uma “hipertrofia” do poder executivo, através de seus diversos órgãos com relação aos demais poderes, sendo composto por dois “ramos” centrais que controlariam o poder executivo, um ramo militar e um ramo econômico:

De um lado, o *ramo militar*, constituído pelo Estado Maior das Forças Armadas, que expressa a instituição militar ao nível da tomada de decisões e que repousa sobre a estrutura vertical das Forças Armadas; o Conselho de Segurança Nacional, órgão deliberativo supremo, no qual se entrelaçam os representantes do ramo militar com os delegados diretos do grande capital; e os órgãos do serviço de inteligência, que informam, orientam e preparam o processo de tomada de decisões. De outro lado, o *ramo econômico*, representado pelos ministérios econômicos, assim como as empresas estatais de crédito, produção e serviços, cujos postos-chaves se encontram ocupados por tecnocratas civis e militares. Assim, o *Conselho Nacional de Segurança é o espaço onde confluem ambos os ramos*, entrelaçando-se e formando no topo o órgão chave do Estado de contra-insurgência. (MARINI, 2018, p.8. Grifo do autor).

É essa estrutura de poder, segundo Marini, que consagra a aliança entre as Forças Armadas e o capital monopolista, no qual se desenvolve o processo de tomada de decisões fora da influência das demais instituições que compõe o Estado burguês clássico, como são os poderes legislativo e judiciário. (MARINI, 2018, p.8). É importante assinalar, como veremos a seguir, que este Estado de contrainsurgência pode “perfeitamente *manter-se no marco da ditadura militar*, como ocorre no Brasil, ou

figurar inclusive num regime civil, como na Venezuela, ” sem que ele afete “a estrutura e o funcionamento real do Estado de contrainsurgência”. (MARINI, 2018, p.8). Dessa forma, em síntese, “o Estado de contrainsurgência é o Estado corporativo da burguesia monopolista e das Forças Armadas, independente da forma que assuma, isto é, independente do regime político vigente”. (MARINI, 2018, p.8). Quanto aos tecnocratas civis e militares, responsáveis pela gestão do Estado de contrainsurgência, estes não seriam mais do que a “representação política do capital”, não cabendo especular sobre seu grau de “autonomia” para além do que podem fazer com relação à classe que representam e, portanto, a fusão dos interesses corporativos das Forças Armadas e da burguesia monopolista “não devem obscurecer o fato de que esta última representa uma fração propriamente capitalista da burguesia”, ao passo que “as Forças Armadas (ou, para ser mais preciso, a oficialidade)”, não seriam mais do que “o corpo de funcionários cuja vontade econômica e política é rigorosamente a da classe a que serve.”. (MARINI, 2018, p.9).

Como o debate em que Marini participou tratava do tema do fascismo na América Latina, caberia expor as diferenças que ele estabeleceu do Estado de contrainsurgência para os regimes de tipo fascista. Segundo Marini, embora reconheça que ambos os tipos de regimes correspondam a formas particulares de contra-revolução burguesa, como o fato de ambos recorrerem ao terrorismo de Estado como mecanismos de enfrentamento aos seus opositores, haveria diferenças significativas. Em primeiro lugar, diferente do fascismo europeu, em que as burguesias dos países centrais conseguiram obter o apoio de amplas massas da pequena-burguesia e inclusive do proletariado, as burguesias monopolistas da América Latina não poderiam reunir verdadeira forças de massas que lhes permitissem, politicamente, através das urnas e das ruas, fazer frente ao movimento popular, em virtude das contradições do capitalismo dependente, em que a concentração da riqueza e o pauperismo das massas são levados ao extremos. Por isso, para as burguesias monopolistas, “no les es posible, así, derrotar al proletariado y sus aliados en el terreno de la lucha de masas, como puedo hacer lo fascismo, para tomar por asalto al Estado”. (MARINI, 1976, p.1). Em segundo lugar, na medida em que surgiu uma crise do sistema de dominação em países onde o desenvolvimento político e orgânico do proletariado não permitiria excluí-lo da vida política mediante um simples de ato de força, foi necessário isola-la ideologicamente. (MARINI, 1976, p.1). Dessa forma, tal processo implicou que “la vieja democracia liberal y todo lo que legitimaba la dominación burguesa debieron ser cuestionadas, en

nombre de nuevos mitos que aseguraran que esa dominación no se cuestionara en los hechos mismo”. (MARINI, 1976, p.2).

Já no caso dos processos de contrainsurgência da América Latina, como as burguesias locais não poderiam contar com um amplo apoio de massas, bem como devido ao fato da contra-revolução ser orientada por um Estado imperialista estrangeiro, as burguesias da região não poderiam questionar a legitimidade da democracia liberal sem pôr em risco as próprias bases de sua estabilidade. Assim, pois, “la violación de los principios más elementares de la ideología burguesa tiene que hacerse en nombre de esa ideología”. (MARINI, 1976, p. 2). Em outras palavras, se suprimem as garantias e os direitos dos cidadãos sob o pretexto de defender essas garantias e esses direitos, se liquidam as instituições democráticas proclamando a excelência da democracia e se instaura um regime de violência e terror pelo bem da tranquilidade e da paz social. (MARINI, 1976, p.2). Portanto, diferente dos regimes fascistas, que buscavam “*a conquista de uma força política própria superior ao do movimento revolucionário*” (MARINI, 2018, p.7. Grifo do autor.), ao mesmo tempo em que negavam a democracia liberal, os regimes instaurados pela doutrina de contrainsurgência promoveriam a desestabilização política e a aniquilação dos inimigos através da intervenção das Forças Armadas e em nome da defesa dessa democracia.

Voltando ao debate, Marini assinalava por fim que, a partir dos anos finais da década de 1970, em virtude das mudanças relacionadas tanto à dinâmica da luta de classes da América Latina quanto à estratégia global dos EUA, o Estado de contrainsurgência sofreria uma revisão de sua política, correspondente à terceira fase da doutrina de contrainsurgência, de restabelecimento dos regimes democráticos. A respeito de tais mudanças, Marini escreveria sobre elas em três artigos publicados no jornal *El Sol de México*, em 1976, intitulados *Hacia una “democracia viable” en América Latina? Estados Unidos y las dictaduras militares* e *Estados Unidos y la conjuntura internacional*. No segundo artigo, Marini afirmaria que o sentido dessa revisão apontaria para “al reemplazo de las dictaduras militares abiertas por democracias dichas ‘viables’, es decir, restringidas”, pois, da perspectiva dos estrategistas norte-americanos, “la institucionalización de la contrarevolución permitiría a ésta afirmarse a través de regímenes más estables”. (MARINI. Estados Unidos y las dictaduras militares. *El Sol de México*, p.1, 1976).

Do ponto de vista de Marini, a aplicação da doutrina de contrainsurgência que serviu de base para a instauração das ditaduras militares, culminando na repressão da

população civil, ao longo dos anos 60 e 70, “se ha revelado demasiado costosa y poco eficiente”. (MARINI. Estados Unido y las dictaduras miliars. *El Sol del México*, p.1, 1976). Nesse sentido, aponta que, como a crise econômica da década de 1970 coincidiu com as vitórias dos movimentos revolucionários na África, particularmente em Moçambique e Angola, e na Ásia, com a vitória do Vietnã, ao mesmo tempo em que as forças populares alcançavam avanços significativos na Europa, os EUA tiveram que constatar que “las dictaduras militares, además de acarrear un gasto que se vuelve insostenible al agravarse la crise econômica, son incapaces de asegurar por sí mismas una base social estable”. (MARINI. Estados Unidos y las dictaduras militares. *El Sol del México*, p.1, 1976). Por isso, os Estados Unidos, através do presidente Jimmy Carter e de setores do Congresso e do Departamento de Estado, começariam a esboçar “una tendencia a desechar la aplicación a ultranza de la contrainsurgência en beneficio de fórmulas más blandas, que buscan una mayor estabilidad política de los regímenes de lá region sobre la base de um cierto consenso, y por ende, de la institucionalidade”. (MARINI. Hacia una “democracia viable” en América Latina? *El Sol del México*, p.2, 1976). Nesse contexto, Marini afirmava, a respeito da administração de Jimmy Carter, que qualquer mudança na política externa do país com relação aos países da América Latina, esbarraria em limites objetivos, em razão da crise mundial capitalista, iniciada a partir dos anos finais da década de 1970:

Un primer elemento a tener presente es la evolución de la crisis económica mundial, en el próximo período. Por un lado, ninguna fórmula de liberalización política en América Latina (y de esto se trata, cuando de habla de las intenciones de Carter) puede ser efectiva si la crisis continúa se agravándose. Por otro lado, no hay posibilidad de remontarla si Estado Unidos no flexibiliza los rígidos controles antiflacionários que está adoptando. (MARINI. Hacia una “democracia viable” en América Latina? *El Sol de México*, p.1, 1976).

Segundo Marini, como presidente, apesar de Jimmy Carter se pronunciar favoravelmente à flexibilização dos controles inflacionários, com o fim de promover a recuperação econômica e reduzir o desemprego, seria ingênuo esperar de Carter algum tipo de “milagre”, em virtude da gravidade da crise capitalista, sendo mais sensato pensar em algum tipo de “administração de crise”, uma vez que toda a forma de administração de crise supõe uma “administração política da mesma”. (MARINI. Hacia una “democracia viable” en América Latina? *El Sol de México*, p.1, 1976). Dessa forma,

se para o secretário de Estado, Henry Kissinger, e para o ex-presidente dos EUA, Gerald Ford Jr, a crise capitalista dos anos 60/70 se “traduce en la América Latina en el apoyo a regímenes militares capaces de poner en cintura a las massas trabajadoras, en especial la clase obrera, e impedir que sectores populares e incluso burgueses se dejaran tentar por soluciones contrarias a los intereses norteamericanos”, Carter buscaria uma solução distinta, “enfazando el repeto a los derechos humanos, criticando a la Junta Militar Chilena, manifestando su disconformidad con los privilegios acordados por el Departamento de Estado al subimperialismo brasilenõ”. (MARINI. Hacia una “democracia viable” en América Latina? *El Sol de México*, p.1, 1976). No entanto, assinalava Marini que tal mudança na administração Carter não seria fruto de uma iniciativa individual sua, mas que corresponderia “a una tendencia real en medios políticos de Estados Unidos, que se han hecho ya visibles en el Congreso y en el mismo Departamento de Estado”. (MARINI, Hacia una “democracia viable” en América Latina? *El Sol de México*, p.2, 1976).

Assim, abandonando a noção simplória de “inimigo externo”, os novos teóricos do imperialismo norte-americano, como Samuel Huntington, enxergavam o problema da instabilidade dos regimes ditatoriais “como resultado de descompensações, ou de desequilíbrios que afetam o Estado na moderna sociedade capitalista”, em razão da pressão das massas em seus esforços por melhores condições de vida. (MARINI, 2018, p.11). Isso levaria os teóricos do imperialismo a se preocuparem, tanto com relação aos países dependentes quanto aos de desenvolvimento capitalista avançado, com o “problema da ‘governabilidade da democracia’, que aponta necessariamente à limitação e à restrição do próprio jogo político democrático, para mantê-lo sob controle”. (MARINI, 2018, p.11).

Ao lado dos reveses sofridos pelo EUA no plano internacional, que o forçaram a alterar sua estratégia global, as burguesias monopolistas da América Latina passariam por mudanças em seu seio, em razão da diversificação do bloco no poder. Nesse sentido, em seu texto *La cuestion del Estado en las luchas de clases en América Latina*, assinalava Marini,

En los países donde este fenómeno se encuentra más avanzado, como Brasil, podemos ver cómo las contradicciones interburguesas no se guían ya, como en el pasado, por intereses divergentes de la burguesía industrial y agraria, o de las capas inferiores de la burguesía, respecto a su sector monopolístico, sino que nacen de *divisiones surgidas en el seno del gran capital, de la propia burguesía monopolística*. (MARINI, 1980, p. 8).

Nestas circunstâncias, as lutas interburguesas se dariam entre as frações nacionais e estrangeiras dos EUA, ligadas à indústria de bens suntuários, e as frações nacionais e estrangeiras da Europa e do Japão, vinculadas ao setor da indústria básica e de bens de capital. A luta política no seio da coalizão dominante, das burguesias monopolistas nacionais associadas ao capital internacional, decidiria “los rumbos de la economía del país, del patrón de reproducción que ésta debe seguir”, o que implicava na “reassignación de recursos, ventajas fiscales, crediticias y de todo tipo”, estimulando a rivalidade entre os setores do grande capital e conduzindo à polarização os grupos capitalistas vinculados a um ou outro setor estrangeiro (MARINI, 1980, p.8). Em consequência, no plano político, não seria mais possível mascarar as lutas interburguesas sob “justificaciones de corte nacionalista”, nem tampouco pretender “encauzarlas hacia fórmulas del tipo frente antifacista”, uma vez que elas “*dividen por igual a los sectores burgueses nacionales y extrajeros que operan en el país y enfrentan a fracciones del gran capital*”. (MARINI, 1980, p.8. Grifo do autor).

Dada essa divisão no seio da burguesia monopolista associada e estrangeira, as contradições interburguesas, ao se agudizarem, exigiriam um “espacio político para poder dirimirse”. (MARINI, 1980, p.8). Como os regimes ditatoriais centralizavam o poder político, administrados pelas elites tecnocráticas-militares, se faria necessário uma “flexibilização” de tais regimes, por meio do retorno do parlamento como fórum discussão e da iniciativa dos partidos políticos e da liberdade de imprensa, condições institucionais “para que las distintas fracciones burguesas puedan desarrollar su lucha”. (MARINI, 1980, 8). No entanto, tal abertura política não se chocaria com a exigência do Estado em reprimir os movimentos de massa, uma vez que, quanto mais ausente o movimento de massa está da cena política, “mayor libertad de acción tienen las fracciones burguesa para llevar a cabo sus enfrentamientos y negociaciones”. (MARINI, 1980, p.8). Essa seria a razão pela qual, segundo Marini, “el proyecto burgués de institucionalización no se aparta de la fórmula de democracia ‘viable’, ‘governable’ o restringida,” como propõem os teóricos do imperialismo. (MARINI, 1980, p.8).

Dessa forma, nessa última fase da doutrina de contrainsurgência, a questão fundamental seria a de realizar uma “abertura” política que preservasse o essencial do Estado de contrainsurgência, isto é, a aliança entre as Forças Armadas e o grande capital monopolista. Como assinalava Marini,

Se trata, pues, ahora, de llevar a cabo una “apertura” política que preserve lo esencial del Estado de contrainsurgencia. En qué consiste esto? En la institucionalización de la participación directa de gran capital en la gestión económica y la subordinación de los poderes del Estado a las fuerzas armadas, a través de los órganos estatales que han creado, en particular el Consejo de Seguridad Nacional. El primer punto no se encuentra, desde luego, en discusión, para la burguesía; a lo sumo, da lugar a enfrentamientos entre sus fracciones por asegurarse una tajada mayor en el reparto del botín que representa la rama económica del Estado de contrainsurgencia. El segundo es, hoy, objeto de discusión: en muchos países se habla de un Consejo de Estado, como órgano contralor de los demás aparatos de Estado, en el cual tendrán peso importante las fuerzas armadas; en Brasil, se intenta incluso resucitar la vieja fórmula del Estado monárquico, que consagraba, además de los tres poderes clásicos del Estado, al poder moderador, ejercido por el Emperador, y que los ideólogos de la gran burguesía atribuyen hoy a las fuerzas armadas. (MARINI, 1980, p.8).

Assim sendo, independente da forma política adotada, se regimes ditatoriais militares ou democráticos-liberais, o Estado na América Latina estaria se encaminhando para um Estado de Quatro Poderes, ou mais precisamente, para um Estado de Quarto Poder, em razão do reposicionamento das Forças Armadas, ao exercerem um papel de vigilância, controle e direção sob o conjunto do aparato estatal. (MARINI, 1980, p.8). No entanto, como o Estado de Quarto Poder não estaria imune às contradições gestadas no interior da sociedade e da economia, e nem com relação ao imperialismo, seu processo de institucionalização se daria de maneira conflituosa e complexa, em meio às pressões dos setores populares para a ampliação da democracia e das classes dominantes para limitá-la, bem como em decorrência dos atritos entre a burguesia monopolista associada e as ambições das Forças Armadas em se colocarem como um quarto poder acima dos poderes constituídos.

Em texto escrito em 1985, *La lucha por la democracia en América Latina*, Marini desenvolveria mais detalhadamente suas reflexões acerca do Estado de Quarto Poder e suas implicações para a luta de classes no subcontinente. Segundo Marini, apesar da burguesia monopolista ter sido a principal beneficiária das ditaduras militares, três fatores estariam levando-a ao afastamento das Forças Armadas no poder:

Influyó para esto el aumento del costo del manejo de la cosa pública, derivado de la intermediación militar y agravado por la corrupción que las dictaduras propiciaban (lo que, si bien beneficiaba a distintos grupos burgueses, desaprovechaba al conjunto de la clase). Influyó también el hecho de que las fuerzas armadas buscaron inclinar en favor de sus propios proyectos las políticas estatales, no siempre coincidentes con los intereses más generales de la burguesía (como, por ejemplo, en el caso de Brasil, el excesivo énfasis atribuido a la conquista de la tecnología nuclear). Pero el factor determinante fue el surgimiento y desarrollo de los movimientos democráticos populares, que mostraron la incapacidad de los regímenes

militares para promover una estabilidad política duradera. (MARINI, 1985, p.9).

Esse terceiro fator, a força dos movimentos democráticos populares, acabaria por fazer a burguesia monopolista associada não só a aderir a luta pela transição democrática, mas a lutar pela sua direção, ideológica e política, mediante um acordo entre suas distintas frações. (MARINI, 1985, p.9). Isso explicaria, segundo Marini, “el carácter pacífico asumido por la transición”, ao permitir que a criação “de una nueva institucionalidad se hiciera en un marco de relativa continuidad”, orientando-a, assim, para uma “concertación de un pacto social capaz de restituir legitimidad al sistema de dominación y el Estado. (MARINI, 1985, p.9). Dessa forma, o empenho da burguesia na luta democrática diria respeito ao próprio projeto político da classe em reorganizar o Estado e a economia. Nesse sentido, a burguesia monopolista associada estaria buscando a reconstrução da democracia parlamentar e a edificação de um Estado neoliberal. (MARINI, 1985, p.10). Contudo, como a burguesia em sua pretensão de dirigir o processo de transição democrática enfatizava o fortalecimento do parlamento, tal projeto se chocaria, por um lado, com os militares, inclinados a institucionalizar o quarto poder de Estado acima dos poderes constituídos e, por outro, com o movimento popular, que tende, a partir de sua experiência própria, a reivindicar a ideia de uma democracia participativa, na qual se privilegia as organizações sociais a respeito do Estado e as converte em órgãos de decisão e controle sobre as questões que interessam diretamente os distintos setores do povo. (MARINI, 1985, p.10).

Além desse conflito, o liberalismo econômico da burguesia monopolista associada, em seu objetivo de privatizar em seu benefício o capital social em mãos do Estado e limitar sua capacidade de regulação, seja através do fortalecimento do parlamento em detrimento do executivo, seja em nome dos “direitos sagrados” da propriedade privada, também seria motivo de choque com os militares e com o movimento democrático-popular. (MARINI, 1985, p.10). Por parte do primeiro, uma vez que os militares retiravam sua “seiva” por meio do Estado e em particular do Executivo e, por parte do segundo, devido ao fato do movimento popular “vacilar” entre a defesa da propriedade estatal e formas de propriedade social ligadas à cooperação, à cogestão e à autogestão. (MARINI, 1985, p.10).

Com relação ao imperialismo dos EUA e sua estratégia global, no texto mencionado anteriormente, Marini insere a questão da “reconversão produtiva” que os países da América Latina estariam atravessando paralelamente à institucionalização do

Estado de Quarto Poder, e que teria consequências para os embates entre as Forças Armadas e a burguesia monopolista associada. Nesse sentido, como os EUA se viu forçado a alterar sua estratégia global, em razão dos reveses que sofreu no plano internacional e da crise econômica capitalista mundial, se inclinando favoravelmente para os processos de “abertura” democrática em substituição ao seu apoio aos regimes ditatoriais militares, ao mesmo tempo em que buscava preservar o “essencial” do Estado de contrainsurgência (isto é, a aliança entre as Forças Armadas e a grande capital monopolista), estaria ele pretendendo reorganizar a economia mundial em seu benefício, através da imposição de uma nova divisão internacional do trabalho que permitiria a livre circulação de mercadorias e capitais. (MARINI, 1985, p.2).

Nesse contexto, os países da América Latina sofreriam uma pressão para a reconversão de sua estrutura produtiva no sentido de se adequarem ao princípio das “vantagens comparativas” com base na especialização produtiva de bens primários, o que implicaria na redução da capacidade intervencionista do Estado e num maior espaço livre para o jogo do capital, conforme o projeto neoliberal dos EUA reservaria para a região:

La presión que ejerce sobre los países de América Latina va, pues, en el sentido de fomentar sus exportaciones, lo que implica en mayor o menor grado una reconversión productiva que no sólo respete el principio de la especialización según las ventajas comparativas, sino que abra mayor espacio al libre juego del capital, reduciendo la capacidad intervencionista del Estado. En la perspectiva de ese proyecto neoliberal, comienza a diseñarse el futuro que el capitalismo internacional reserva a la región: una América Latina integrada aún más estrechamente a la economía mundial, mediante su transformación en economía exportadora de nuevo tipo, es decir, una economía que, al lado de la explotación más intensiva de sus riquezas naturales, refuncionalice su industria para volverla competitiva en el mercado exterior. (MARINI, 1985, p.3).

Para todos os países do subcontinente, isso significaria, em primeiro lugar, a destruição de parte considerável de seu capital social, sobretudo o da indústria, uma vez que os únicos setores com vantagens comparativas reais seriam os que absorvem alta tecnologia e grandes investimentos. (MARINI, 1985, p.3). Em segundo lugar, a reconversão produtiva implicaria também na redistribuição do capital social total dos países da América Latina em favor dos grandes grupos industriais e financeiros, inclusive aqueles que se encontram em mãos do Estado. (MARINI, 1985, p.3). No plano político, por sua vez, tal projeto neoliberal encabeçado pelos EUA se chocaria com as Forças Armadas em três dimensões: a) na medida em que se supõe que o

encolhimento do Estado, através da redução de sua base econômica e da limitação de suas capacidades, contrairia os interesses das Forças Armadas, cuja base material de existência é o próprio Estado; b) em razão das tentativas de formulação de projetos nacionais levados à cabo pelas ditaduras militas que, senão ameaçavam o esquema de segurança internacional dos EUA, criavam constantes conflitos em seio, seja através de seu nacionalismo exacerbado, que levaram a conflitos como o da Guerra das Malvinas na região, seja por conta das pretensões dos governos militares a atingir certa autonomia no plano internacional, contrariando os interesses dos EUA, como no caso do Brasil; e, c) em virtude da incapacidade das Forças Armadas em construir regimes políticos estáveis, razão pela qual os EUA se decidiria por propiciar mudanças institucionais de “abertura” democrática para a reconversão da estrutura econômica da América Latina. (MARINI, 1985, p.3). Todos esses fatores, aliados aos reveses sofridos pelos EUA no plano internacional, contribuiriam para a mudança em sua estratégia global, passando do apoio às ditaduras militares para os regimes de democracias “governáveis”, “viáveis” ou “restringidas”, sob a forma do Estado de Quarto Poder.

Com relação a burguesia monopolista associada, esta seria “naturalmente” a gestora e o agente da reconversão produtiva, principalmente suas frações financeiras e industriais, o que levaria a conflitos e negociações com o imperialismo dos EUA, uma vez que a reconversão produtiva implicaria na destruição de parte do capital social do país e, portanto, na destruição de certos setores burgueses. (MARINI, 1985, p.11).

Dessa forma, segundo Marini, no plano histórico-concreto, a institucionalização do Estado de Quarto Poder na América Latina dependeria do grau de desenvolvimento econômico do país e de sua posição na economia internacional, da configuração que apresentaria a luta de classes interna, do peso político da grande burguesia e da sua relação com os EUA e da importância relativa que cada nação teria para a reconversão produtiva imposta pela redivisão internacional do trabalho. (MARINI, 1985, p.11). Tudo isso determinaria os níveis de enfrentamento com os EUA e as soluções particulares em matéria de política interna, particularmente no que se refere às alianças de classes. (MARINI, 1985, p.11.)

Nos extremos, se configurariam duas situações limite, exemplificados com os casos do Peru e do Brasil:

En los extremos, se perfilan dos situaciones-límite. En Perú, la convergencia de la burguesía, las Fuerzas Armadas y amplios sectores del movimiento popular en el legado aprista, que enfatiza el papel del Estado, y en su seno en

el Ejectivo, sobre la base de un pacto social definido en términos netamente reformistas y anti-imperialista. En Brasil, la alianza entre la gran burguesía y las Fuerzas Armadas – pendiente todavía la cuestión de si el eje del Estado pasará por el Congreso o el cuarto poder – para restaurar, sobre las bases de la democracia representativa, la legitimidad del Estado y, mediante una política neodesarrollista, preservar en cierta medida la posibilidad de una economía autocentrada. (MARINI, 1985, p.12).

De toda forma, contudo, por mais variados que fossem os processos de redemocratização na América Latina e de institucionalização do Estado de Quarto Poder, todos eles ocorreriam sob a hegemonia da burguesia e ameaçariam os principais protagonistas dos movimentos contra as ditaduras, isto é, os povos. É por essa razão que, para Marini, se quando da instauração das ditaduras militares no subcontinente, as esquerdas latino americanas se tornaram “intérpretes” das amplas massas ao se colocarem contra as ditaduras, na etapa de transição democrática as esquerdas da América Latina se viriam obrigadas a uma nova definição programática, inscrevendo esse programa numa estratégia que, se “naturalmente” apontava ao socialismo como objetivo final, deveria enlaçar-se com a luta pela democracia, uma vez que esses processos estavam sendo conduzidos sob a hegemonia das burguesias. (MARINI, 1980, p.1). Assim, pois, a “pedra de toque” dessa nova estratégia se daria na relação dialética entre o Estado e a sociedade civil, sendo através dessa relação que as esquerdas da América Latina poderiam traçar suas linhas de ação. (MARINI, 1980, p.1). Caberia, ademais, considerar as importantes experiências históricas das forças populares da região, como a experiência chilena dos anos do governo de Salvador Allende, a Revolução Cubana e a Revolução Nicaraguense. (MARINI, 1980, p.1).

Nesse sentido, se a repressão das ditaduras militares causou a divisão e a dispersão dos movimentos populares, estes se viram forçados a se refugiarem nos últimos redutos de onde não poderiam ser expulsos: “la fábrica, la vivienda, la escuela, para iniciar desde allí un esfuerzo de resistencia a la violación de sus derechos y, luego, de defensa abierta de éstos”. (MARINI, 1985, 12). Dessa forma, se a experiência molecular e marcadamente reivindicativa do movimento popular se constituiu num fator negativo para sua unificação, o início da redemocratização forneceria “las premisas para una estrategia de lucha por el poder y para un proyecto nuevo de sociedad”. (MARINI, 1985, p.13). Ao lado de suas organizações tradicionais, como os sindicatos, o movimento popular deveria contar “con órganos de todo tipo”, os quais assegurariam os seus direitos “a la vivienda, al transporte, al abastecimiento, a la distribución de luz y agua, ” lhe conferindo, assim, a capacidade de compreender, manipular e controlar “los

complejos mecanismos de producción y circulación de bienes y servicios”. (MARINI, 1985, 14).

Nesse contexto, se as burguesias planejavam um modelo de sociedade que pretendia transferir à iniciativa privada os mecanismos de produção e circulação de bens e serviços, sob um Estado centrado no parlamento, onde ela é soberana, o movimento popular estaria em condições de contrapor “su propio esquema de organización social, basado en la organización de los ciudadanos en torno a sus intereses inmediatos y en su participación directa en las instancias pertinentes de decisión”. (MARINI, 1985, p.14). É aqui que Marini, diferente dos anos 60, admite uma “etapa intermediária” no processo revolucionário, que consiste em converter os órgãos de democracia participativa em instrumentos de pressão e controle sobre o aparato de Estado, antes de lograr acesso ao nível pleno das tomadas de decisão, isto é, antes da tomada do poder, sendo essa etapa intermediária um caminho próprio do movimento popular ante as posições da burguesia e das Forças Armadas quanto ao projeto de privatização ou fortalecimento do Estado.

Como afirma Marini,

Habrà, quizá, que plantearse una fase intermedia, dictada por la correlación de fuerzas, y que consiste en convertir esos órganos de democracia participativa en instrumentos de presión y control sobre el aparato de Estado, antes de lograr acceso al nivel pleno de la toma de decisiones. Pero, aun sí, ello abre al movimiento popular un camino propio, independiente, entre las posiciones de la burguesia y las fuerzas armadas en torno al problema de la privatización del Estado. La experiencia de los pueblos latinoamericanos les ha enseñado que la concentración de poderes en manos del Estado, cuando éste no es suyo, sólo refuerza la máquina de opresión de la burguesia. Debilitarlo hoy, restarle fuerza económica y política, no puede, pues, sino interesar en el más alto grado al movimiento popular, siempre y cuando ello implique la transferencia de competencias, no la burguesia, sino el pueblo. Por ello, frente la privatización o la simple estatización, el movimiento popular plasma sus intereses en la propuesta de una área social regida por el principio de la autogestión y por la subordinación de los instrumentos de regulación de Estado a las organizaciones populares. (MARINI, 1985, p.14. Grifo nosso).

Por outro lado, tal processo revolucionário com uma etapa democrática intermediária, regido pelo princípio da autogestão e na subordinação dos instrumentos de regulação do Estado às organizações populares, implicaria em “repensar la tendencia que ha sido la de izquierda de los años sesenta en el sentido de privilegiar las tareas económicas en la lucha revolucionaria, el uso del Estado como fator primordial de transformación y la visión del hombre primariamente como entidad socio-profesional”. (MARINI, 1985, p.15). Quanto ao primeiro ponto, da prioridade das tarefas econômicas

no processo revolucionário, Marini afirmaria, em seu texto *La revolución latinoamericana y el socialismo como proceso histórico*, de 1981, que se o avanço das “forças produtivas” é uma necessidade para a transição do capitalismo ao socialismo, este avanço não poderia ser tomado como um objetivo em si mesmo, devendo estar submetido aos objetivos mais gerais do socialismo, de bem-estar material das massas, além de ter esbarrado, conforme mostrou as outras experiências históricas do socialismo³¹, no problema de uma “mudança nos padrões de consumo”, isto é, no problema de uma mudança na mentalidade das massas. (MARINI, 1981a, p.10). Para ele, dada a importância do mercado mundial e dos seus vínculos com os regimes socialistas, seria uma obrigação das forças de esquerda enfatizarem o desenvolvimento ideológico, político e cultural das massas nos marcos dos processos revolucionários, com o intuito de proporcionarem uma mudança de mentalidade. (MARINI, 1981a, p.10).

Isso nos leva aos segundo e terceiro pontos que as esquerdas deveriam repensar, isto é, quanto ao Estado enquanto agente da transformação social e na visão do “homem” como entidade sócio profissional. Para Marini, as revoluções socialistas deveriam ser, no período em que escreveu o texto mencionado, muitas mais “políticas” do que “econômicas”, no sentido de que, ao invés da esquerda atribuir ao Estado, recém conquistado, as tarefas de transformação da estrutura econômica, como as nacionalizações dos setores estratégicos, deveriam elas utilizar o Estado para “el desarrollo del poder popular, la movilización de las massas, la institucionalización de sus organizaciones”, para, a partir daí, as organizações populares serem “capaces de determinar el curso de la evolución económica y no simplemente mediante las nacionalizaciones y el control del aparato estatal”. (MARINI, 1981a, p.11). Ou seja, as esquerdas latino americanas, quanto ao Estado, deveriam emprega-lo para reforçar o poder popular e contribuir para seu controle nos processos de produção e circulação de bens e serviços, através da institucionalização de suas organizações autogestionárias e da mobilização das massas.

Quanto ao terceiro ponto, apesar da luta de classes ser definida pelo processo produtivo, todo indivíduo, se operário ou camponês, “es un hombre o es mujer, es blanco, indio o negro, es un animal que requiere condiciones ecológicas adecuadas a su sobrevivencia, entre muchos otros aspectos”. (MARINI, 1985, p.15). Desse modo,

³¹ Marini pensa aqui nas experiências históricas da URSS, da China, do Camboja, do Vietnã e da Polônia. (MARINI, 1981, p.10).

enquanto indivíduo, embora lhe seja lícito e necessário participar em movimentos e organizações centradas em demandas particulares, somente enquanto “cidadão”, como membro integrado na sociedade política, que este indivíduo integraria suas múltiplas facetas em um todo indivisível. (MARINI, 1985, p.15). Por isso, na concepção de Marini, os partidos políticos e organizações sociais não seriam entidades antagônicas, mas, ao contrário, seriam fenômenos que se referiam a distintos âmbitos da vida social, a distintas dimensões e instâncias da participação do indivíduo na sociedade. (MARINI, 1985, p. 15). Nesse sentido, “contraponerlos en la óptica autonomista, o jerarquizarlos y subordinarlos entre sí”, como no “viejo estilo de la izquierda”, não pode senão “obstaculizar a unos y otras y conducir al individuo y su práctica social hacia la desintegración”. (MARINI, 1985, p.15). Ao passo que, ao assumir seu desenvolvimento “interdependente” e “harmônico”, esta concepção apontaria, inversamente, “a la recuperación del hombre integral en su diversidad y riqueza”, permitindo-o aspirar “a la construcción de una sociedad que le ofrezca el amplio espacio que él requiere”. (MARINI, 1985, p.15).

Com essas considerações de Marini, a respeito das mudanças que as esquerdas latino americanas deveriam repensar, estaria posto o desafio de formular um projeto democrático alternativo ao “simulacro” de democracia que as burguesias desejavam impor, onde o “pluralismo político”, ao invés do “dogmatismo” e do “sectarismo” como pressuposto da unidade política, seria o critério fundamental para uma prática social livre e solidária, ao mesmo tempo em que seria o mecanismo através do qual as distintas forças sociais e políticas encabeçariam um projeto articulado de democracia popular de massas e socialismo.(MARINI, 1985, p.16). Esta seria, na concepção de Marini, a contribuição “original”, “própria”, da América Latina para a revolução socialista, se entendermos, como ele, que toda revolução social para ser considerada socialista deve ser caracterizada pela socialização dos meios de produção e pela construção do Estado sob novas formas de democracia. (MARINI, 1981a, p.8). Nesse sentido, como os processos revolucionários não se dão de maneira contínua, mas por meio de períodos de rupturas, de mudanças bruscas que expressam o deslocamento das classes sociais, os termos “clássicos” de “reformista” e “revolucionário” para a definição das posições políticas no interior da esquerda deveriam ser repensados, pois, como haveria demonstrado concretamente as experiências revolucionárias da América Latina, as “reformas” se realizaram paralelamente às tarefas “revolucionárias” de socialização dos meios de produção e da edificação de um novo Estado, por meio da construção de

estruturas de poder popular e do controle dos processos produtivos e de distribuição de bens e serviços, com base em formas de propriedade social autogestionárias. Desse modo, portanto, considerando os processos revolucionários latino-americanos, sua originalidade residiria na construção de exércitos populares e na utilização do Estado para o fortalecimento do poder popular, ao invés das tarefas “econômicas” como a nacionalização dos setores estratégicos da economia.

Considerações Finais

Ao longo do trabalho procuramos expor as diferenças fundamentais, nas análises e na prática, das organizações de esquerda que se proclamavam “revolucionárias” e contrárias à linha política adotada pelo PCB a partir da *Declaração de Março de 1958*. Para tanto, de início, procuramos compreender os eventos históricos que abalaram a linha política do PCB consagrada no *Manifesto de Agosto de 1950* e reafirmada no IV Congresso do partido, através do impacto da morte de Getúlio Vargas na conjuntura nacional e do Relatório Khrushchov no movimento comunista internacional. Vimos assim que, se a virada “esquerdista” e “sectária” do PCB nos anos iniciais da década de 1950, somadas às condições externas de exclusão da agremiação da ordem “democrática”, contribuíram para o isolamento do partido, com a morte de Vargas o PCB sofreu um primeiro abalo em suas concepções políticas, mas que não se traduziram, no entanto, numa virada de rumos ou de programa, sendo algo mais explícito na prática do partido junto ao movimento sindical e na sua relação com os trabalhistas do PTB. Como afirmamos no primeiro capítulo, é a conjuntura nacional que aos poucos irá obrigar o PCB a rever suas posições quanto à caracterização de outras forças políticas, tendo que reconhecer certas diferenças entre elas e mesmo a valorizar a importância da luta no âmbito das instituições democráticas-liberais. Contudo, dado as formas empregadas para a realização do IV Congresso do partido, de caráter burocrático e de cúpula, não foi possível aos setores descontentes com a linha política seguida se manifestarem plenamente e de contestarem o “sectarismo” e o “esquerdismo” contidos nas formulações do *Manifesto de Agosto de 1950* (como, por exemplo, a identificação de todas as forças políticas do período – o PTB, a UDN ou o PSD -, como representantes, sem distinção, dos grandes latifundiários, capitalistas nacionais e do imperialismo).

Foi necessário um segundo evento histórico de grandes proporções para abalar, definitivamente, as formulações teóricas e políticas do manifesto de 1950, com as revelações do Relatório Khrushchov no XX Congresso do PCUS. Como procuramos demonstrar, ao brevemente discorrer sobre as diversas reações que os PCs no mundo todo tiveram quando souberam dos crimes de Stálin e do tipo de regime que ele edificara, o PCB, ao menos na cúpula dirigente, entrou num silêncio que paralisou o partido. As reações, vindas da base e dos órgãos de imprensa, todavia, não tardaram e

pressionaram pela abertura do debate acerca do exposto pelo relatório, desencadeando uma disputa política interna entre uma facção “conservadora”, voltada a garantir o programa do partido e os métodos “mandonistas” de direção, e uma “renovadora”, interessada na democratização interna e numa mudança substancial no programa com implicações na prática e no arranjo de alianças entre as classes. No meio de ambas e durante o debate, se conformou uma terceira tendência, atenta tanto aos princípios “marxistas-leninistas” no que se refere à forma organizacional do partido (centralismo democrático), quanto a necessidade de se realizar uma autocrítica com consequências programáticas. Esse processo interno de mudanças nas orientações do PCB, considerando os eventos históricos envolvidos e as disputas desencadeadas, foi o objeto das primeiras duas seções do primeiro capítulo com o objetivo de se compreender a elaboração da *Declaração de Março de 1958*, documento no qual se fundamentaria a estratégia da revolução por duas “etapas”, a caracterização da revolução brasileira como “nacional-democrática”, a aliança tática com uma suposta “burguesia nacional”, a transição ao socialismo pela via pacífica e por meio de reformas “estruturais” realizadas pelo parlamento, culminando na prática no apoio às reformas de base do governo de João Goulart no período anterior ao golpe militar de 1964.

Vimos então, na última seção do capítulo 1, como a interpretação de Ruy Mauro Marini sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil e sobre a luta de classes que se desenrolou no período o situava no campo revolucionário da *Nova Esquerda*, ao compartilhar da negação do papel “progressista” atribuído à burguesia industrial e ao caracterizar a revolução brasileira como socialista, uma vez que entendia que o desenvolvimento capitalista industrial do país se deu com base no setor agroexportador e, a partir do governo de JK e da ditadura militar, com base na associação da burguesia industrial com o capital internacional do imperialismo. Como conclusão de sua análise, como a burguesia aceitou ser a sócia-menor do imperialismo através da aliança com os capitais estrangeiros, e como se reconciliou com as antigas classes latifundiárias mercantis, ao abrir mão da reforma agrária, a burguesia teria abandonado a “política bonapartista” e renunciado ao projeto de um desenvolvimento capitalista nacional e autônomo. No plano político, isso levaria o autor a descartar tanto a tese do “dualismo estrutural”, supostamente presente no interior da sociedade brasileira, quanto a tese de uma “revolução permanente da burguesia”, dado que entendia que a revolução burguesa no Brasil deveria corresponder ao período de 1930 e 1937, quando a burguesia industrial ingressou na coalização dominante por meio da instauração da ditadura do

Estado Novo varguista.

Vimos também, nesta seção, como Marini compreendia a necessidade do socialismo para o país de desenvolvimento capitalista dependente, dados os limites estruturais do mesmo e da incapacidade de oferecer bem-estar material às massas. Nesse sentido, em sua concepção de socialismo dos anos de 1960, a ênfase recaía nas condições econômicas da nova sociedade, identificando no rearranjo das forças produtivas e na incorporação do progresso tecnológico, sem que isso implicasse numa maior exploração do trabalho social e na subordinação do país às potências imperialistas, as condições necessárias para a elevação dos níveis de emprego, salário e consumo.

Realizado o primeiro capítulo, passamos à análise das diversas organizações, frentes ou movimentos que se colocavam como uma alternativa “revolucionária” diante do “reformismo” pecebista, agrupadas sob a denominação de *Nova Esquerda*. Nesse sentido, analisamos os diversos processos de formação desses agrupamentos, a definição que atribuíam ao caráter da revolução brasileira, a visão que tinham da sociedade e da conjuntura política, bem como de que modo se posicionavam com relação às reformas de base. A partir dessa análise, vimos então que, no que diz respeito ao caráter da revolução brasileira e das classes sociais, embora houvessem diferenças substanciais nos programas das organizações – como a opção pela tomada violenta do poder, a negação da aliança com a “burguesia nacional”, a defesa do caráter socialista da revolução brasileira e os “modelos” internacionais de China e Cuba como inspiração -, havia elementos que as mantinham em certa linha de continuidade com o programa “nacional-democrático” do PCB. Como dissemos no segundo capítulo, sejam as organizações que se pautavam pelas teses de libertação nacional e de estabelecimento de um governo popular (nas suas diversas variantes), sejam as organizações que reivindicavam o socialismo “imediatamente” ou por meio de um governo transitório “popular-revolucionário”, o fato é que esses programas se fundamentavam numa análise sociológica e política das classes sociais do Brasil que eram quase um desdobramento “natural” das propostas pecebistas.

Compartilhando em comum da concepção “etapista” da revolução, restava à análise identificar em que etapa estaria o desenvolvimento histórico-social brasileiro, se estaria na etapa em que a “burguesia nacional” ainda cumpriria um papel progressista na sociedade - ao desenvolver as forças produtivas e democratizar a vida política -, ou se esta classe seria incapaz de cumprir esse papel em virtude de sua aliança com os

segmentos dominantes mais arcaicos e reacionários (o imperialismo e o latifúndio). A conclusão dessa análise, com base no “etapismo”, definiria o caráter da revolução brasileira (se socialista ou nacional-democrática) e o arranjo aliancista entre as classes sociais, se entre o proletariado e a burguesia contra o imperialismo e o latifúndio, ou se entre o proletariado, o campesinato e as camadas médias contra todo o bloco dominante. Inerente a essa análise, e compartilhado por todas as organizações mencionadas, estaria o entendimento implícito de que os segmentos dominantes – o latifúndio, a burguesia e o imperialismo -, seriam agentes inibitórios do progresso social, entraves ao desenvolvimento pleno do capitalismo.

Além desses elementos em comum, entre o PCB e a *Nova Esquerda*, apontamos a continuidade no plano teórico-político das concepções de “vanguarda” nas organizações pesquisadas, do “messianismo” atribuído às classes exploradas, sejam elas identificadas com o proletariado industrial ou com o campesinato, e no papel do Estado, sob a forma de um governo transitório “popular-revolucionário”, tido como agente responsável das transformações sociais que levariam ao socialismo, como, por exemplo, a socialização dos meios de produção, o fim dos monopólios nacionais e estrangeiros e a liquidação do latifúndio. Assim, pois, no segundo capítulo, procuramos analisar, em sua totalidade e contradição, a formação de um campo político denominado pela bibliografia de *Nova Esquerda*, a qual se constituiu em antagonismo com as propostas “reformistas” do PCB e que pretendeu conferir ao movimento de massas dos anos de 1960 uma orientação “socialista” e “revolucionária”, cumprindo, assim, com um dos objetivos específicos da pesquisa, isto é, o de identificar, na conjuntura brasileira anterior ao golpe militar de 1964, os principais elementos que constituíam a visão da sociedade e as estratégias políticas das organizações que, apesar dos aspectos particulares, compartilhavam em comum a defesa do caráter socialista da revolução no Brasil.

Quanto à POLOP em particular, vimos como, através da aglutinação de distintas organizações políticas em torno da *Revista Movimento Socialista*, da trajetória da POLOP durante os anos de 1961-1967 e das dissidências provocadas pelo golpe militar e por concepções políticas-estratégicas divergentes no interior dessa organização, os principais objetivos eram a independência ideológica da classe operária, a defesa do caráter socialista da revolução brasileira e a construção de um partido político conforme o desdobramento da luta de classe. Nesse percurso analítico, vimos também que, entre 1961 e 1967, a POLOP teria duas fases em sua trajetória, sendo a primeira caracterizada

pela luta da organização em conquistar seu espaço no interior do campo das esquerdas, disseminar sua crítica ao PCB e promover sua inserção nos movimentos sociais. Nessa fase, ainda, os grupos que a constituíam a encaravam como uma organização “provisória” que contribuiria para a formação de um futuro partido político da classe operária. Através da palavra-de-ordem da Frente Única da Cidade e do Campo, a POLOP buscava consolidar a aliança operária-camponesa e unir os diversos segmentos revolucionários para a tomada do poder e realizar a revolução socialista. Com o golpe militar e a posterior ditadura, as diferentes tendências internas começariam a divergir quanto às formas de luta a serem adotadas e com relação à estrutura organizativa, algo que já vinha se manifestando anteriormente desde o II Congresso da POLOP, em meados de 1963. É a partir daí que identificamos uma segunda fase, mais voltada à centralização, à profissionalização militante e à coesão ideológica do que na primeira, onde ainda a POLOP se constituiria em um espaço de livre discussão e se configuraria como um “amalgama” de grupos de orientação política distinta, sendo o elemento comum de união entre esses diferentes grupos a oposição ao PCB e à estratégia revolucionária “nacional-democrática”.

Desde então, o propósito da POLOP se concentrou, sobretudo, em consolidar o partido político independente da classe operária, por meio da palavra-de-ordem da Frente de Esquerda Revolucionária (FER) e através do recrutamento e profissionalização de quadros. No entanto, com a ditadura e a influência da Revolução Cubana, também ganhariam espaço as tendências que se inclinavam à luta armada “imediate” e partidárias da construção dos focos guerrilheiros ao invés do partido político operário. Nesse período, com o recrudescimento da ditadura militar e a inserção de elementos sociais oriundos do nacionalismo brizolista, se colocaria a necessidade de se articular a luta legal e a luta clandestina, o que gerou tensões internas e posteriores cisões, bem como a prisão e o exílio de dirigentes e militantes que tentaram promover ações armadas contra a ditadura, como Ruy Mauro Marini, Moniz Bandeira, Theotônio dos Santo e Vania Bambirra. A partir daí a POLOP tenderia cada vez mais à fragmentação, nascendo do seu interior outras organizações, de caráter paramilitar sobretudo, como a VPR, o COLINA e a VAR-PALMARES. O que restaria da POLOP, como afirmamos anteriormente, viria a fundar o POC, o qual se manteria fiel às formulações de Erich Sachs esboçadas no *Programa Socialista Para o Brasil* (PSBP), o qual advogava pela centralidade da classe operária, a construção de um partido político para a classe, o caráter socialista da revolução brasileira e o combate às concepções

políticas reformistas.

Quanto a Marini na POLOP, vimos que o autor destacou o papel da organização na conjuntura anterior ao golpe militar de 1964, ao afirmar o caráter socialista da revolução brasileira, a aliança dos trabalhadores da cidade e do campo sob a direção da classe operária e ao contribuir para o questionamento do programa reformista do PCB, abrindo a possibilidade para uma posição revolucionária no movimento de massas até o golpe militar de 1964.

Já no terceiro capítulo, na primeira seção, partindo do exílio de Marini em decorrência do fracassado episódio da “Guerrilha de Copacabana”, buscamos compreender, com base nos condicionantes de Rollemberg (1999), os rumos da experiência de exílio e de que maneira esses condicionantes forneceram as condições sociais, políticas e institucionais para o amadurecimento político, intelectual e profissional do autor, bem como para uma agenda de pesquisa centrada na América Latina e para as suas concepções políticas acerca do papel das esquerdas revolucionárias na região. Nesse sentido, destacamos sua atuação nas instituições de ensino e pesquisa, como a sua passagem pela UNAM e pelo CESO, a participação na direção do MIR e o envolvimento com o processo político chileno, o intercâmbio cultural e intelectual proporcionado pela situação política dos países da América Latina, o que tornou os países como o Chile e México lugares privilegiados para o contato e troca de experiências com diversos intelectuais da região. Em consequência, o exílio vivenciado por Marini se constituiu numa experiência enriquecedora, pois, ao invés de ter se configurado como um fator de desagregação ou de perda do universo de referências, possibilitou o contato com outros países, povos, culturas e conjunturas históricas de embate entre as forças populares e as classes dominantes.

Dessa forma, o exílio também teria contribuído, como vimos, para uma agenda de pesquisa “supranacional”, centrada na América Latina, onde ganharam espaço temas como a redemocratização, o futuro do socialismo, o capitalismo dependente e suas características, a experiência cubana e chilena, a revolução na Nicarágua e na América Central, o Estado na América Latina e o papel das Forças Armadas, entre outros temas, que acabariam por ecoar em suas concepções políticas sobre o papel das esquerdas revolucionárias no subcontinente.

Desse modo, com relação ao papel das esquerdas revolucionárias, vimos que Marini, ao analisar os processos revolucionários da América Central, destacou certos aspectos “particulares” dessas experiências, como a fusão das vanguardas

revolucionárias com os movimentos populares, a conquista e o controle militar sob o território nacional, a construção de estruturas de poder popular independentes e autônomas e a estratégia política-militar dessas organizações sob a forma de incorporação das massas num exército popular independente.

Assim, para se entender de que maneira Marini incorporou as experiências históricas da América Latina em suas reflexões sobre as esquerdas revolucionárias, na segunda seção do terceiro capítulo, através dos conceitos de Estado de contrainsurgência e de Estado de Quarto Poder, considerando as condições históricas, políticas, econômicas e sociais em que tais conceitos ganham sentido, vimos como a conjuntura histórica que se inicia a partir de fins dos anos de 1970, caracterizada por uma mudança na política externa dos EUA e pela “abertura” democrática, correspondente à terceira fase da doutrina de contrainsurgência, de institucionalização das democracias “restringidas” ou “governáveis” sob hegemonia das burguesias monopolistas associadas, levou Marini a repensar certos aspectos das estratégias das esquerdas revolucionárias latino-americanas. Entre esses aspectos, identificamos, em seu pensamento, a concepção de uma “etapa intermediária” no processo revolucionário, caracterizada pela construção de órgãos de democracia participativa e pelo controle popular sobre os processos produtivos, órgãos esses que serviriam também como instrumento de pressão sobre o aparato do Estado burguês. Além da defesa de uma “etapa intermediária” no processo revolucionário, vimos também como Marini repensou as “tarefas econômicas”, o papel do Estado enquanto agente da transformação social e a visão do indivíduo como entidade sócio profissional no processo revolucionário.

Assim, pois, ao pesquisarmos sobre as reflexões de Marini acerca das esquerdas revolucionárias na América Latina e o socialismo, através das suas obras e textos escritos em dois períodos históricos distintos (1965-1971 e 1976-1985), vimos que, se na conjuntura brasileira dos anos de 1960, o autor, ao analisar o desenvolvimento capitalista no Brasil, advogou por uma frente dos trabalhadores da cidade e do campo sob a direção do proletariado industrial e das organizações políticas que constituíam a *Nova Esquerda* com o fim de se alcançar diretamente o socialismo, nos anos 80, ao incorporar as experiências históricas revolucionárias da América Latina em seu pensamento, passou a compreender o processo revolucionário com base numa “etapa intermediária”, caracterizada pelo fortalecimento dos órgãos de poder popular e pelo controle dos processos produtivos.

Em sua produção intelectual dos anos 80, com relação ao papel do Estado enquanto agente responsável pela transformação da sociedade capitalista em socialista (as “tarefas econômicas”), diferente da ideia que tinham as organizações de esquerda dos anos 60, das quais Marini fez parte como um dos dirigentes da POLOP e como vimos em sua obra *Subdesenvolvimento e Revolução*, passou a entender que o Estado, sob a posse das classes revolucionárias, deveria se dedicar à institucionalização dos órgãos de poder popular e à mobilização das massas, chegando à conclusão de que as revoluções socialistas deveriam ser “mais políticas” do que “econômicas”.

Outras diferenças que encontramos, ao analisar sua produção intelectual em dois períodos distintos, se referem ao papel de “vanguarda” atribuído às organizações revolucionárias e à realização das tarefas “reformistas” paralelamente à construção de um novo Estado democrático e “revolucionário”. Assim, se nos anos 60, Marini, como dirigente da POLOP, fazia parte de uma organização que compartilhava da ideia de “vanguarda” com relação às massas populares, nos anos 80, as organizações políticas e as forças populares não seriam mais vistas sob a lógica da “hierarquização”, “subordinação” ou “autonomização” na relação entre elas, pois, como vimos em seu pensamento nessa fase, tanto as organizações políticas quanto os movimentos populares diriam respeito a distintos âmbitos e dimensões da participação do indivíduo na sociedade, sendo, portanto, necessária a incorporação das vanguardas políticas nos movimentos de massas, tal como as experiências da América Central haveriam mostrado. Nesse processo de “fusão” das vanguardas com as massas, estaria colocado o desafio de se formular um projeto de democracia popular e socialista, com base no “pluralismo político”, condição necessária para a expressão e diálogo de todas as forças sociais interessadas em encabeçar o projeto. O resultado seria, como haveria demonstrado as experiências revolucionárias da América Latina, um processo revolucionário em que as tarefas “reformistas” se realizariam paralelamente às tarefas “revolucionárias” de socialização dos meios de produção e de edificação de um novo Estado, através da construção de estruturas de poder popular e do controle dos processos produtivos com base em formas de propriedade social autogestionárias.

Referências Bibliográficas

BAMBIRRA, Vania. *Teoria de la dependencia: una anticritica*. México: Era, 1977. Disponível em: <http://www.amauta.lahaine.org> .

BARÃO, Carlos Alberto. *A Influência da Revolução Cubana sobre a Esquerda Brasileira nos anos 60*. In: História do Marxismo no Brasil. Vol.1. Org. João Quartim de Moraes e Daniel Aarão Reis Filho (organizadores). – 2ªed. rev. – Campinas, SP; Editora da UNICAMP, 2003.

BANDOLI, Mabelle. *Na “contracorrente” do desenvolvimento: autonomia organizativa, democracia participativa e o socialismo radical da Liga Socialista Independente 1956-1960*. Revista Teoria e Pesquisa, Vol. 22, Nº2, p. 50-70, 2013.

BANDEIRA, Moniz. *Notas Sobre a POLOP e Erich Sachs*. Revista Espaço Acadêmico – Nº 188 – janeiro/ 2017.

BICHIR, Máira Machado. *A problemática da dependência: um estudo sobre a vertente marxista da dependência*. – Campinas, SP: 2012.

BORGES, Rodrigo dos Santos. *A Trajetória da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (1961-1970)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Alagoas.

CASTRO, Juan Cristóbal de Cárdenas. *Surgimiento y sistematización de la Teoría Marxista de la Dependencia: el Centro de Estudios Socioeconómicos [CESO] de la Universidad de Chile [1964-1973]*. México, DF: UNAM, 2011. Dissertação de Mestrado – Programa de Posgrado en Estudios Latino Americanos, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional Autónoma de México, 2011.

DAL ROSSO, Sadi; SEABRA, Raphael Lana. *A Teoria Marxista da Dependência: papel e lugar nas ciências sociais*. Revista Sociedade e Estado, V.1, Número especial de Sociedade e Estado 30 anos -1976-2006, publicado em 2017.

FERREIRA, Jorge. *A Estratégia do Confronto: A Frente de Mobilização Popular*. Revista Brasileira de História. - São Paulo, V24, Nº 47, 2004.

FERREIRA, Jorge. *A Frente de Mobilização Popular, A Esquerda Brizolista e a Crise Política de 1964*. Revista Clio Série Histórica do Nordeste, Nº22, 2004.

FRANCISCO, Julião. *Que são as Ligas Camponesas?* – Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1962.

GÁRCIA, Marco Aurélio. *Na História da PO um pouco da História da Esquerda Brasileira*. In: *Notas para uma história dos trabalhadores: Contribuição à história da*

esquerda brasileira e outros escritos/ textos selecionados de Marco Aurélio Gárcia; prefácio de Claudio Batalha; Danis Karepovs (Org). – São Paulo: IMAG: Fundação Perseu Abramo, 2019.

GÁRCIA, Marco Aurélio. *Tempos de antes do Golpe*: PCB realiza V Congresso. Surge a Nova Esquerda. In: *Notas para uma história dos trabalhadores*: Contribuição à história da esquerda brasileira e outros escritos/ textos selecionados de Marco Aurélio Gárcia; prefácio de Claudio Batalha; Danis Karepovs (org). – São Paulo: IMAG: Fundação Perseu Abramo, 2019.

GOENDER, Jacob. *Combate nas Trevas* – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. – São Paulo: Ática, 1987.

GUTIÉRREZ, Nelson. Ruy Mauro Marini: perfil de um intelectual revolucionário. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). *Ruy Mauro Marini. Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho. *Os Trotskistas Brasileiros e Suas Organizações Políticas (1930-1966)*. In: *História do Marxismo no Brasil*. Vol. 5. Org. Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

KONDER, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil*. – Rio de Janeiro, Graal, 1980.

LINEKER, Roberto. *A experiência comunista da organização revolucionária marxista – política operária (1961-1964)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.

MARINI, Ruy Mauro. La cuestión del fascismo en América Latina. (Intervenção no seminário sobre “Las fuentes externas del fascismo: el fascismo latinoamericano y los intereses del imperialismo”). Seminário Permanente sobre a América Latina (SEPLA), 20 de julho de 1978. *Cuadernos Políticos*, nº18, outubro-dezembro de 1978. México, Edições Era, pp. 13-34. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/282_fascismo_america_latina.html

_____. O Estado de contrainsurgência. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, V.12. N°3, 2018. Disponível em: Doi: 10.21057/10.21057/repamv12n3.2018.31528.

_____. La cuestión del Estado en las luchas de clases en América Latina. *Cuaderno 44, Serie Avances de Investigación*, Centro de Estudios Latinoamericanos, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, UNAM, México, 1980. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/321_estado_america_latina.html.

_____. *La revolución latinoamericana y el socialismo como proceso histórico*. Exposição gravada em CIDAMO, México, D. F., ano de 1981a. Captura e edição texto a cargo de Ruy Mauro Marini-Escritos (2014). Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/284_socialismo_proceso_historico.html.

_____. En el Caribe y CentroAmérica: los pueblos defienden su revolución de la amenaza yanqui. *Punto Final Internacional*, Año IX, No. 198, México, novembro-dezembro de 1981b. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/353_caribe_centroamerica.html.

_____. *The Nicaraguan Revolution and the Central America Revolutionary Process*. Revista *Marxismo Contemporâneo*, nº3, Revolução e Intervenção na América Central, p. 62-66, de 1981c. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/pdf/346_nicaraguan_revolution.pdf.

_____. La lucha por la democracia en América Latina. *Cuadernos Políticos* n. 44, Edições Era, México, julho-dezembro de 1985, pp. 3-11. Texto apresentado no seminário "Democracia y paz en América Latina", promovido pelo Sistema Universitário Mundial, México, 11-12 de novembro de 1985. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/064_democracia_america_latina.html.

_____. *Subdesenvolvimento e Revolução*. Florianópolis, Editora Insular, 2017. (Coleção Pátria Grande).

MATTOS, Marcelo Badaró. *Em Busca da Revolução Socialista: A Trajetória da Polop (1961-1967)*. In: História do Marxismo no Brasil. Vol.5. Org. Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis. – Campinas, SP; Editora da UNICAMP, 2002.

MAZZEO, Antônio Carlos. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas do Brasil*. – Marília: Unesp – Marília – Publicações; São Paulo: Boitempo, 1999.

MORAIS, Clodomir dos Santos. *História das Ligas Camponesas do Brasil (1969)*. In: *A Questão Agrária no Brasil: História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964*. Org. João Pedro Stedile. – 2 Ed. – São Paulo; Expressão Popular, 2012.

MORAES, João Quartim de. *Concepções comunistas do Brasil democrático: esperanças e críspações: (1944-1954)*. In: História do Marxismo no Brasil. Vol.3. Org. João Quartim de Moraes. – Campinas, SP; Editora da UNICAMP, 1998.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. – Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Fundação Roberto Marinho, 1995.

PRASHAD, Vijay. *Estrela Vermelha sobre o Terceiro Mundo*. – 1ª Edição, Expressão Popular; São Paulo, 2019.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: refazendo identidades*. Revista da Associação Brasileira de História Oral, Rio de Janeiro, nº2, p.39-73, 1999.

MOTTA, Márcia; ESTEVES, Carlos Leandro. *Liga Camponesas: uma história (des) conhecida*.

NADAI, Elvira; GÁRCIA, Marco Aurélio de. *O Nascimento do PC do B*. In: *Notas para uma história dos trabalhadores: Contribuição à história da esquerda brasileira e outros escritos/ textos selecionados de Marco Aurélio Gárcia/ prefácio de Claudio Batalha; Dainis Karepovs (Org)*. – São Paulo: IMAG: Fundação Perseu Abramo, 2019.

OLIVEIRA, Joelma Alvez de. *Polop: As origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista* (1961-1967). Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Araraquara.

OLIVEIRA, Sérgio Luiz Santos de. *Caminhando com os Próprios Pés: A formação política e teórica da ORM-POLOP* (1956-1967). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Entre Reforma e Revolução: A Trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964*. In: História do Marxismo no Brasil. Vol. 5. Org. Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho. – Campinas, SP; Editora da UNICAMP, 2002.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jorge Ferreira de (Orgs.). *Imagens da Revolução: Documentos Políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971*. Rio de Janeiro, Ed. Marco Zero, 1985.

RIDENTI, Marcelo. *Ação Popular: Cristianismo e Marxismo*. In: História do Marxismo no Brasil. Vol.5. Org. Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis. - Campinas, SP; Editora da UNICAMP, 2002.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. - 2.ed.rev. e ampliada. –São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SACHS, Erich. *Convocatória para o 1º Congresso da POLOP*. In: POLOP: Uma Trajetória de Luta pela Organização Independente da Classe Operária no Brasil. Ed. Organização Centro de Estudos Victor Mayer, Salvador –BA, agosto de 2009.

SACHS, Erich. Programa Socialista para o Brasil. In: Centro de Estudos Victor Mayer. POLOP: Uma Trajetória de Luta pela Organização Independente da Classe Operária no Brasil. Edição integrante do projeto “50 anos da POLOP (1961-2011)”. Salvador Bahia: Artetexto, 2009.

SACHS, Erich. *Diretrizes para uma Política Operária: Resoluções do 2º Congresso da POLOP- 1963*. In: POLOP: Uma Trajetória de Luta pela Organização Independente da Classe Operária no Brasil. Ed. Organização Centros de Estudos Victor Mayer, Salvador- BA, agosto de 2009.

SANTOS, Raimundo. *Crise e Pensamento moderno no PCB dos anos 50*. In: História do Marxismo no Brasil. – Vol. 1. Org. João Quartim de Moraes e Daniel Aarão Reis. – 2ºed. rev. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

SEGATTO, José Antônio. *Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB* (1954-1964). – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SEGATTO, José Antônio. *Breve História do PCB*. – São Paulo, Ciências Humanas, 1981.

SOARES, Thalita Maciel. *As Ligas Camponesas no Brasil de 1955 a 1964*. – Rio de Janeiro, 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Bacharel em História.

VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. *O Partido Socialista Brasileiro e o Marxismo (1947-1965)*. In: História do Marxismo no Brasil. Vol. 5. Org. Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho. - Campinas, SP; Editora da UNICAMP, 2002.

XAVIER, Pedro J. O Plebiscito: Um não às Esquerdas. *Revista Política Operária*, Nº5, janeiro-fevereiro de 1963.

WASSERMAN, Cláudia. *A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo*. – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

Documentos Analisados

MARINI, Ruy Mauro. *Memorial*. Fuente: Archivo de Ruy Mauro Marini. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/001_memoria_marini_port.html.

DOS SANTOS, Theotônio. *Memorial*. Niterói. 1994.

Manifesto de Agosto de 1950 (disponível em: <https://www.novacultura.info/post/2020/08/24/pcb-manifesto-de-agosto-de-1950>).

Declaração de Março de 1958. In: CARONE, Edgard. O P.C.B. (1943-1964). Volume II. São Paulo, Difel, 1980.

Textos de Imprensa

- MARINI, Ruy Mauro. ¿Hacia una “democracia viable” en América Latina?. *El Sol de México*. México, 16 de dezembro de 1976. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/142_democracia_viable.html

- MARINI, Ruy Mauro. Estados Unidos y las dictaduras militares. *El Sol de México*, México, 23 de dezembro de 1976. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/143_dictaduras_militares.html.

- MARINI, Ruy Mauro. Estados Unidos y la conjuntura internacional. *El Sol de México*, México, 30 de dezembro de 1976. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/144_estados_unidos.html.

Periódico da Revista Movimento Socialista

- Movimento Socialista, Nº2, Rio de Janeiro, julho de 1959.
- Movimento Socialista, Nº2, Rio de Janeiro, dezembro de 1959.

Periódico da ORM-POLOP

- Jornal Política Operária, Nº1, Rio de Janeiro, janeiro de 1962.
- Jornal Política Operária, Nº2, Rio de Janeiro, abril de 1962.
- Jornal Política Operária, Nº3, Rio de Janeiro, maio de 1962.
- Revista Política Operária, Nº4, São Paulo, outubro de 1962.
- Revista Política Operária, Nº5, São Paulo, janeiro-fevereiro de 1963.
- Revista Política Operária, Nº6, São Paulo, entre março-setembro de 1963.

- Revista Política Operária, Nº7, São Paulo, outubro de 1963.
- Jornal Política Operária, Nº9, São Paulo, janeiro de 1964.
- Jornal Política Operária, Nº10, São Paulo, fevereiro de 1964.
- Jornal Política Operária, Nº11, Rio de Janeiro-São Paulo, fevereiro de 1964.
- Jornal Política Operária, Nº12, São Paulo, março de 1964.